Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

A resistência da agroecologia frente o poder do agronegócio. Najar Tubino – Site do MST. 01/10/2012 7

Código Florestal e a busca da perfeição. Site da CNA. 01/10/2012 12

"Cabe a nós fazer com que a presidenta vete o retrocesso do Código Florestal". Luiz Carvalho – Site do MST. 01/10/2012 14

Primeira propriedade financiada pelo ABC é exemplo sustentável – Site do MAPA. 01/10/2012 14

Agronegócio procura regiões vulneráveis para se desenvolver, afirma especialista – Site do MST. 02/10/2012 16

Diversificação do ambiente reduz infestação de plantas daninhas – Site do MAPA. 02/10/2012 22

Ambientalistas pedem proteção marinha no País – O Estado de São Paulo. 02/10/2012 23

Tribunal reverte suspensão da Chevron. Denise Luna – Folha de São Paulo. 02/10/2012 23

Tombamento da Serra de Casa de Pedra é adiado. Ana Paula Ragazzi e Vera Saavedra Durão – Valor Econômico. 02/10/2012 25

Organizações lutam novamente pelo veto total da MP do Código Florestal – Site do MST. 03/10/2012 26

Vácuos na lei florestal podem ser evitados com vetos na MP do Código. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 03/10/2012 27

Projeto Biomas começa a ser implantado no Pantanal – Site da CNA. 04/10/2012 28

Pesquisadores do Projeto Biomas visitam propriedades rurais no Pantanal – Site da CNA. 04/10/2012 30

Grupo indígena bloqueia acesso a estrada de ferro no MA. Reynaldo Turollo – Folha de São Paulo. 04/10/2012 30

Desmatamento: novo cálculo. Lucas Tolentino – Site do MMA. 05/10/2012 31

Tecnologias para agricultura orgânica estão disponíveis em site – Site do MAPA. 06/10/2012 32

Embrapa realiza curso sobre agricultura orgânica – Site do MAPA. 07/10/2012 33

Lindbergh Farias denuncia começo da ofensiva ruralista. Lindbergh Farias – Site do MST. 09/10/2012 33

Cientistas denunciam graves retrocessos no Código Florestal – Carta Maior. 09/10/2012 35

Evento vai reunir Governo e setor produtivo para debater uso sustentável da água – Site do MAPA. 09/10/2012 38

Consórcio público é tema de encontro do MDA com outros órgãos de governo – Site do MDA. 09/10/2012 39

Incra e Ibama flagram no PA extração ilegal de madeira. AGuirre Talento – Folha de São Paulo. 09/10/2012 39

Sociedade exige vetos à MP do Código Florestal. Íris Pacheco – Site do MST. 10/10/2012 40
Derrubada de florestas amazônicas no período entre agosto e setembro é a maior desde 2009. Fábio Fabrini e Célia Froufe - O Estado de S.Paulo. 10/10/2012 42
Índios ocupam de novo Belo Monte e param parte da obra. Cássia Almeida – O Globo. 10/10/2012 43
União reforça ações contra desmatamento. André Borges – Valor Econômico. 10/10/2012 45
Pesquisas em andamento em todos os biomas – Site da CNA. 11/10/2012 46
Seminário debate uso da água na produção sustentável – Site do MAPA. 11/10/2012 48
Belo Monte: Justiça manda Funai negociar – O Globo. 11/10/2012 49
Última chance. Marina Silva – Folha de São Paulo. 11/10/2012 49
Proteger a biodiversidade do mundo custaria US$ 81 bilhões por ano. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 12/10/2012 50
Ocupação em Belo Monte terá parecer da Funai. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 12/10/2012 51
Juiz marca audiência para tentar acordo na invasão de Belo Monte. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 13/10/2012 52
Mapa quer adotar consórcios para executar as ações da Regionalização – Site do MAPA. 14/11/2012 53
Floresta Amazônica fica mais pobre a cada ano. Cleide Carvalho – O Globo. 14/10/2012 53
Rota do Pacífico traz negócios e devastação – O Estado de São Paulo. 14/10/2012 56
Festa do Boi é oportunidade para aprender sobre sustentabilidade – Site da CNA. 15/10/2012 58
Gestão Ambiental estimula participação de famílias baianas na preservação ambiental – Site do MDA. 15/10/2012 59
Seminários regionais são prévias para Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável – Site do MDA. 15/10/2012 60
Pecuária sustentável no Xingu. Sophia Gebrim – Site do MMA. 15/10/2012 61
Discussão esquenta no Brasil depois do Código Florestal – Valor Econômico. 15/10/2012 62
Grandes obras e impactos ambientais. José Goldemberg – O Estado de São Paulo. 15/10/2012 63
Território da Cidadania Inhamuns Crateús (CE) recebe mutirão de documentação – Site do MDA. 16/10/2012 65
Dilma deve vetar pelo menos 2 pontos do Código. Lisandra Paraguassu - O Estado de São Paulo. 16/10/2012 66
Mais uma etapa da capacitação do Projeto Biomas – Site da CNA. 17/10/2012 67
Agricultura de Baixo Carbono é tema de Seminário no Maranhão – Site da CNA. 17/10/2012 68
Em carta, CSI pede veto de Dilma à MP do Código Florestal – Site do MST (CUT). 17/10/2012 69

Movimentos lançam manifesto para restringir transgênicos – Site do MST. 17/10/2012 70
Brasil concorre a troféu por travar negociações – O Estado de São Paulo. 17/10/2012..... 76
Dilma contraria ruralistas com 9 vetos ao texto do Código Florestal do Congresso. Lisandra Paraguassu e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo. 17/10/2012..... 78
Decreto presidencial é publicado com nove vetos de Dilma à MP do Código Florestal – Site da CONTAG. 18/10/2012 79
Injeção de ânimo para o Amazonas – Site da CNA. 18/10/2012 81
Presidente da CNA destaca avanços do Novo Código Florestal, mas defende que o Congresso Nacional analise vetos do executivo – Site da CNA. 18/10/2012..... 82
Projeto Biomas encerra capacitações de 2012 na Mata Atlântica – Site da CNA. 18/10/2012..... 84
Presidenta Dilma sanciona Código Florestal com vetos – Site do MAPA. 18/10/2012 85
Nova Lei Florestal é sancionada com vetos. Paulenir Constancio – Site do MMA. 18/10/2012..... 85
Vetos de Dilma à MP do Código Florestal impõe derrota para ruralistas. Tarso Veloso, Daniela Martins e Bruno Peres – Valor Econômico. 18/10/2012..... 86
Incentivos à sustentabilidade. Luiz Fernando Furlan – Valor Econômico. 18/10/2012 88
Dilma barra alterações de ruralistas na lei florestal. Breno Costa – Folha de São Paulo. 18/10/2012..... 90
Melhoramentos estuda nova expansão. Stella Fontes – Valor Econômico. 19/10/2012..... 90
Sobre todos nós. Marina Silva – Folha de São Paulo. 19/10/2012..... 92
Ruralistas querem ir ao STF contra decreto – Folha de São Paulo. 19/10/2012 93
Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma ao Código. Rosa Costa – O Estado de São Paulo. 19/10/2012 93
'É um momento de a gente virar a página', afirma ministra. Lissandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 19/10/2012 95
Código sem fundamentalismo. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 20/10/2012..... 96
COP da Biodiversidade termina com compromisso de países ricos. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 20/10/2012 98
Código Florestal: nota técnica sobre os vetos da Presidenta Dilma – Site do MST. 22/10/2012..... 99
"Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação total" – Site do MST. 22/10/2012..... 99
Indígenas da Amazônia cobram agenda com Dilma e buscam apoio no exterior. Naira Hofmeister e Guilherme Kolling – Carta Maior. 22/10/2012 101
Programa de Regularização Ambiental e Cadastro Ambiental Rural foram objeto de discussão. Letícia Verdi – Site do MMA. 22/10/2012 105
Produtores rurais precisam se cadastrar. Objetivo é permitir o planejamento ambiental e econômico do uso do solo. Sophia Gebrim – Site do MMA. 22/10/2012 105
Produção de água, geração de renda e estratégias de conservação das florestas serão discutidas em congresso. Luciene de Assis – Site do MMA. 22/10/2012 107

Avanços e recuos. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo. 22/10/2012 108
Ocupações irregulares tomam 23% das florestas protegidas. André Borges – Valor Econômico. 22/10/2012 109
Novas usinas na Amazônia exigirão mudança nos limites das unidades – Valor Econômico. 22/10/2012 111
As reservas – Valor Econômico. 22/10/20102 112
Os vetos de Dilma – O Estado de São Paulo. 22/10/2012 113
Documentário ilustra a desertificação causada pelo agronegócio nos EUA – Site do MST. 23/10/2012 114
Assentados do Agreste paraibano participam de Romaria da Terra em defesa de rios – Site do INCRA. 23/10/2012 114
Suspensão opõe agronegócio e índios – O Estado de São Paulo. 23/10/2012 115
Ibama libera licença para construção da usina de Jirau. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 23/10/2012 116
Código sem solução – Folha de São Paulo. 23/10/2012 117
CNA vai participar da regulamentação do novo Código Florestal – Site da CNA. 24/10/2012 118
Produtores ganham por conservação. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 24/10/2012 119
Carbono financia manejo florestal – Valor Econômico. 24/10/2012 120
Pesquisadores do bioma Cerrado nivelam conhecimento sobre o projeto – Site da CNA. 25/10/2012 121
Pesquisadores da parceria global ASB estão reunidos no Pará – Site do MAPA. 25/10/2012 122
Acordo entre governo, industriais e exportadores mantém pacto de não comprar o grão produzido em áreas desmatadas da Amazônia. Lucas Tolentino – Site do MMA. 25/10/2012 123
Conselho indigenista nega ameaça de suicídio coletivo. Paulo Yafusso – O Globo. 25/10/2012 124
Empresas pedem estímulo à economia de baixo carbono. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 25/10/2012 125
Brasil terá o desafio de implementar as metas para biodiversidade. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 25/10/2012 126
Índios: a simplista visão do 'bem contra o mal'. Eduardo Correa Riedel – Folha de São Paulo. 25/10/2012 128
Para Funai, decisão de indígenas de não deixar suas terras é legítima. Daniela Chiaretti - Valor Econômico. 25/10/2012 129
Elefante branco – O Estado de São Paulo. 25/10/2012 131
Sistemas de Produções Sustentáveis em Mato Grosso do Sul – Site da CNA. 26/10/2012 132
'Só agora saberemos o tamanho do déficit'. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 26/10/2012 133
MPF recorre na Justiça contra retirada de índios de fazenda em MS – O Globo. 26/10/2012 135

Governo quer discutir vetos a lei florestal com ruralistas. Ernesto Credendio – Folha de São Paulo. 26/10/2012 136
Fato e opinião. Marina Silva – Folha de São Paulo. 26/10/2012 137
Metade da madeira retirada de MT é ilegal. Bruno Deiro e Murilo Bomfim – O Estado de São Paulo. 27/10/2012..... 138
Até abuso tem limite. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 27/10/2012 139
Governo teme conflito entre índios e fazendeiros em MS. Daniel Carvalho e Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 27/10/2012..... 141
Projeto levanta impactos da legislação ambiental e sanitária na pecuária de corte – Site da CNA. 29/10/2012 142
Frente Parlamentar da Agropecuária defende instalação de comissão especial para analisar PEC sobre terras indígenas – Site da CNA. 30/10/2012..... 143
Quinze ministérios e outros órgãos discutem como a zona costeira pode ser explorada de modo ecologicamente sustentável. Sophia Gebrim – Site do MMA. 30/10/2012..... 143
Nota Informativa: Julgamento STF - Demarcação de Terras Indígenas – Site da CNA. 31/10/2012..... 145
Fóruns Regionais da Agenda Ambiental da Administração Pública movimentam discussão sobre sustentabilidade no setor – Site do MMA. 31/10/2012..... 145
Comissão sobre Mudanças Climáticas discute planos governamentais – Site do MAPA. 31/10/2012..... 145
Plano ABC é apresentado no Congresso Nacional – Site do MAPA. 31/10/2012 146

A resistência da agroecologia frente o poder do agronegócio. Najar Tubino – Site do MST. 01/10/2012

Esta é a história da luta dos novos guerreiros e guerreiras da humanidade. Não, tradicionais guerreiros armados. No caso, as armas são alimentos produzidos sem veneno, respeitando os princípios fundamentais dos sistemas naturais, não degradando o solo, aniquilando matas na beira dos rios ou no interior das terras, conservando as diversas formas de vida e, principalmente, conseguindo sobreviver. Mesmo sendo considerados os pobres do mundo. As estatísticas da ONU sempre apontam o um bilhão de pessoas que passam fome, concentradas basicamente em sete países – Bangladesch, Indonésia, Etiópia, Índia e China, os principais. Também registra as populações que não tem saneamento básico, atinge um número superior a 2,5 bilhões. Em 1974, uma comissão de pesquisadores e autoridades mundiais previa que era possível acabar com a miséria em uma década.

Em 1996, a ONU decidiu estabelecer uma meta menos ambiciosa: reduzir o número pela metade até 2015. Faltam três anos, e a percentagem dos famintos não caiu dos quase 15% da população mundial. Em 2001, a FAO, organismos da ONU para agricultura e alimentação, previu que demoraria 60 anos, seguindo o ritmo atual, para acabar com a fome no mundo. É também conhecida a política expansionista do modelo agroindustrial mundial, que prevê necessidade de aumentar a produção em até 60%, em face do aumento populacional – para nove bilhões em 2050.

Significaria, seguindo o mesmo raciocínio, um aumento de mais 120 milhões de hectares, uma área equivalente ao dobro do que os Estados Unidos plantam hoje – 64 milhões de hectares. A pergunta é óbvia: como será a expansão? No modelo industrial, seguindo o coquetel de químicos (fertilizantes), conforme a previsão dos cartéis do agronegócio a venda de fertilizantes aumentará de 120 milhões de toneladas para 180, em 2020.

Mais os agrotóxicos, conforme previsão da Syngenta, maior fabricante mundial, o mercado deverá crescer de US$70 para US$200 bilhões até 2025. O faturamento do próprio grupo deverá saltar de US$11,6 bilhões para US$17 bilhões, crescimento de 46%. Inclui semente e agrotóxico, na verdade é quase a mesma coisa. A planta já contém o veneno, não sobrevive, nem cresce, sem o outro.

Portanto, no manual das sete irmãs agroquímicas – Basf, Bayer, Dupont, Syngenta, Monsanto, entre elas-, não há nenhuma previsão de mudança em suas posturas. Muito pelo contrário, a Monsanto, líder mundial em venda de sementes transgênicas, tem comprado empresas na área de hortaliças, desde 2005. Muito menos o cartel dos processadores e compradores de grãos, reduzidos a quatro grandes grupos – ADM, Cargill, Bunge e Dreyfus, duas delas, Cargill e Dreyfus ainda sob controle dos herdeiros dos fundadores.

Claro, o mundo precisa de 2,3 bilhões de toneladas de grãos, contando milho, trigo e arroz, as três mais produzidas, e depois soja, em menor escala, usada, no modelo industrial, como ração para o gado europeu, galinhas e porcos na China. Também no Brasil, que é o segundo maior produtor mundial, e deve chegar a 80 milhões de

toneladas, no próximo ano. Mas não são para a boca do bilhão de famintos, 75% vivendo na zona rural. O índice de "insegurança alimentar", usando o termo do momento, é 9,3% no nordeste, enquanto a média no Brasil rural é 7%e a urbana 4,3%.

Na América Latina e Caribe atinge 35%, conforme o estudo recente da FAO. Não é uma coincidência: a América Latina produz metade da soja mundial, Brasil e Argentina são especialistas na produção de alimentos, mas o povo que não come, mora ao lado. Acontece que o poder dominante do agronegócio vende a ideia de que está matando a fome do mundo, como se a distribuição de alimentos fosse gratuita e generalizada. O que é uma mentira histórica. As culturas de exportações, como soja, cana, café sempre acabaram com as comunidades tradicionais de agricultores familiares, parceiros, ou trabalhadores rurais que pelo menos mantinham um quintal para plantar o feijão, milho, mandioca e algumas verduras, além da criação de pequenos animais, para o sustento da família.

O planeta tem uma área de 8,7 bilhões de hectares. Dois bilhões já foram detonados desde a segunda guerra mundial. Estão degradados por erosão, perda de solo, perda de nutrientes, perda da vegetação e, por último, perda de espécies naturais dos ecossistemas. Um hectare de terra do cerrado, por exemplo, tem 150 toneladas de micro-organismos, que se proliferam na mesma quantidade em que morrem. Não existe solo sem vida microbiana. As leguminosas, inclusive a soja, que fixam nitrogênio no solo, fazem por intermédio de microrrizas, que são associações de fungos e bactérias. O nitrogênio faz parte da atmosfera, mas a agricultura usa o nitrogênio processado do petróleo, ou do gás metano (CH4).

Por isso, o setor agrícola é citado como grande emissor de gases de efeito estufa: pela mudança no uso do solo, pelo nitrogênio liberado dos fertilizantes, pelo metano liberado pelos animais – bovinos, segundo inventário do Ministério de Ciência e Tecnologia, liberam 170 milhões de toneladas por ano. Um boi precisa comer 10% do seu peso vivo de pasto.

O Programa do Meio Ambiente da ONU (PNUMA) calcula que o solo, no planeta, armazena 2,2 trilhões de toneladas de CO2, três vezes mais do que a quantidade na atmosfera. Também já anunciou recentemente que 25% da área agrícola do mundo está degradada pelo uso intensivo da agricultura industrial.

O Brasil tem uma referência dessa degradação. A desertificação, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente, já atinge 16% do território, atingindo 1,3 milhão de quilômetros quadrados em 1.488 municípios. E mais de 30 milhões de brasileiros. As perdas de solo alcançam mais de três bilhões de toneladas por ano. Além disso, 1.500 bacias hidrográficas precisam de intervenção. Somente nos estados de SP, PR, MG e MS foram detectadas 2.250 voçorocas (crateras no meio do campo, na beira de estradas). Uma voçoroca carrega uma tonelada de terra por ano. Em Rondonópolis (MT), a terra levada pela água para os córregos e afluentes do rio Taquari, empanturraram o rio de areia, e ele perdeu o sentido, literalmente. Espraiou e invadiu outras áreas. Rondonópolis é a sede história do Grupo Amaggi. As lavouras engoliram as matas ciliares.

Muito interessante também é o estudo que a UNESCO junto com o WorldWatch Institute apresentou na Rio + 10, num dos capítulos do livro "Estado do Mundo", sobre

agricultura: mundialmente os agricultores gastam 10 vezes mais fertilizantes hoje (2002) do que em 1950, com um aumento de três vezes na produção. Também gastam 17 vezes mais em valores com pesticidas (valores deflacionados), entretanto, as perdas na colheita em consequência de pragas continuam as mesmas. Daí a conclusão:

-"Talvez a maior comprovação da disfunção do nosso sistema alimentar seja o fato dos agricultores como grupo serem as pessoas mais pobres do planeta. Dos cerca de 1,2 bilhão ganham um dólar por dia, 75% trabalham e vivem nas áreas rurais da África, América Latina e Ásia".

Só para acrescentar mais uma dado do estudo: das sete mil espécies de culturas foram domesticadas pela humanidade, apenas 30 espécies proporcionam 90% do consumo global de calorias, sendo que o milho, trigo e arroz são responsáveis por mais de 50%.

A História dos guerreiros

-" A medida que avança o modelo exportador avançam também o empobrecimento das áreas rurais afetadas. As populações perdem o controle sobre os cultivos e os alimentos tradicionais. E perdem poder aquisitivo para poder comprar alimentos importados, que inundam os mercados a preços subsidiados da agricultura dos países ricos. Esse processo de neocolonização dos sistemas alimentares locais não é uma mera erosão da autossuficiência alimentar. Supõe também o desaparecimento de um modo de vida e uma cultura". É um trecho do trabalho "Sistema Agroalimentar Globalizado", de Manuel Delgado Cabeza, do departamento de economia aplicada da Universidade de Sevilha (Espanha).

A partir de 2003-05 terminou a época dos preços baixos dos alimentos. Chegaram a aumentar 57,1% em 2008, quando aconteceram as revoltas no Haiti, Paquistão, México, Senegal e Bangladesch. O Haiti até a década de 1970 produzia todo o arroz que consumia. Depois, em função dos empréstimos dos organismos internacionais, e a pressão pela abertura dos mercados, passou a importar arroz dos Estados Unidos, a preços subsidiados. Em 2008, o Haiti era o terceiro importador de arroz norte-americano. Acabaram com a produção interna do cereal.

No México aconteceu a mesma coisa com o Nafta e a abertura do milho transgênico americano. O país plantava 10 mil variedades de milho. Hoje em dia duas ou três empresas, sócias da Cargill e ADM, casos da Gruma e da Minsa compram todo o milho dos produtores e processam o milho importado. Como o preço subiu 50%, o povo mexicano tem que comprar pão de farinha de trigo, e não a tradicional "tortilla". No mesmo período 1,3 milhão de camponeses deixaram suas terras. Foram para a periferia das cidades, ou trabalhar ilegalmente na Califórnia.

Manuel Cabeza também relaciona a esquizofrenia do modelo agroindustrial com os números da obesidade no mundo: 396 milhões de obesos e 937 milhões com sobrepeso, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os americanos consomem em média 3.830 calorias por dia – o recomendável é 2.500 para um adulto. Além disso, nos últimos anos o país mais poderoso do mundo enfrentou 13 casos nacionais de contaminação ou de doenças de origem animal – contaminação em alfaces, tomates, couves, pimentão enlatados, pepinos e carne. Mais produtos com resíduos tóxicos importados da China (alimentos frescos), sem contar os casos de peste suína, vaca

louca, frango com dioxina, hormônios na cadeia de engorda, ocorridos na Europa.

Na América Latina aproximadamente 17 milhões de camponeses com suas unidades produtivas ocupam cerca de 60 milhões de hectares, corresponde a 34,5% da terra cultivada. São propriedades em média com 1,8 hectare. A África tem cerca de 33 milhões de pequenos produtores, representam 80% de todas as propriedades da região. Com média de dois hectares. Na Ásia são mais de 200 milhões de pequenos produtores de arroz. No Brasil, são mais de quatro milhões de unidades da agricultura familiar.

Eles produzem a maior parte do milho, do feijão, da mandioca, enfim dos alimentos básicos. É a história dos pequenos agricultores e agora agricultoras. Na Índia, cerca de 40% das famílias no interior são chefiadas por mulheres. Esses dados são do professor Miguel Altieri, da Universidade da Califórnia.

"- Pequenos incrementos nos rendimentos destes agricultores que produzem grande parte dos cultivos básicos a nível mundial têm um maior impacto sobre a disponibilidade de alimentos, em escala local e regional, do que os duvidosos incrementos previstos por corporações em grandes monoculturas manejadas com agrotóxicos e com sementes geneticamente modificadas."

No mundo também existem 37 milhões de hectares cultivados com alimentos orgânicos, sem uso de químicos de qualquer tipo, usando apenas os ensinamentos da agroecologia, onde trabalham 6,5 milhões de pessoas. No Brasil são 7,7 milhões de hectares com mais de 90 mil estabelecimentos registrados. Esse mundo orgânico envolve negócios de US$60 bilhões.

Até a década de 1980, a opção de produzir alimentos sem químicos, mas que envolve outros cuidados, era vista como uma alternativa, ou melhor, uma pequena alternativa. Nas últimas três décadas os projetos se multiplicaram, as experiências se reforçaram, o número de produtos aumentou consideravelmente, e a opção alternativa é uma realidade. Não se trata de produzir alimento sem veneno para quem tem dinheiro para comprar, como já é uma moda entre os países ricos e mesmo entre a classe média alta emergente.

Trata-se da realidade de pequenos agricultores e suas famílias, ou famílias chefiadas por agricultoras que traçaram uma nova etapa nos seus projetos. Principalmente: é uma realidade mundial. Pode ser no semi-árido brasileiro, como nos casos descritos num trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), citando a organização de produtores na Paraíba, em Pernambuco, na Bahia, ou em Minas Gerais. Ou o caso do MST, que em 2014 completa 30 anos, citando casos do Rio Grande do Sul em 327 assentamentos e mais de 13 mil famílias trabalhando com arroz orgânico – marca Terra Livre e fornecendo para a rede Pão de Açúcar -, sementes de hortaliças, leite, suco de uva e feijão. Produtos comercializados para o Programa de Aquisição de Alimentos ou para o Programa de Merenda Escolar.

Certamente este é um movimento que a mídia brasileira desconhece. O problema, para as elites deste país, é que este povo foi se organizando lentamente, com suas próprias forças. Nos últimos anos os canais com o governo federal foram abertos, e os dois programas citados são exemplos disso. Mas tem muito mais coisa acontecendo e que precisa evoluir. A sistematização de experiências da ANA envolve soberania e

segurança alimentar. Mesmo conceito utilizado no vale do Deccan, na Índia, onde cinco mil mulheres trabalham com projetos agroecológicos e de autossuficiência. Uma coisa é ter um, dois ou três dólares (ou reais) e comprar comida no armazém ou na bodega mais próxima. A outra é ter o alimento em casa e poder inclusive, ganhar uns trocados a mais, vendendo o excedente. Ou trocando por outros produtos. Como diz o relato do grupo de Lagoa do Pau Ferro (Ouricuri-PE):

-"As famílias têm acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade em todas as épocas do ano, tendo soberania para escolher o que vão plantar e comer. O alimento, inclusive a água, é entendido como um direito básico de todas as pessoas, sendo isto maior e mais importante que o lucro advindo de sua renda como produto".

O trabalho deles começou com 200 famílias em 2004 e hoje vendem seus produtos na Cooperativa de Produtores Agroecológicos de Araripe. Trabalham com plantas medicinais, produzem xaropes, sabonetes, e a multimistura usando ingredientes locais, ajudou a combater problemas de verminose e de visão das crianças. No Rio Grande do Sul, na região de Erechim, norte do estado, os produtores se reuniram na ECOTERRA.

"- Com esta cultura produtivista, com o passar dos anos, cada vez mais agricultores estão deixando o meio rural e indo para as cidades em busca de uma 'vida melhor'. Ainda existe uma onda forte que só a tecnificação total das propriedades poderá levar a viabilização dos agricultores, como por exemplo, as integrações (aves e suínos), chamam de parceria. O sistema exclui a biodiversidade da propriedade levando os agricultores a não produzirem mais para sua autossustentação alimentar e passam a comprar fora sua alimentação".

É o registro da ECOTERRA que, atualmente, comercializa os produtos em feiras diárias na cidade de Erechim e uma regional em Passo Fundo.

A pamonhada na casa da dona Nenê

É um evento no interior do nordeste, realizada em ocasiões especiais, principalmente nas festas juninas. No Polo Sindical da Borborema, envolve mais de 15 municípios no semi-árido da Paraíba, eles usam esse exemplo como encenação teatral. A pamonhada começa com o seu Chico indo buscar o milho pontinha, sementes herdadas do avô, no roçado, foi irrigado com água de cisterna, construída com o dinheiro do sistema de microcrédito comunitário. Colheram verduras na horta, irrigada com água da barragem subterrânea, cultivada usando adubos naturais, enquanto isso, cozinham a galinha de capoeira criada no terreiro, regam as plantas com água da cozinha. O vizinho elogia a diversidade de plantas no quintal e a quantidade de árvores no sítio. Podiam escolher para cozinhar no almoço feijão ou fava. Comeram doce de caju de sobremesa.

Enquanto isso, na casa do seu José Cosme, no agreste da Borborema é dia de plantio, mas não há semente. Vai comprar fora. A mulher compra água no carro pipa, a filha vai à bodega comprar cuscuz para o café da manhã. A terra da família é muito pequena, são obrigados a arrendar um pedaço de um fazendeiro. Cada ano fica mais fraca. Para pagar a bodega e a semente a família foi obrigada a vender o boi, mas antes espera pelo dinheiro da aposentadoria para comprar um novo bezerro.

A experiência da dona Nenê representa as inovações que mais de quatro mil famílias estão realizando desde o ano 2000 na região da Borborema.
Um resumo do que o povo do semi-árido reivindica: "reorientação das políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, garantindo uma política agrícola que privilegie ações de convivência com o semi-árido em bases agroecológicas, apoio técnico contínuo e de qualidade, linha de crédito adequada e condições de saneamento básico, eletrificação, educação, saúde, moradia e previdência social". Atualmente o Polo Sindical da Borborema conta com uma rede de 230 fundos já viabilizou a construção de 1.835 cisternas domésticas. Conta com 76 bancos de sementes comunitárias que beneficiam diretamente três mil famílias. Desde 2004 em parceria com a CONAB foram armazenadas 161 toneladas de variedades locais.

O MST, comemorará os 30 anos na Copa do Mundo em 2014, fez um balanço dos 327 assentamentos no Rio grande do sul, em 41 municípios, onde vivem 13.535 famílias. Na região de Bagé, municípios de Candiota, Hulha Negra, além de Livramento, Viamão e as Missões, 200 famílias trabalham com a produção de sementes em 42 grupos. Na safra de inverno (2011) produziram 10 toneladas de hortaliças de 74 variedades, além de 35 toneladas de forrageiras. Na cadeia produtiva do arroz ecológico: 407 famílias, 28 grupos e quatro cooperativas em 12 municípios. Na safra 2011/12 a previsão de colheita era de 285 mil sacas.

Na produção de leite, média de 35 litros por família, 4.400 famílias envolvidas, volume recolhido em Tupã foi de 5,9 milhões de litros, em Hulha Negra e Candiota mais 5,4 milhões e em Livramento outros 5,2 milhões. A comercialização dos produtos é feita para os programas PAA e PNAE. Na merenda escolar atendem 255 escolas na região metropolitana de Porto Alegre, em Livramento em 11 escolas, em Tupã, o Laticínio Santa Maria atende 200 escolas em 11 municípios. A comercialização direta é realizada em quatro feiras em Canoas, região metropolitana, cinco feiras em Porto Alegre, duas em Eldorado, duas em Nova Santa Rita e uma em Viamão. Uma cooperativa de técnicos com 127 profissionais trabalha no assessoramento, ainda mantêm quatro escolas de nível médio e 65 de ensino fundamental.

Código Florestal e a busca da perfeição. Site da CNA. 01/10/2012

Em artigo, presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, diz que "sonho, agora, é que a Presidente ouça essa última voz do Congresso brasileiro e deixe-nos, pessoas e instituições, aprender a executar a nova lei". Leia o texto completo:

"As duas casas do Congresso Nacional, em votações praticamente unânimes, aprovaram a versão final da Medida Provisória editada pela Presidente da República para eliminar as lacunas que decorreram do veto presidencial a alguns dispositivos do Código Florestal.
Chega-se ao fim de um longo processo de discussão e votação democrática, que durou mais de uma década e que, sem dúvida, faz da nossa lei florestal o mais debatido de nossos estatutos legais. Os temas foram objeto de amplo e transparente contraditório, refletido em larga escala pelos meios de comunicação.
É hora de darmos por findo esse debate e nos prepararmos para por em prática a nova lei. A busca interminável da perfeição em matéria de questões humanas é a maior inimiga dos bons resultados.

Há, no entanto, quem ainda sugira novos vetos e novas rodadas de discussões e conflitos parlamentares, como se quase 15 anos não fossem ainda o bastante. Como se as indiscutíveis maiorias manifestadas nas casas legislativas representassem menos a vontade da sociedade do que a de algumas minorias organizadas de ativistas.

A democracia somente funciona quando a vontade da maioria é devidamente respeitada. Em caso contrário, não há estabilidade nem segurança jurídica. É disso que se trata agora.

Tenta-se, insistentemente, propagar a versão que o texto final da Medida Provisória e até mesmo o próprio Código sancionado pelo Poder Executivo é uma vitória dos produtores rurais. Nada pode estar mais longe da verdade.

A lei que temos agora é a mais rigorosa e restritiva legislação existente no mundo, sob o ponto de vista da utilização da terra para a produção agrícola, sem falar nas restrições severíssimas ao aproveitamento dos recursos naturais em geral.

Em nenhum país do mundo, os proprietários rurais têm a obrigação de deixar sem uso de 20 a 80% de suas terras. Em nenhum país relevante, como os Estados Unidos, a China e mesmo a União Europeia, os produtores têm de manter preservada a vegetação nativa ao longo das margens dos seus rios.

Tenta-se no momento criar um falso impasse: se além dos quinze metros que serão obrigatoriamente reflorestados, às margens dos rios com até dez metros de largura, devemos recompor cinco metros adicionais.

Cálculos que realizamos na CNA indicam que esses cinco metros a mais representam, em números médios, em torno de 1,8 milhão de hectares, o que elevará a cobertura vegetal do Brasil dos atuais 517 milhões de hectares para 518,8 milhões de hectares.

Este aumento de apenas 0,3% da área preservada poderá custar cerca de R$ 10 bilhões, a serem pagos em mudas e insumos por mais de 200.000 médios produtores. E outros R$ 6 bilhões serão perdidos em produção agrícola, a cada ano.

No mundo da realidade e da razão, toda privação de liberdade produtiva e de interferência regulamentar tem de ser vistos sob a perspectiva de seus custos e benefícios, ao contrário do que proclamam os que colocam a natureza acima do homem.

Cada limitação legal à liberdade de produzir sacrifica um setor que tem sido, há décadas, o mais dinâmico e resistente da economia brasileira. Não podemos legislar sem fazer as contas na ponta do lápis.

A legislação que está pronta para ser posta em prática já vai custar muito caro aos produtores brasileiros. Muitas áreas terão que ser abandonadas. Outras terão que ser recompostas exclusivamente por conta dos produtores. Será que o benefício para a natureza e a vida das pessoas vai compensar esse custo?

O melhor que temos de fazer é encerrar de vez essa discussão. O Brasil merece que essa novela chegue ao fim. O nosso sonho, agora, é que a Presidente ouça essa última voz do Congresso brasileiro e deixe-nos, pessoas e instituições, aprender a executar a nova lei. Sem mais capítulos."

* Katia Abreu, 50, senadora (PSD/TO) e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, escreve aos sábados, no caderno Mercado do Jornal Folha de S. Paulo.

Leia a íntegra do artigo: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/68900-codigo-florestal-e-a-busca-da-perfeicao.shtml

"Cabe a nós fazer com que a presidenta vete o retrocesso do Código Florestal". Luiz Carvalho – Site do MST. 01/10/2012

Na última terça-feira (25), o Senado aprovou em votação simbólica a Medida Provisória que altera o Código Florestal e impõe retrocessos à preservação ambiental no país.

Há três anos em discussão, o texto final que agora só depende da apreciação da presidenta Dilma Rousseff, mantém pontos que fazem a alegria dos ruralistas, como a anistia a grande parte dos desmatamentos ilegais que ocorreram há até quatro anos, sem necessidade de recuperação das áreas ou sanções e a extensão a médias propriedades de salvaguardas específicas aos pequenos estabelecimentos.

Dessa forma, a área mínima de recuperação passou de 20 para 15 metros às margens dos rios, regra que pode esconder o livre direito à destruição do bioma.

"Há grandes propriedades divididas em várias outras de menos extensão, em nome dos filhos dos proprietários, para burlar a lei. Gente que há 20, 30 anos aproveitam o vácuo legal e vão explorando, destruindo. Não dá para você ter a mesma regra para agricultor familiar que atuamnum espaço de 8, 10 hectares com os grandes, em média, donos de 100 hectares", pondera o secretário de Meio Ambiente da CUT, Jasseir Fernandes.

O dirigente aponta ainda a dificuldade em enfrentar no parlamento o lobby e o poder financeiro da bancada ruralista – com cerca de 209 deputados e 13 senadores – que decreta aberrações responsáveis por comprometer a biodiversidade brasileira.

"Temos percebido que o Senado não tem aprovado muitas coisas de interesse do governo, inclusive que colocam em xeque compromissos assinados internacionalmente, e que tem manobrado para atender exclusivamente o interesse dos ruralistas. Não é possível, por exemplo, que os poluidores e desmatadores estejam isentos de multa, tenham certeza da impunidade. Porque quem sempre produziu com respeito é que acaba punido", diz.

Além da redução, Fernandes também critica o ponto no texto que abre a possibilidade da recuperação pelo agronegócio ocorrer por meio de espécies frutíferas ou exóticas, permitindo o monocultivo de espécies como café e laranja, por exemplo.

Como resposta aos retrocessos, cita, CUT irá promover um seminário para estabelecer uma estratégia nacional diante dos retrocessos.

"Vamos dialogar com os secretários estaduais de meio ambiente e montar um plano para mostrar como atuar em cada Estado de forma uniforme, mas considerando as características regionais, com posições bem definidas vindo da base", conclui.

Primeira propriedade financiada pelo ABC é exemplo sustentável – Site do MAPA. 01/10/2012

Primeira propriedade a obter linha de financiamento por meio do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), em julho de 2011, a Fazenda Santa Brígida, em

Ipameri, Goiás, é um dos principais exemplos na prática da integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) do país. Além dos ganhos de produtividade, a fazenda deixa de emitir, aproximadamente, 2,6 mil toneladas de gás carbônico equivalente por ano.

"O crédito oferecido à propriedade auxiliou esse resultado, como também tem ajudado produtores de todo o País. É necessário ainda destacar que as mudanças ocorridas na fazenda de Ipameri relativas aos métodos de produção só foram possíveis devido às orientações dadas por pesquisadores da Embrapa", explicou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

Os dados divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Cerrados (Embrapa) mostram que a propriedade – que utiliza o método de iLPF há seis anos – gera lucros. Na safra 2011/12, foram produzidas 14,5 mil sacas de soja, 25,5 mil sacas de milho e 5,2 toneladas de silagem. O hectare de pastagem rende em torno de R$ 500, enquanto antes de adotar práticas sustentáveis não passava de R$ 100.

Outros sistemas que reduzem a emissão de CO2 na atmosfera também são utilizados, como a fixação de nitrogênio no solo. A prática utilizada para este fim é o Sistema Santa Brígida, criado pela Embrapa, um consórcio das culturas de milho, braquiária e feijão guandu anão. Além dos benefícios ambientais, ainda há a vantagem da renovação constante do pasto, o que faz o rebanho engordar apenas com capim.

A fazenda tem uma área total de 922 hectares, dos quais 450 correspondem ao cultivo de grãos no sistema integração Lavoura-Pecuária (iLP) ou agropastoril. A primeira experiência com plantio de eucalipto em iLPF na propriedade foi na safra de 2008/2009, em aproximadamente quatro hectares. Em razão do surpreendente desenvolvimento das árvores, ampliou-se a área com este sistema em mais 55 hectares nas safras posteriores, com média de 700 árvores por hectare, principalmente, em razão do cultivo de duas safras de grãos nos dois primeiros anos entre as fileiras de árvores. Atualmente são contabilizadas cerca de 40.000 árvores de eucalipto no local. Se a safra for vendida como lenha, a forma menos valorizada do mercado, o lucro será de R$ 1 mil por hectare.

Segundo relatório elaborado por pesquisadores da Embrapa Cerrados, a mitigação da emissão de gases de efeito estufa (GEE) pode ser relacionada ao incremento da matéria orgânica (carbono) do solo; à maior produção forrageira durante o ano todo; à incorporação de árvores no sistema produtivo; e à redução da idade de abate dos bovinos.

Programa ABC

Parte do trabalho realizado só foi possível a partir do empréstimo de R$ 780,3 mil reais feito a partir do Programa ABC, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com prazo de até 8 anos para pagamento, sendo 2 anos de carência. As linhas de financiamento são facilitadas para produtores que adotem práticas sustentáveis nas propriedades, contando com limite de crédito de até R$ 1 milhão e taxa de juros de 5,5%, percentual que ficará ainda mais baixo no Plano Agrícola e Pecuário 2012/13: 5%.

De acordo com o gerente da fazenda, Anábio Ribeiro, a principal vantagem do programa é facilitar o acesso a linhas de crédito específicas. “Antes do ABC a taxa de juros mais baixa para intensificar a prática de iLPF na propriedade era de 6,75%. Até o processo para conseguir financiamento agora é menos burocrático. Em uma única operação posso financiar máquinas e compra de animais”, afirmou.

Outras análises

Em 2013, será implantado na Embrapa Meio Ambiente, no município de Jaguariúna (SP), um sistema de monitoramento das emissões de gases de efeito estufa, previstas no Plano ABC, do Governo Federal. Além de avaliar as propriedades financiadas pelo programa de crédito, as análises devem ser estendidas para medir como o Brasil está em relação às metas de reduzir a emissão desses gases – compromisso voluntário do Brasil feito durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em 2009, em Copenhagen, na Suíça.

Agronegócio procura regiões vulneráveis para se desenvolver, afirma especialista – Site do MST. 02/10/2012

"É impossível o diálogo entre qualquer tipo de conceito que remeta a equilíbrio no interior do sistema capitalista agrário do agronegócio. Assim como a falácia do aquecimento global e os créditos de carbono, a sustentabilidade é outro projeto de marketing que envolve grandes corporações capitalistas ligadas também ao agronegócio no intuito de mascarar o que, de fato, é a sua essência: a concentração, segregação e desigualdade", assegura o geógrafo.

O crescimento do agronegócio no Brasil está vinculado às "mudanças neoliberais nas leis de política agrária", que possibilitaram a expansão exorbitante do setor sucroalcooleiro, especialmente em São Paulo, diz Tiago Cubas à IHU On-Line. Apenas no estado paulista, a "produção total da cana em 1990 era de 137.835.000 toneladas com 1.811.980 hectares", e aumentou para "386.061.274 toneladas com 4.914.670 hectares" em 2008, informa.

Segundo o pesquisador, questões políticas favoreceram a expansão do setor na economia brasileira. "Com a continuidade do PSDB no estado de São Paulo, com a entrada do governo do PT no âmbito federal e com bastante vínculo construído no estado com o agronegócio através do chefe de gabinete, Antônio Palocci, e o ex-ministro de agricultura, Roberto Rodrigues, a agroindústria da cana-de-açúcar obteve grandes investimentos e um enorme crescimento, tanto econômica como politicamente", frisa.

Autor da dissertação “São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009”, Tiago Cubas é membro do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, e analisa os limites de desenvolvimento social em regiões onde cresce a produção do agronegócio.

Na semana passada sua dissertação foi comentada na imprensa, e algumas matérias “distorceram o que foi de fato nosso objetivo”, avalia.

A pesquisa se propôs a "expor a luta pela terra e a luta para se manter na terra produzindo a favor da soberania alimentar, consequentemente o protagonismo camponês no enfrentamento com o capital no estado de São Paulo, bem como sua representação, principalmente na grande mídia. Esse é um detalhe perdido ironicamente na cobertura da dissertação recentemente defendida", lamenta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, Cubas comenta o comitê estratégico para o agronegócio, anunciado pelo Ministério da Agricultura para fortalecer o setor. "Para 2011/12 serão destinados no Plano Agrícola da Agricultura e da Pecuária R$ 107,21 bilhões, isso revela um aumento de 7,2% em relação ao plano passado.

O que justifica o que dizemos até então é mostrar que, segundo o Ministério da Agricultura, essa linha de crédito tem a intenção de renovar os canaviais brasileiros, com destaque para o incentivo a própria cana-de-açúcar, além da laranja e da pecuária. Para esse plano não existe limite de crédito por estado; isso se dá por recursos oferecidos por linha de investimento, e são três: custeio e comercialização (R$ 80,2 bilhões); investimento (R$ 20,5 bilhões); e linhas especiais (R$ 6,5 bilhões)". E dispara: "Estava incluso no discurso de lançamento da presidente Dilma Rousseff, em Ribeirão Preto em 17 de junho de 2011, um incentivo especial à produção da cana-de-açúcar e à pecuária. Por isso houve a criação de uma linha especial de crédito para a cana, por produtor, que será de um milhão de reais para expansão e renovação dos canaviais; e para a pecuária, por produtor, que será de 750 mil reais para compra de matrizes, produtores e custeio".

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o agronegócio tem se desenvolvido em São Paulo nos últimos anos? Quais são as culturas que mais se desenvolvem e a que atribui a expansão agrícola no estado?

Tiago Cubas – O agronegócio diria: "eu vou bem, obrigado". Esse sistema – o agronegócio, que é agricultura, ruralistas, Estado capitalista, imprensa corporativista, transnacionais – tem se expandido com grande excelência no estado de São Paulo. A partir principalmente dos anos 1990, com mudanças neoliberais nas leis de política agrária, notamos, segundo nosso estudo, que as áreas do agronegócio sucroalcooleiro, aí incluímos a agricultura da cana-de-açúcar e as agroindústrias, cresceram exorbitantemente.

Em São Paulo, a produção total da cana em 1990 era de 137.835.000 toneladas com 1.811.980 hectares, já em 2008 tivemos 386.061.274 toneladas com 4.914.670 hectares. Em 1990, a razão média era de 76,06 toneladas por hectare, e em 2008 a razão média era de 74,48 toneladas por hectare (com mais de 150 usinas espalhadas pelo estado).

IHU On-Line – Quais as implicações do desenvolvimento do agronegócio em São Paulo? Por que ele não estimula o desenvolvimento social e favorece a pobreza relativa?

Tiago Cubas – Temos que lembrar dos fatores na escala internacional, como o crescimento no preço de petróleo, que produziu pressão no início do século XXI para a retomada da política do PROALCOOL, iniciada pela ditadura nos anos 1970. Com a

continuidade do PSDB no estado de São Paulo, com a entrada do governo PT no âmbito federal e com bastante vínculo construído no estado com o agronegócio através do chefe de gabinete Antônio Palocci, e o ministro de agricultura Roberto Rodrigues, a agroindústria da cana-de-açúcar obteve grandes investimentos e um enorme crescimento, tanto econômica como politicamente.

Palocci era prefeito de Ribeirão Preto, que há décadas era considerada o coração do agronegócio no Brasil. Uma cidade enorme onde os donos da terra impediram, há uns 50 anos, qualquer tipo de desenvolvimento econômico que poderia ameaçar seu domínio. Então, continua sendo uma cidade de comércio e serviços dependente da atividade agrícola, sem nenhuma outra indústria.

Tentamos expressar nos mapas e nas análises da dissertação como as políticas públicas a favor da agroindústria de cana e etanol foram acompanhadas pelas políticas compensatórias e assistencialistas em vez de políticas emancipatórias para os sem-terra. Assim, os usineiros e fazendeiros de São Paulo conseguiram repassar, ao longo do tempo, qualquer responsabilidade com a questão social para o estado, ao mesmo tempo em que – apoiando reformas neoliberais e antes disso: o golpe do estado, a ditadura e jagunços – procuraram diminuir a capacidade do Estado funcionar sem seu aval.

IHU On-Line – Outro dado do mapeamento diz respeito à concentração de casos de violência no campo nas áreas em que houve expansão agrícola. Quais as motivações desses conflitos?

Tiago Cubas – Existem várias possibilidades. Entretanto, a questão deveria ser: o agronegócio trouxe miséria, ou a procurou a fim de aproveitar-se dela, ou ainda: a causou? É importante notar que a imprensa corporativista pegou nosso estudo sobre seu papel no conflito entre camponeses e ruralistas como modelos de construção de sociedades distintos, disputando o território do estado de São Paulo, para enfatizar, em sua reportagem da dissertação, uma relação geográfica alarmante ("agronegócio e pobreza relativa crescem juntos"), que os mapas no estudo destacam. Então, sobre quais disputas de poder estamos falando?

O Globo argumentou em sua reportagem da dissertação que o agronegócio "trouxe também" miséria e violência, mas esta representação da dissertação não faz parte de nosso trabalho. Há evidência, é claro, no sentido de que a grande lavoura, ou latifúndio, ou agronegócio concentra não só a terra, mas também riqueza e poder.

Sua construção depende da desconstrução (destruição) do que veio antes: ou as comunidades dos povos indígenas ou o campesinato. Assim, garanta para ele a terra, a riqueza dela, mão de obra dependente, e verá a continuidade de seu poder político, social e econômico.

Em São Paulo, os donos da terra e do poder também subsidiaram grandes migrações para o estado, ou dos chamados colonos da Europa (ou de homens e mulheres camponeses do Nordeste, reduzindo-os a “proletariado”). A mídia corporativista “fez de conta” que estes apareceram de repente, surpreendentemente, ao lado do agronegócio, da miséria e da violência, como se fosse um acidente.

Assim a mídia se mostra contraditória até na reportagem de um estudo que mostra o contrário: ela revela seu papel como um braço direito do agronegócio, contribuindo para reforçar sua hegemonia na luta territorial. Até com a reportagem de um estudo sobre seu papel na luta pela terra ela consegue dissimular e desviar o olhar da realidade para a narrativa de sua escolha.

Então, é importante observar o papel de enfrentamento de movimentos socioterritoriais, como o do MST, que buscam a emancipação dos seus territórios frente a vertente capitalista agrária. Esses conflitos são causados pela repressão e opressão direta dos ruralistas contra os camponeses que resistem e se recriam no seu modo de viver (produção, trabalho acessório, cultura, identidade).

IHU On-Line – Quais são as características econômicas, ambientais e sociais de Ribeirão Preto, a capital do agronegócio brasileiro?

Tiago Cubas – Ribeirão Preto é um lugar terrível. Meu orientador morou lá durante anos e escreveu uma história do lugar, publicado em português em 2012. É quente, poluído e cercado de favelas (isso devido ao desordenamento territorial urbano na especulação imobiliária e na falta de senso socioambiental). Isso porque o agronegócio de cana destruiu toda sua proteção florestal para fazer seus "mares" de cana, expulsou o campesinato do campo para a cidade, acabando com a diversidade que prevaleceu até os anos 1960. Impediu todos os planos de implantação de outras indústrias e brigou ferozmente para comprometer os sindicatos e não deixar o MST se organizar.

Com muita luta e a ajuda de alguns setores da Igreja Católica, do movimento sindical e da USP, o MST conseguiu ocupar e assentar 260 famílias na antiga fazenda da Barra dentro do município, criando o Assentamento Mario Lago. É pouco, mas muito, dado ao absolutismo do reino dos coronéis da burguesia agrária da região.

IHU On-Line – Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, informou em artigo recente que "a área plantada com grãos no país cresceu 37%, enquanto a produção aumentou 178%, e que há "51 milhões de hectares plantados com grãos" no país. O que esses dados significam? Como o senhor interpreta esses dados?

Tiago Cubas – É bom deixar claro que o problema aqui não é cana-de-açúcar, ou a soja, mas a monocultura para agroexportação e, principalmente, o modelo de apropriação das relações sociais e de poder que envolvem o agronegócio e os camponeses no Brasil. Esses dados refletem a expansão do agronegócio em todo o país, e São Paulo, como centro econômico e político nacional, não é diferente.

IHU On-Line – É possível estabelecer alguma relação entre o agronegócio e a sustentabilidade? Esse é um modelo sustentável? Em que sentido?

Tiago Cubas – É impossível o diálogo entre qualquer tipo de conceito que remeta a equilíbrio no interior do sistema capitalista agrário do agronegócio. Assim como a falácia do aquecimento global e os créditos de carbono, a sustentabilidade é outro projeto de marketing que envolve grandes corporações capitalistas ligadas também ao agronegócio no intuito de mascarar o que, de fato, é a sua essência: a concentração, segregação e desigualdade.

É importante aí entendermos os conceitos de essência do território e aparência do território. O território do capital se situa em aparentar a realidade como discurso único, e essa é a sua essência, a razão de não se explicar por completo, e assim ele se torna forte. Esse território é legitimado então quando o que está posto é a resolução para todas as coisas. Contudo, a imagem territorial (aparência) não pode ser atribuída à totalidade, ela apenas faz parte de uma realidade muito mais complexa do que vemos, o invisível (ou aquilo que ainda não foi escancarado).

O território do agronegócio vive de sua aparência, porque a sua essência é não se explicar, é ser uma propaganda ambulante de si mesmo e do seu "bem". Esse projeto publicitário, que envolve a imprensa corporativista, tenta convencer a sociedade de que o desmatamento histórico – agora mais evidente na área da Fronteira Legal da Amazônia –, as queimadas, os agrotóxicos, os transgênicos e a exploração do trabalhador urbano e rural não são resultados do sistema do agronegócio.

Dessa forma ele propõe o discurso de que tem procurado se estabelecer "sustentável". O único modelo que conheço equilibrado, desde o seu modo de vida e produção, é o modelo camponês (o conceito de modelo camponês pode ser entendido como agricultor familiar que privilegia a solidariedade nas relações sociais e o equilíbrio com o meio ambiente no intuito de desenvolver a soberania alimentar lutando por políticas públicas emancipatórias). Mas para que o modelo camponês se realize eficazmente, é preciso condições de políticas de obtenção de terra desconcentradoras, subsídios à produção e à criação de mercados alternativos.

IHU On-Line – O Ministério da Agricultura anunciou o lançamento do comitê estratégico com empresários do setor do agronegócio para elaborar uma agenda estratégica para fortalecer o agronegócio nacional. Como avalia o investimento do governo nesta área?

Tiago Cubas – Dos planos de 2002/2003 para os planos de 2010/2011 tivemos tanto no Plano Safra da Agricultura Familiar – PAF como Plano Safra da Agricultura e Pecuária – PAP capitalista um aumento nos recursos direcionados para agricultura camponesa e para agricultura capitalista. A divergência que podemos apontar ao interpretar os dados é que o aumento foi muito maior para os investimentos voltados para agricultura capitalista.

De 2002/2003 para 2010/2011 o PAP aumentou seus investimentos cerca de R$ 79,5 bilhões, e o PAF aumentou cerca de R$ 14,6 bilhões. Apesar de proporcionalmente o crescimento ser semelhante à diferença absoluta, esse dado é significativo, pois aponta para o prevalecimento (dos interesses) do território do paradigma do capitalismo agrário nas políticas públicas para o campo.

Para 2011/2012 serão destinados no Plano Agrícola da Agricultura e da Pecuária R$ 107,21 bilhões, isso revela um aumento de 7,2% em relação ao plano passado. O que justifica o que dizemos até então é mostrar que, segundo o Ministério da Agricultura, essa linha de crédito tem a intenção de renovar os canaviais brasileiros, com destaque para o incentivo a própria cana-de-açúcar, além da laranja e da pecuária. Para esse plano não existe limite de crédito por estado; isso se dá por recursos oferecidos por linha de

investimento, e são três: custeio e comercialização (R$ 80,2 bilhões); investimento (R$ 20,5 bilhões); e linhas especiais (R$ 6,5 bilhões).

Estava incluso no discurso de lançamento da presidente Dilma Rousseff, em Ribeirão Preto em 17 de junho de 2011, um incentivo especial à produção da cana-de-açúcar e à pecuária. Por isso houve a criação de uma linha especial de crédito para a cana, por produtor, que será de um milhão de reais para expansão e renovação dos canaviais; e para a pecuária, por produtor, que será de 750 mil reais para compra de matrizes, produtores e custeio.

Já para o Plano Safra do Agricultor Familiar de 2011/2012, que é para o campesinato, temos um investimento total de R$ 16,2 bilhões. O foco desse plano é incentivar a produção de alimentos, os que principalmente fazem parte da alimentação tradicional do brasileiro como arroz, feijão, milho e mandioca. Um braço importante do Plano Safra do Agricultor Familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Mas que ainda é muito pouco quando obsevamos a quantidade de alimentos que os camponeses produzem. (De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, são 70% dos alimentos produzidos por camponeses em 24% das terras utilizadas.)

IHU On-Line – Como vê a discussão acerca da Reforma Agrária no Brasil? O que aconteceu com o Incra?

Tiago Cubas – Não se trata do que aconteceu com o Incra. Esse Instituto sempre esteve amarrado pelas correntes do Estado capitalista. Na verdade, a pergunta deveria ser: o que aconteceu com a função social e de denúncia da imprensa? Onde os governos têm investido capital: no agronegócio ou no campesinato? As políticas de obtenção de terra no Brasil são irrisórias quando comparamos isso com o poder de cooptação do agronegócio em franca expansão dos seus territórios.

O protagonismo da luta camponesa, que faz frente a essa expansão, de 1988 a 2009 em São Paulo, teve 1312 ocupações com 193.516 famílias, uma média de 147,5 famílias por ocupação, sabendo que 70% aproximadamente foram coordenadas pelo MST. E essa parte da história é frequentemente ocultada pela imprensa, e isso revela parte importante da discussão do conceito de Reforma Agrária para os movimentos socioterritoriais.

Desse modo, o que o governo chama de Reforma Agrária são, em sua maioria, políticas de obtenção de terra, e só. Reforma Agrária é quando acontece a desconcentração fundiária, e a política da desapropriação de terras é um raro exemplo disso. Os governos brasileiro e paulista deixaram há muito tempo essa pauta. Enquanto a luta continua denunciando aspectos degradantes do formato do agronegócio, além da exploração do trabalhador e grilagens de terras, o discurso do crescimento econômico tem tomado a frente do desenvolvimento socioterritorial. Isso ocorre de tal modo que somente desapropriar e conceder assentamentos não é suficiente sem políticas de auxílio ao desenvolvimento do modelo camponês de produção social e econômica.

IHU On-Line – Em que consistiriam políticas públicas eficientes para o desenvolvimento da agricultura familiar em São Paulo?

Tiago Cubas – Sob um olhar teórico, seriam políticas que não fossem meramente compensatórias ou assistencialistas. Políticas públicas emancipatórias e que forneçam ao pequeno produtor camponês o espaço para manter a defesa do conceito da soberania alimentar, para garantir seu modo de vida (cultura, tradições, etc.), sobretudo políticas que criem novas possibilidades de mercados não capitalistas.

Temos visto algumas iniciativas importantes e que consideramos políticas públicas emancipatórias, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, que, através de cursos superiores em parceria com universidades públicas para os assentados, fazem parte da luta pela terra. Esses dois programas são exemplos de conquistas dos movimentos socioterritoriais que evidenciam a disputa por dois modelos distintos de sociedade: o modelo camponês e o capitalista agrário.

Recentemente, de 2010 a 2012 tive a oportunidade de trabalhar no Curso Especial de Geografia para Assentados – parceria Incra/Pronera/Unesp), que formou neste ano mais de 40 assentados na graduação em Geografia os quais têm atuado em suas comunidades, fazendo o ensino e conhecimento camponês. São profissionais que qualificaram a sua militância nos movimentos de que participam. Isso tudo é resultado de uma luta histórica por territórios que hoje se instala também no Congresso Nacional por políticas públicas diferenciadas.

Diversificação do ambiente reduz infestação de plantas daninhas – Site do MAPA. 02/10/2012

Outros fatores, como a ausência de cobertura do solo, a inexistência de rotação de culturas e de herbicidas causam a propagação

Plantas daninhas de difícil controle, como a buva, têm preocupado cada vez mais produtores rurais de vários estados brasileiros. A buva, que se propaga facilmente pelo ar, pode produzir até cem mil sementes por planta e está entre os principais problemas em áreas de pastagens e de cultivo de soja no Brasil. Em 2005, o biótipo resistente dessa planta daninha foi detectada em São Paulo e no Rio Grande do Sul e começou a se espalhar por outros Estados, como Mato Grosso do Sul. A alta infestação também é causada por outros fatores, como a ausência de cobertura do solo, a inexistência de rotação de culturas e de herbicidas.

O pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados, MS), Germani Concenço, trabalha nas áreas de sistemas de produção sustentáveis e manejo integrado de plantas espontâneas, e explica que o manejo de plantas daninhas, especialmente as de difícil controle, deve ser integrado, para diversificar o ambiente e reduzir a infestação. A inserção de tecnologias como consórcio milho-braquiária e Integração Lavoura-Pecuária são exemplos de práticas que reduzem a ocorrência de espécies daninhas.

O cultivo do trigo na safrinha, além do milho consorciado com braquiária, também está entre as alternativas para controle de plantas daninhas, porque além de formar palhada bem distribuída no solo, possui efeito alelopático, ou seja, produzem substâncias que colaboram para reduzir a proliferação das espécies daninhas, inclusive a buva. "Após três a cinco anos do início do manejo correto na área já infestada, a redução do número de sementes no solo será significativa, e a infestação nas safras subsequentes será menor", afirma o pesquisador.

Ambientalistas pedem proteção marinha no País – O Estado de São Paulo. 02/10/2012

Moção assinada por 72 especialistas lembra que há 19 propostas de unidades de conservação à espera de decisão

Participantes do Congresso de Unidades de Conservação, que ocorreu na semana passada, em Natal, aprovaram uma moção pedindo a criação de mais unidades de conservação (UCs) marinhas no País.

O documento, apresentado pela SOS Mata Atlântica e assinado por 72 pesquisadores e 43 instituições que atuam na costa brasileira, cobra dos órgãos governamentais mais agilidade na criação e implementação dessas unidades. Hoje há pelo menos 19 em estágio avançado de elaboração, mas que dependem de aprovação do governo federal.

Um dos exemplos é a ampliação do Parque Nacional de Marinho de Abrolhos. Estava previsto para ser anunciado no primeiro semestre deste ano a criação de um mosaico de áreas protegidas entre Bahia e Espírito Santo, mas a decisão foi adiada.

O pedido vinha sendo feito desde a Rio+20. Na conferência foi lançado o Manifesto Pró-UCs Marinhas do Brasil, que pontuava que os ecossistemas marinhos são os menos protegidos no País - menos de 1% da zona de exploração econômica conta com algum grau de proteção. No mesmo evento, no Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, pesquisadores internacionais pediram que pelo menos 10% do mar seja protegido.

"As áreas marinhas protegidas são responsáveis pela manutenção e restauração da produtividade biológica, especialmente dos estoques marinhos, que já se encontram em sua maioria sobre explorados", lembrou no congresso de Unidades de Conservação a bióloga Leandra Gonçalves, da SOS Mata Atlântica.

Tribunal reverte suspensão da Chevron. Denise Luna – Folha de São Paulo. 02/10/2012

Transocean também é beneficiada em ação defendida pelo governo; paralisação atingiria produção da Petrobras. Interrupção havia sido pedida pelo Ministério Público, depois de vazamento de óleo no campo de Frade, no RJ

A petroleira Chevron e a fabricante de equipamentos para o setor petrolífero Transocean não precisarão mais parar suas operações no Brasil até o final do mês.

As duas estão envolvidas no derramamento de 3.700 barris de petróleo no mar no campo de Frade, na bacia de Campos, em novembro do ano passado.

Por causa do incidente, a suspensão havia sido determinada em liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em uma ação do Ministério Público do Rio de Janeiro.

A liminar foi suspensa ontem pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). A decisão do STJ, porém, impede que as empresas mantenham atividades no campo de Frade, com exceção da contenção do petróleo que ainda sai do solo do oceano por pequenas fissuras, trabalho que vem sendo feito pela Chevron.

Na sexta-feira, a diretora-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Magda Chambriard, esteve reunida em Brasília com o presidente do STJ, Felix Fischer.

Foi acompanhada pelo procurador-geral federal, Marcelo Siqueira Freitas, e pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Na reunião, Magda alertou para a gravidade da suspensão, que traria "lesão à ordem e à economia pública". Isso porque, se a Transocean fosse suspensa, a Petrobras também seria afetada: oito das dez sondas que a Transocean mantém no país estão a serviço da Petrobras, inclusive no campo de Lula, na área do pré-sal da bacia de Santos.

No caso da Chevron, desde o acidente de novembro a ANP já havia determinado a suspensão das atividades de perfuração e injeção de água no campo de Frade.

A agência multou a petroleira em R$ 35 milhões, valor que poderá subir para R$ 37 milhões após o fim da análise de uma das infrações.

A empresa já pagou a primeira parte da multa com benefício do desconto de 30%, dado pela ANP pelo pagamento à vista.

Antes da liminar, a ANP e a Chevron estavam em plena negociação para o retorno da produção em Frade, de 70 mil barris diários, mas as duas partes aguardam a decisão final do TRF.

Apesar de a liminar ter sido suspensa, ainda falta julgar a ação principal, que determina o prazo de 30 dias a partir de 25 de setembro para que as empresas parem de atuar no país.

De acordo com a Chevron, a empresa "está buscando todos os meios legais ao seu dispor para cassar a liminar e demonstrar que a empresa sempre agiu de forma apropriada e diligente".

A Petrobras também está ajudando as duas empresas e entrou com mandato de segurança no último dia 28 contra a ação do MPF.

Tombamento da Serra de Casa de Pedra é adiado. Ana Paula Ragazzi e Vera Saavedra Durão – Valor Econômico. 02/10/2012

A Câmara dos Vereadores de Congonhas do Campo, município mineiro situado na região metalúrgica do Estado, decidiu adiar a segunda etapa da votação do projeto de lei que define os limites de tombamento da cordilheira de montanhas que compõe a Serra Casa de Pedra. Inicialmente, a votação acontecia hoje.

O projeto, de iniciativa popular, tira o sono da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Se aprovado em sua totalidade, a Câmara poderá limitar os planos de Benjamin Steinbruch de ampliar a produção de minério da mina de Casa de Pedra e da Namisa para além dos 89 milhões de toneladas anuais, já divulgados ao mercado.

A previsão de 89 milhões de toneladas por ano não muda com o tombamento da área, apurou o **Valor**. Mas poderá bloquear o sonho de Steinbruch de chegar aos 100 milhões de toneladas de minério no longo prazo. Procurada, a CSN não quis comentar o assunto.

Na primeira votação, há uma semana, o projeto número 027/2008, que determina o tombamento de todo o Morro do Engenho onde ficam as lavras das minas da CSN e da Namisa, teve parecer favorável de todos os nove vereadores de Congonhas. Mas para ser implementado após ser aprovado em segunda votação, é necessária a sanção do prefeito, que tem poder de veto.

Na avaliação de fontes do mercado, é difícil mensurar qual será o impacto exato no projeto de expansão da CSN/Namisa, porém isso mostra, destacam os interlocutores, que o lado político deve ser monitorado e pode interferir no andamento do projeto. O desfecho do caso é acompanhado com atenção pelo mercado e pode influenciar o comportamento dos papéis da CSN.

Desde 2008, a discussão da demarcação dos limites da poligonal da Serra de Casa de Pedra é assunto na pauta dos vereadores do município. No início, haviam dois projetos em discussão na Câmara. O primeiro, de cunho popular, defende o tombamento de todo o Morro do Engenho, uma parte da Serra onde estão as minas da CSN. Outro projeto, que tinha a simpatia da mineradora, só tombava uma parte do Morro do Engenho, preservando a parte do minério.

Depois de muitas idas e vindas, o segundo projeto foi rejeitado e o primeiro colocado em primeira votação. A proximidade das eleições seria a razão do protelamento da segunda votação, afirmou o assessor da prefeitura, Marcio Elias. A maioria dos vereadores é candidato à reeleição.

Entretanto, não houve comunicado oficial do adiamento da segunda votação do projeto. O assunto simplesmente foi excluído da pauta de hoje. Não aparece na ordem do dia. A pauta foi alterada por determinação do presidente da Câmara, o vereador Eduardo Cordeiro Matosinhos, que procurado pelo **Valor** não retornou as ligações.

O atual prefeito de Congonhas, Anderson Cabido, também foi procurado para comentar ao fato, mas não respondeu aos telefonemas. Cabido está em seu segundo mandato e começou a carreira de prefeito de Congonhas eleito pelo PT. Atualmente está filiado ao PSDB e em campanha para tentar eleger seu vice, que também é tucano.

Organizações lutam novamente pelo veto total da MP do Código Florestal – Site do MST. 03/10/2012

O Plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (25), a Medida Provisória do Código Florestal (MP 571/2012), o que conclui sua tramitação no Congresso Nacional. A matéria agora retorna ao Executivo e a presidenta Dilma Rousseff decide se sancionará o texto, que foi modificado pelos parlamentares, ou se vai vetá-lo, no todo ou em parte.

A nova proposta que volta à presidenta é menos exigente quanto à proteção de florestas e matas nativas, o que tem motivado a reação daqueles que atuam em defesa do meio ambiente e manifestações de autoridades do governo em favor das regras previstas inicialmente na MP.

Em entrevista, Edélcio Vigna, assessor político do Inesc que acompanhou a tramitação do Código Florestal no Congresso Nacional e a trajetória da Medida Provisória (MP) 571/12, afirma que o processo do Código Florestal foi equivocado desde o princípio, quando o debate não foi aberto à sociedade. "As decisões ficaram restritas a arena legislativa. E, consequentemente, os interesses representados ficaram limitados a essa arena", afirma. Para ele, a presidenta deve vetar toda a MP e iniciar a discussão em 2013.

Confira:

Em poucas palavras, como você identifica toda a trajetória do Código Florestal e, depois, de transformação dos vetos da presidente Dilma Rousseff dentro do Congresso Nacional?

O grande problema do processo do Código Florestal é que ele é marcado por uma disputa de interesses setoriais: grandes proprietários, agricultores familiares, ambientalistas sociais, conservacionistas, setor financeiro, setor da indústria de celulose, madeireiros, entre outros, apresentam interesses diversificados. É uma disputa complexa e é muito complicado se chegar a um consenso.

Qual a principal problema desse cenário tumultuado de interesses que permeiam o Código Florestal?

O processo todo foi equivocado porque os benefícios e os prejuízos não foram claramente colocados para a sociedade. Ficou restrito à arena decisória legislativa. E, consequentemente, os debates ficaram limitados a essa arena. Para resolver o problema o debate do Código Florestal deveria ser entendido como uma questão de interesse nacional, já que estamos tratando do patrimônio florestal geracional.

Para você, qual deveria ser o posicionamento da Presidenta?

Vetar tudo e editar uma nova MP no início do ano de 2013, o que reiniciaria as discussões. O Projeto de Lei de Conversão (PLC) aprovado no Congresso altera a proposta original da MP da Dilma. O PLC resgatou artigos anteriormente vetados, que evitavam maior desmatamento, que buscavam preservar as matas ciliares que protegem os rios, as nascentes e os córregos; que obrigavam o reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL).

E a sociedade civil, com vai atuar agora?

Continuamos mobilizados através do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável e vamos reivindicar novamente o Veto Total. Agora os setores organizados têm que pedir Veta a MP, Dilma!

Veja abaixo os principais pontos alterados na MP

- O modelo "escadinha", que significa quanto maior o imóvel, maior a recuperação, os maiores proprietários serão beneficiados, pois poderão diminuir as áreas de mata (beiras de rios).

- O texto aprovado amplia a quantidade de propriedades que vão recompor as áreas de preservação permanente (APP), mas poderão continuar utilizando o que já está desmatado.

- A APP das propriedades familiares (de 1 a 4 módulos fiscais) com até dois módulos fiscais será limitada a 10% do imóvel. Para propriedades de 2 a 4 módulos, o limite será de 20%. Para as propriedades de 4 a 10 módulos, o limite será de 25% do imóvel.

- A Comissão Especial retirou o limite de 25% para a área de pousio em relação a área do imóvel. O termo "área abandonada", que reforçava a fiscalização de terras improdutivas, foi excluído.

Vácuos na lei florestal podem ser evitados com vetos na MP do Código. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 03/10/2012

Para especialistas em direito, Constituição e regulamentações podem resolver dúvidas

Se a presidente Dilma Rousseff vetar pontos da medida provisória do Código Florestal que foram alterados pela Câmara dos Deputados, isso não necessariamente causará os temidos vácuos jurídicos sobre a questão. A opinião é de especialistas em direito ambiental.

Para o jurista Paulo Affonso Leme Machado, um dos criadores do direito ambiental no Brasil e autor do livro Novo Código Florestal, que traz comentários à Lei 12.651, aprovada em maio deste ano com vetos de Dilma, a solução para o principal ponto de discórdia - a recomposição de mata ciliar desmatada ilegalmente - está na Constituição Federal.

"Na questão da recomposição, não se pode negociar. O governo não é proprietário do ambiente para definir isso", diz. Ele se refere ao Artigo 225, que define que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado" e que é dever público defendê-lo e preservá-lo.

O terceiro parágrafo desse artigo também aponta que condutas lesivas ao meio ambiente são sujeitas a infrações, "independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Ou seja, diz ele, "ninguém tem o direito de não recompor" e não faria

sentido discutir o tamanho que tem de ter essa restauração. "É uma discussão que, a meu ver, é inadequada. Todos têm obrigação de recompor. Ponto final."

Para o jurista, o grande problema é fazer uma correspondência da obrigação com o tamanho da propriedade, em vez de levar em conta as necessidades hídricas e geológicas da região, que é o que delimitam a capacidade das áreas de preservação permanente (APPs) de proteger solo e água - sua principal função.

"O que deveria estar sendo analisado é quais proprietários rurais que têm problemas econômico-financeiros para manter ou recuperar sua APP e o governo deveria dar um montante para recuperar APP. Do contrário, estamos produzindo seca."

Escadinha

A MP editada por Dilma tinha como principal destaque a chamada "escadinha", que definia critérios diferentes de obrigação de restauração das chamadas áreas consolidadas desmatadas até 2008 conforme o tamanho da propriedade. Assim, pequenos proprietários teriam de recompor menos, os médios um pouco mais e os grandes, mais ainda. Na Câmara, foi reduzida a obrigação para médios (de 20 para 15 metros) e grandes (de 30 para 20 metros).

O governo manifestou em várias ocasiões que considerava a proposta o melhor equilíbrio entre as questões sociais e ambientais e que não aceitaria uma flexibilização maior que essa. Portanto, é de se esperar que Dilma vete as mudanças. O que gera dúvidas é se isso poderia deixar um vazio sobre a obrigação dos médios e grandes produtores.

Para André Lima, consultor jurídico do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e SOS Mata Atlântica, uma saída seria vetar inteiramente o Artigo 61-A, que define a questão.

"Se vetasse inteiro, poderia resolver, em alguma medida, as anistias e poderia repor o interesse social e público relacionado aos pequenos produtores com um ou mais decretos que definissem algumas atividades de interesse social ou baixo impacto para fins de consolidação de uso de áreas desmatadas. Resolveria 80% dos problemas sem necessariamente expandir a anistia para médios ou grandes proprietários", afirma. Para os demais, ficaria valendo o Artigo 4.º, que delimita o que é APP.

Essa possibilidade é proposta desde que começaram as discussões para reformular a lei. Os ruralistas sempre alegaram que pequenas propriedades ficariam inviabilizadas se tivessem de cumprir a lei, assim como algumas culturas, como café, uva e arroz, que se desenvolvem melhor justamente em APPs como topo de morro e margens de rio. "Isso colocaria algum equilíbrio na lei, mantendo a regra, mas explorando as exceções."

Projeto Biomas começa a ser implantado no Pantanal – Site da CNA. 04/10/2012

Rico em espécies da fauna e da flora, o Pantanal é o destino dos pesquisadores do Projeto Biomas nesta primeira semana de outubro. O objetivo é selecionar propriedades rurais que representem o Pantanal para a implantação do projeto. O ponto de partida foi

o município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, que faz divisa com o Paraguai e a Bolívia. Conhecida como a Capital do Pantanal, o município possui 60% do bioma.

A equipe iniciou os trabalhos na região da Nhecolândia, cerca de 150 km a Oeste do centro de Corumbá, analisando o solo, a relação com a vegetação e a água, em duas propriedades do Pantanal. A primeira, um ambiente natural e preservado e, a segunda, um local que sofreu mudanças causadas pela exploração da pecuária. "Estamos procurando ambientes que tragam características físicas, com diversidade biológica para implantar um sistema de conservação e preservação desses diferentes locais", explica o coordenador nacional do Projeto Biomas, Gustavo Curcio, doutor em Engenharia Florestal.

No ambiente natural preservado a paisagem é diversificada. A inclinação gradual do terreno proporciona o avanço das águas das lagoas, conhecidas como baias, influenciando diretamente na vegetação, mesmo em poucos metros. Próxima a essas lagoas, onde o solo é mais úmido, formam-se pastos naturais, característica que atraiu a pecuária para a região. Afastando-se das baias, de acordo com as caracteristicas dos solos, há uma mudança da vegetação, passando dos campos úmidos para o Cerrado ou Cerradão, sobre as cordilheiras. "O que nos interessa é entender como a árvore está distribuída na paisagem. O objetivo do projeto é abordar as árvores como um fator central dentro da propriedade, seja para recomposição, uso local ou econômico", explica o mestre em Ciência da Vida Selvagem, Walfrido Tomas, do laboratório da Vida Selvagem da Embrapa Pantanal.

Na área que sofreu alteração pela pecuária foi possível verificar que a vegetação de campo foi ampliada, diminuindo a incidência do Cerrado. "O que era um ambiente complexo se tornou simplificado e nisso se perde a diversidade de espécies. Quando se altera um local, reduz-se, por exemplo, madeira, importante para o ambiente e para a economia", explica Tomas.

Nos próximos dias, a equipe do Projeto Biomas, formada também pelos coordenadores Annete Bonnet, doutora em Engenharia Florestal, e Alexandre Uhlmann, doutor em Botânica, continuará as visitas às propriedades rurais. O trabalho será focado na identificação do local que possui as melhores características para a implantação do projeto.

SOBRE O PROJETO BIOMAS

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos em cinco dos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Pesquisadores do Projeto Biomas visitam propriedades rurais no Pantanal – Site da CNA. 04/10/2012

A equipe do Projeto Biomas, que está no Pantanal, visitou propriedades rurais para identificar quais as melhores áreas para a implantação do projeto. Com olhos atentos às características do Pantanal, os pesquisadores buscam um local que represente o bioma.

As áreas visitadas são situadas na região da Nhecolândia, cerca de 150 km do centro de Corumbá, no extremo Oeste do Mato Grosso do Sul. "É um local que representa 2/3 do Pantanal, é relativamente mais alta que as demais regiões pantaneiras e é uma das principais áreas da pecuária no Pantanal", explica o mestre em Ciência da Vida Selvagem, Walfrido Tomas, do laboratório da Vida Selvagem da Embrapa Pantanal.

Para a implantação do Projeto, os pesquisadores buscam na propriedade uma área em torno de 80 hectares. O tamanho difere dos outros biomas em que o projeto está inserido, por causa das baias - local que concentra a lagoa - e que não poderá receber as pesquisas com árvores.

As propriedades devem conter relação entre baia e cordilheira, região que abriga as árvores. "Na cordilheira, há solos muito arenosos, alguns com a coloração mais esbranquiçada e outros mais avermelhados, ideais para receberem as pesquisas com árvores", explica o coordenador nacional do Projeto Biomas, Gustavo Curcio, doutor em Engenharia Florestal.

Após a análise e escolha das propriedades, os pesquisadores vão atuar na formação de parcerias com técnicos de outras instituições, como institutos de pesquisa e universidades. A ideia é formar equipes de trabalho multidiciplinares e interligadas que busquem a introducao da árvore tanto para sistemas de preservacao como de produção. "Um dos nossos desafios é conciliar as características das propriedades rurais com as necessidades dos proprietários", analisa Curcio.

SOBRE O PROJETO BIOMAS

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos em cinco dos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Grupo indígena bloqueia acesso a estrada de ferro no MA. Reynaldo Turollo – Folha de São Paulo. 04/10/2012

Índios protestam contra portaria do Planalto

Um grupo de indígenas bloqueia, desde a manhã de anteontem, a estrada de ferro Carajás, na região do município de Alto Alegre do Pindaré (cerca de 340 km de São Luís, no Maranhão).

Os índios protestam contra portaria da AGU (Advocacia-Geral da União) publicada em julho. O texto autoriza o governo federal a fazer intervenções em terras indígenas sem consultar previamente os índios ou a Funai (Fundação Nacional do Índio).

A estrada de ferro é usada pela Vale para transportar minério de ferro da mina de Carajás, no Pará, até o terminal portuário de Ponta da Madeira, em São Luís, que também pertence à mineradora.

Desde a manhã de anteontem, nenhum trem passa pela linha. A Vale não informou quanto deixou de transportar devido à manifestação.

Um trem de passageiros -que ia do Pará a São Luís pela mesma estrada- também teve a viagem interrompida. Os passageiros desembarcaram em Açailândia (MA) e tiveram de seguir de ônibus.

Cerca de 200 indígenas, a maioria da etnia guajajara, permaneciam no local até a tarde de ontem, segundo policiais da região.

Nem a Polícia Militar nem a Polícia Federal estão acompanhando o protesto. Ambas informaram não saber se há negociações em curso. Não há relatos de violência.

A reportagem não conseguiu contato com a Funai para verificar uma eventual ação do órgão em relação ao protesto.

Em um de seus artigos, a norma da AGU diz que o "usufruto da riqueza do solo, dos rios e dos lagos" em terras indígenas "pode ser relativizado sempre que houver interesse público da União".

A portaria motivou diversas críticas de especialistas ligados à defesa dos direitos dos povos indígenas.

Em nota, a Vale afirmou que o protesto "não tem relação direta" com a empresa e que "está acionando todos os meios legais para responsabilizar os invasores civil e criminalmente, já que obstruir ferrovia é crime".

No segundo trimestre deste ano, a Vale já transportou 28 milhões de toneladas de minério de ferro pela estrada de ferro Carajás.

Desmatamento: novo cálculo. Lucas Tolentino – Site do MMA. 05/10/2012

A partir e agora, as áreas que apresentarem aumento das taxas em pelo menos dois dos últimos três anos passarão a integrar a lista de prioridades

Os critérios para a inclusão de municípios da Amazônia Legal na relação de prioridades de desmatamento foram alterados. Com a publicação da Portaria nº 322 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), as áreas que apresentarem aumento das taxas em pelo menos dois dos últimos três anos passarão a integrar a lista. Antes da mudança, o critério era de crescimento dos índices em três dos últimos cinco anos.

Hoje, 52 municípios da Amazônia Legal fazem parte da política de prioridades do governo federal. Desse total, 46 compõem a lista e outros seis se encontram em situação de desmatamento controlado. As últimas mudanças ocorreram, na última quarta-feira (03/10), com a publicação das portarias que retiraram Ulianópolis e Dom Eliseu da lista e incluíram Anapu e Senador José Porfírio na relação. As quatro cidades ficam no Pará.

ACOMPANHAMENTO

A mudança nos critérios tem o objetivo de acompanhar mais de perto a degradação ambiental na Amazônia. "Serão trabalhados dados mais atuais. Com isso, serão incluídos na lista os municípios onde, realmente, ocorrem um desmatamento mais ativo", explica a gerente de projetos Juliana Simões, do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento (DPCD) do MMA.

Os critérios de entrada na lista de municípios prioritários incluem, ainda, aspectos como a área total de floresta desmatada. Para sair da relação, além de atender aos limites de desmatamento definidos pelo MMA, os municípios precisam alcançar a meta de, pelo menos, 80% das propriedades monitoradas por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Após isso, eles passam a integrar um grupo de áreas em monitoramento.

Tecnologias para agricultura orgânica estão disponíveis em site – Site do MAPA. 06/10/2012

Unidade publicou na internet portfólio com dez anos de pesquisa

As pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Hortaliças na área de agricultura orgânica e agroecologia, ao longo de dez anos, estão compiladas e disponibilizadas em um *site* de maneira que todos os resultados possam ajudar extensionistas e agricultores na produção orgânica.

Todo o portfólio das tecnologias geradas para sistemas agrícolas de base ecológica estão no portal da Embrapa. Para a pesquisadora Mariane Vidal, o *site* vai facilitar a transferência dessas tecnologias e permitir que elas cheguem ao campo de uma forma prática.

Com conteúdo totalmente voltado à agricultura orgânica, o espaço na *web* proporciona pesquisas sobre insumos orgânicos, lançamentos de cultivares adaptadas ao sistema orgânico, práticas culturais e processos de sistemas agrícolas de base ecológica. Ali também é possível encontrar notícias atualizadas, vídeos, imagens e publicações técnicas e acadêmicas sobre o tema.

Até o final do ano, o Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Embrapa Hortaliças pretende lançar o portfólio de tecnologias no formato impresso, inclusive em outros idiomas, e folders individuais para cada tecnologia.

Veja o site sobre produção orgânica:

http://www.cnph.embrapa.br/organica/index.html

Embrapa realiza curso sobre agricultura orgânica – Site do MAPA. 07/10/2012

Profissionais de assistência técnica e extensão rural conheceram novidades sobre a prática

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou na última semana de setembro, em Goiânia (GO), curso sobre agricultura orgânica para profissionais de assistência técnica e extensão rural dos setores públicos e privado. Durante cinco dias de aulas expositivas, práticas de campo e debates, os técnicos puderam aprender sobre cultivo e comércio de alimentos orgânicos. Servidores da Superintendência Federal da Agricultura de Goiás (SFA/GO) participaram do curso.

As aulas foram realizadas na unidade Estudos e Capacitação, em uma parceria da empresa com a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) e a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Saiba mais

A produção rural orgânica busca a promoção da qualidade de vida com proteção ao meio ambiente. Sua principal característica é não utilizar agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam o meio ambiente. Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. O Brasil já ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos.

Lindbergh Farias denuncia começo da ofensiva ruralista. Lindbergh Farias – Site do MST. 09/10/2012

A pressão da maioria ruralista no Congresso mais uma vez surtiu efeito: a Medida Provisória nº 571/2012, do Código Florestal, foi revista, piorada e aprovada a toque de caixa na Câmara e no Senado. Agora segue para sanção da presidente Dilma Rousseff, que deve vetá-la, ao menos em parte.

Nesse tempo todo, temos visto reiteradas investidas da bancada ruralista contra os nossos biomas, seguidas de insistentes tentativas do governo de evitar um desastre. A cada rodada de tramitação, porém, a lei vai se desfigurando mais um pouco, e a proteção ambiental no Brasil, se perdendo.

O tratamento dado pelo novo texto à recuperação de matas ciliares, as APPs, é lapidar. Para restaurar o equilíbrio entre a pequena produção rural — supostamente ameaçada de extinção pelo código — e a preservação ambiental, a presidente criou a chamada "escadinha", escalonando as faixas de recomposição de acordo com o tamanho da propriedade.

A comissão mista que examinou a MP, composta em sua maioria por representantes do setor agropecuário, não se satisfez. Disse que agora quem estava sob ameaça de extinção era... o médio produtor! E enfiou um bode na sala: ameaçou simplesmente acabar com as APPs em todos os rios intermitentes do país, para conseguir no final um acordo para reduzir a faixa mínima de recomposição para propriedades médias e

grandes, de até 15 módulos fiscais, e deixar aos estados a definição das faixas de proteção nos latifúndios. Caso seja aprovada, essa mudança fará com que 3 milhões de hectares de matas em margem de rio deixem de ser recuperados — um quarto de tudo o que o país precisa recompor em APPs ciliares.

Essa própria discussão, porém, torna-se supérflua, já que, pelo texto aprovado, qualquer pomar passará a valer como APP: acreditemos ou não, os parlamentares da comissão mista incluíram no texto da MP 571 a possibilidade de recompor matas ciliares com árvores frutíferas, eliminando a razão de ser das áreas de preservação permanente.

Igualmente insidiosas foram as alterações feitas ao artigo 1º da MP. O texto do código aprovado no Senado e defendido pela presidente Dilma preservava a essência da lei de 1965, ao estabelecer, em seu artigo 1º, que o código tem como "fundamento" a proteção às florestas. A redação proposta pela Câmara e ora recuperada em sua essência pela comissão exclui esse fundamento e deixa de reconhecer a importância das florestas para a sustentabilidade do agronegócio. Não é mais um Código Florestal; é um código disciplinador de atividades rurais, que separa preservação de florestas de biodiversidade e de clima, como se fossem conceitos separáveis e não uma coisa só.

O comportamento em relação ao código nos últimos três anos tem sido guiado por duas ilusões. A primeira é a de que a correlação de forças no Congresso Nacional é um espelho dos anseios e sentimentos da sociedade brasileira. Não é, como demonstraram pesquisas de opinião e o movimento popular Veta, Dilma.

A segunda ilusão é a de que o novo Código Florestal trará a sonhada "paz ao campo". Ao contrário, ele faz parte de uma agenda mais ampla do setor. O novo código visa resolver o passivo. Mas há outras demandas, que são para o futuro. Essa agenda tem dois desdobramentos já pautados no Congresso: o Projeto de Lei nº 2289/2007, que regulamenta a venda de terras para estrangeiros, e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215, que congela a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a criação de unidades de conservação no país.

O Brasil tem sido arrastado no debate do Código Florestal pela agenda de um único setor. Há boa justificativa para isso: a economia rural está aquecida e o agronegócio tem sido vital para proteger o país contra os efeitos da crise internacional. Porém, ainda que todas as aspirações desse setor fossem legítimas, por definição elas não são uma visão de Estado.

É hora de pôr um freio de arrumação à agenda ruralista e de abrir um debate com a sociedade. O que o Brasil quer fazer com os dividendos da expansão sem precedentes da agropecuária? Entregá-los nas mãos das traders estrangeiras, que concentram terras e renda, confiando que o mercado produzirá o maior grau de prosperidade para o país? Ora, isso equivaleria ao grau de desregulamentação que produziu a atual crise econômica. É isso o que nós queremos?

Enquanto esse debate não for internalizado, estaremos condenados a ver a novela do Código Florestal se repetir indefinidamente e a vida parlamentar brasileira virar uma sucessão de convulsões. É preciso cortar esse mal pelo tronco — porque a raiz, infelizmente, já se fincou no solo.

Cientistas denunciam graves retrocessos no Código Florestal – Carta Maior. 09/10/2012

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) encaminharam carta à presidenta da República, Dilma Rousseff, reafirmando sua preocupação com as recentes alterações no Código Florestal, aprovadas pelo Congresso Nacional. Na avaliação das duas entidades, essas alterações representam mais retrocessos e graves riscos para o país. "Com a aprovação da MP 571/2012 pelo Senado o Brasil deixará de cumprir os compromissos que assumiu com seus cidadãos e com o mundo", afirma a carta.

A tramitação da MP 571/2012 do Código Florestal foi concluída no Congresso e retorna para apreciação da presidente da República. Confira a íntegra da carta encaminhada pela SBPC e ABC para a presidente Dilma Rousseff.

À M.D. Sra.

Dilma Rousseff

Presidenta
República Federativa do Brasil,

Senhora Presidenta,

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) vêm mais uma vez manifestar sua preocupação com o Código Florestal, desta vez por meio de alterações na MP 571/2012 aprovadas pelo Congresso Nacional, que representam mais retrocessos, e graves riscos para o País.

O Brasil deveria partir de premissas básicas que ele próprio aprovou em fóruns internacionais, como na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O documento aprovado na Rio+20, denominado "O Futuro que Queremos", ressalta o compromisso com um futuro sustentável para o planeta de modo que haja a integração equilibrada das dimensões social, econômica e ambiental.

O documento reconhece a importância da colaboração da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da conexão entre a ciência e as políticas, mediante avaliações científicas confiáveis que facilitem a adoção de decisões informadas.

Reafirma a necessidade de promover, fortalecer e apoiar uma agricultura mais sustentável, que melhore a segurança alimentar, erradique a fome e seja economicamente viável, ao mesmo tempo que conserva as terras, a água, os recursos genéticos vegetais e animais, a diversidade biológica e os ecossistemas e aumente a resiliência à mudança climática e aos desastres naturais.

Também reconhece a necessidade de manter os processos ecológicos naturais que sustentam os sistemas de produção de alimentos. Além disto, ressalta os benefícios

sociais, econômicos e ambientais que as florestas, seus produtos e serviços, podem proporcionar para as pessoas e para as economias. Para que isto ocorra, os países concordaram em envidar esforços para o manejo sustentável das florestas, a recomposição, a restauração e o florestamento, para aumentar as reservas florestais de carbono.

Com a aprovação da MP 571/2012 pelo Senado o Brasil deixará de cumprir os compromissos que assumiu com seus cidadãos e com o mundo, aprovando medidas que não privilegiam a agricultura sustentável e que não reconhecem a colaboração da ciência e da tecnologia nas tomadas de decisão.

A SBPC e a ABC são contra as seguintes alterações na MP 571/2012,:

• Definição de Pousio sem delimitação de área - Foi alterada a definição de pousio incluída pela MP, retirando o limite de 25% da área produtiva da propriedade ou posse (Art. 3o inciso XXIV). Para a ABC e SBPC as áreas de pousio deveriam ser reconhecidas apenas à pequena propriedade ou posse rural familiar ou de população tradicional, como foram até o presente, sem generalizações. Além disto, deveriam manter na definição o percentual da área produtiva que pode ser considerada como prática de interrupção temporária das atividades agrícolas.

• Redução da obrigação de recomposição da vegetação às margens dos rios - O texto aprovado pelo Senado Federal beneficiou as médias e grandes propriedades rurais, alterando o Art. 61-A da MP 571/2012. Nele, a área mínima obrigatória de recuperação de vegetação às margens dos rios desmatadas ilegalmente até julho de 2008 foi reduzida. As APPs não podem ser descaracterizadas sob pena de perder sua natureza e sua função. A substituição do leito maior do rio pelo leito regular para a definição das APPs torna vulneráveis amplas áreas úmidas em todo o país, particularmente na Amazônia e no Pantanal, onde são importantes para a conservação da biodiversidade, da manutenção da qualidade e quantidade de água, e de prover serviços ambientais, pois elas protegem vidas humanas, o patrimônio público e privado de desastres ambientais.

• Redução das exigências legais para a recuperação de nascentes dos rios. A medida provisória também consolidou a redução da extensão das áreas a serem reflorestadas ao redor das nascentes. Apesar de que a MP considera como Área de Preservação Permanente (APP) um raio de 50 metros ao redor de nascente, a MP introduziu a expressão "perenes" (Art. 4º, inciso IV), com o intuito de excluir dessas exigências as nascentes intermitentes que, frequentemente, ocorrem em regiões com menor disponibilidade anual de água. Para fins de recuperação, nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d água perene, é admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros (Art. 61-A § 5º).

• Reflorestamento de nascentes e matas ciliares com espécies arbóreas frutíferas exóticas. É inaceitável permitir a recuperação de nascentes e matas ciliares com árvores frutíferas exóticas, ainda mais sem ser consorciada com vegetação nativa, em forma de monocultivos em grandes propriedades. Os cultivos de frutíferas exóticas exigem em geral uso intensivo de agrotóxicos, o que implicará contaminação direta dos cursos de água (Art. 61-A, inciso V).

• Áreas de Preservação Permanente no Cômputo das Reservas Legais - As Áreas de Preservação Permanente não podem ser incluídas no cômputo das Reservas Legais do imóvel. As comunidades biológicas, as estruturas e as funções ecossistêmicas das APPs e das reservas legais (RLs) são distintas. O texto ainda considera que no referido cômputo se poderá considerar todas as modalidades de cumprimento da Reserva Legal, ou seja, regeneração, recomposição e compensação (Art. 15 § 3o). A ABC e a SBPC sempre defenderam que a eventual compensação de déficit de RL fosse feita nas áreas mais próximas possíveis da propriedade, dentro do mesmo ecossistema, de preferência na mesma microbacia ou bacia hidrográfica. No entanto, as alterações na MP 571/2012 mantêm mais ampla a possibilidade de compensação de RL no âmbito do mesmo bioma, o que não assegura a equivalência ecológica de composição, de estrutura e de função. Mantido esse dispositivo, sua regulamentação deveria exigir tal equivalência e estipular uma distância máxima da área a ser compensada, para que se mantenham os serviços ecossistêmicos regionais. A principal motivação que justifica a RL é o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas de menor aptidão agrícola, o que possibilita conservação da biodiversidade nativa com aproveitamento econômico, além da diversificação da produção.

• Redução da área de recomposição no Cerrado Amazônico - O Art. 61-B, introduziu a mudança que permite que proprietários possuidores dos imóveis rurais, que em 22 de julho de 2008, detinham até 10 (dez) módulos fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, recomponham até o limite de 25% da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) e até 10 (dez) módulos fiscais, excetuados aqueles localizados em áreas de floresta na Amazônia Legal. Este dispositivo permitirá a redução da área de recomposição no Cerrado Amazônico. Toda a Amazônia Legal seguia regras mais rígidas. Com a mudança, apenas áreas de florestas da Amazônia Legal ficam excluídas do limite de 25%

• Delegação aos Estados para definir, caso a caso, quanto os grandes proprietários devem recuperar de Áreas de Preservação Permanente (APPs) ilegalmente desmatadas. A delimitação de áreas de recuperação, mantidos os parâmetros mínimos e máximos definidos pela União, foi remetida para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) a delimitação de áreas de recuperação. Atualmente esta competência é compartilhada entre municípios, Estados e governo federal. Determinar que cada estado defina o quanto os grandes proprietários terão de recuperar das áreas de preservação irregularmente desmatadas, pode incentivar uma "guerra ambiental".

• Diminuição da proteção das veredas - O texto até agora aprovado diminuiu a proteção às veredas. A proposta determina ainda que as veredas só estarão protegidas numa faixa marginal, em projeção horizontal, de 50 metros a partir do "espaço permanentemente brejoso e encharcado" (Art. 4o, inciso XI), o que diminui muito sua área de proteção. Antes, a área alagada durante a época das chuvas era resguardada. Além desse limite, o desmatamento será permitido. As veredas são fundamentais para o fornecimento de água, pois são responsáveis pela infiltração de água que alimenta as nascentes da Caatinga e do Cerrado, justamente as que secam durante alguns meses do ano em função do estresse hídrico.

• Regularização das atividades e empreendimentos nos manguezais - O artigo 11-A, incluído pela MP, permite que haja nos manguezais atividades de carcincultura e

salinas, bem como a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008 (§§ 1o 6º). Os manguezais estão indiretamente protegidos pelo Código Florestal desde 1965, e diretamente desde 1993, na Mata Atlântica, e 2002, na Amazônia. Esse artigo, além de promover a regularização de áreas desmatadas irregularmente, permite que novas áreas sejam abertas para instalação de criações de camarões.

Senhora Presidenta, se queremos um futuro sustentável para o País, se queremos promover o desenvolvimento do Brasil, se queremos que a agricultura brasileira perdure ao longo do tempo com grande produtividade, que minimizemos os efeitos das mudanças climáticas, que mantenhamos nosso estoque de água, essencial para a vida e para a agricultura, que protejamos a rica biodiversidade brasileira, temos que proteger nossas florestas. Portanto solicitamos que a Presidência da República e o Governo Federal atuem, no que estiver a seu alcance, para que a MP 571/ 2012, aprovada pelo Senado Federal, não se concretize.

Acreditamos firmemente que a decisão da mandatária maior do País deve transcender os interesses de grupos e responder aos interesses maiores da Nação.

Atenciosamente,

Helena B. Nader - Presidente SBPC

Jacob Palis - Presidente ABC

Evento vai reunir Governo e setor produtivo para debater uso sustentável da água – Site do MAPA. 09/10/2012

A unidade Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realiza o I Seminário Agrohidro, de 15 a 19 de outubro, no Rio de Janeiro. Com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o seminário vai reunir mais de cem participantes para debater os desafios para a sustentabilidade da agricultura.

A água é considerada um dos insumos mais valiosos para o aumento de produtividade do setor agropecuário. No seminário, representantes de governos e setores produtivos vão debater estratégias, linhas de ação e escalas de execução relacionadas à racionalização do uso da água na agropecuária.

O setor agropecuário é responsável pelo uso de cerca de 60% da água consumida no Brasil. O debate qualificado sobre o tema, no seminário, pode gerar respostas para problemas relacionados ao setor, como a regularização da água na agricultura, racionalização do uso nos diversos métodos e sistemas empregados e controle dos efeitos no meio ambiente.

Consórcio público é tema de encontro do MDA com outros órgãos de governo – Site do MDA. 09/10/2012

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) participam nesta quarta-feira (10), em Brasília, da reunião do Grupo de Trabalho formado pelo MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR). O encontro visa promover, durante este ano, de forma conjunta, rodadas de discussões sobre consórcios públicos em territórios com semelhança de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) e do Programa Territórios da Cidadania.

Segundo Roseli Bueno, coordenadora da SDT, o objetivo da reunião é fazer uma avaliação do trabalho realizado e projetar sua continuidade. "Essa parceria acontece desde 2010, quando foi feito o trabalho em 11 Territórios da Cidadania. Em 2012, o trabalho foi feito em mais 13 territórios", comenta.

O consórcio público consiste na união entre dois ou mais entes da Federação (municípios, estados e União), com a finalidade de prestar serviços, sem fins lucrativos, e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos. Os consócios podem promover o desenvolvimento regional, territorial, gerir tratamento de lixo, saneamento básico, saúde, abastecimento alimentar, além de executar projetos rurais e urbanos. Hoje, há centenas de consórcios no País. Um dos objetivos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas.

A iniciativa também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem sua capacidade técnica, gerencial e financeira. É possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento e territórios, melhorando a prestação de serviços públicos.

Consad
O Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) é um arranjo territorial institucionalmente formalizado envolvendo um número definido de municípios que se agrupam para estabelecer ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda.

Incra e Ibama flagram no PA extração ilegal de madeira. AGuirre Talento – Folha de São Paulo. 09/10/2012

Esquema foi descoberto onde missionária morreu

Um esquema de extração ilegal de madeira foi descoberto no interior de um assentamento rural na região onde a missionária norte-americana Dorothy Stang foi morta em 2005, no município de Anapu (a 766 km de Belém).

Antes do flagrante, madeireiros invadiram áreas do assentamento e derrubaram árvores ilegalmente. O caso veio à tona há duas semanas e meia, após denúncia dos moradores do assentamento.

Servidores do Incra (autarquia responsável pela reforma agrária) e do Ibama (órgão de fiscalização ambiental) flagraram árvores derrubadas e apreenderam máquinas. O valor dos equipamentos chega a R$ 1 milhão.

Depois disso, o clima de tensão recrudesceu. Os moradores do assentamento dizem que estão sob risco, já que madeireiros pretendem voltar ao local para buscar as máquinas apreendidas.

Os assentados dizem que um grupo de seis homens armados foi ao local, após a apreensão, para levar um dos tratores. Outras quatro máquinas permanecem no local.

Segundo o Incra, não há policiais fazendo segurança do assentamento. "Somos seis servidores do Incra na cidade e estamos nos revezando, mas não ficamos armados. Já pedimos reforço à Força Nacional de Segurança", afirmou Fagner Garcia, coordenador do Incra em Anapu.

A equipe do Ibama, chamada com urgência para fazer a apreensão, prepara uma nova incursão, desta vez para identificar os responsáveis.

A suspeita é que haja empresas por trás do esquema. Segundo o Ibama, elas usam planos florestais aprovados para outras áreas com o objetivo de dar aspecto de legalidade à madeira extraída de locais proibidos.

Sociedade exige vetos à MP do Código Florestal. Íris Pacheco – Site do MST. 10/10/2012

Nesta terça-feira (09), movimentos sociais do campo e organizações sindicais, como MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres CAmponesas (MMC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), manifestaram repúdio a pontos do texto que compõem a Medida Provisória 571/12, que trata do Código Florestal.

Desta maneira, as organizações enviaram uma carta à presidenta Dilma Rousseff, na qual pedem o veto à proposta que privilegia o agronegócio em detrimento do meio ambiente e dos pequenos agricultores.

“Da forma como está, o texto protege os latifundiários grileiros e especuladores, que nada produzem sobre a terra. A sociedade brasileira vê como única alternativa o veto da Presidenta a esses pontos que privilegiam o agronegócio, em detrimento da sustentabilidade ambiental e da produção da agricultura familiar e camponesa. Somente assim a Presidenta estará garantindo a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a defesa da democracia brasileira, gravemente ameaçada pelo poderio totalitário do agronegócio”, diz a carta.

A carta também foi enviada à Secretaria Geral da República e à Casa Civil.

Agora, o Código Florestal que está há três anos em discussão, só depende da homologação da presidenta Dilma.

Leia a carta na íntegra

À Excelentíssima Presidenta do Brasil

Senhora Dilma Vana Rousseff

Há três anos a sociedade brasileira vivencia uma das maiores afrontas às conquistas democráticas de nosso país: a tentativa do agronegócio de destruir o Código Florestal, para avançar com seu projeto ambicioso, que visa apenas lucros, promove o desmatamento e intoxica a natureza e os que nela vivem.

Tendo sob seu domínio a grande maioria do Congresso Nacional, por meio da poderosa bancada ruralista, o agronegócio transformou a legislação ambiental em legislação agrícola, voltada para garantir interesses próprios e de grandes proprietários de terra.

A sociedade brasileira, organizada ou não se manifestou incansavelmente contra os avanços do agronegócio sobre a natureza. Os movimentos sociais do campo e da cidade, a classe artística e parte significativa da classe política também se manifestaram contrariamente às pautas destrutivas do agronegócio, ao mesmo tempo em que defenderam o tratamento diferenciado para a agricultura familiar e camponesa. São os pequenos produtores que alimentam as famílias brasileiras e os que mais preservam o meio ambiente.

Após uma grande mobilização da sociedade brasileira, sensibilizada e ciente da necessidade de tomar decisões firmes, a excelentíssima Presidenta corretamente realizou vetos ao texto ruralista construído no Congresso. Para preencher o lugar dos artigos vetados, que tratavam justamente da recuperação de áreas desmatadas em beiras de rios e nascentes, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma Medida Provisória.

Um dos eixos centrais desta MP era o tratamento diferenciado para a pequena propriedade, exigindo que os médios e grandes proprietários deste país recuperem as áreas que desmataram. O texto da MP, no entanto, foi modificado e aprovado na Câmara e no Senado, sob os aplausos veementes dos líderes ruralistas Kátia Abreu e Blario Maggi. O agronegócio mais uma vez impôs seus interesses à formulação da Lei, estabelecendo que: Os benefícios para a pequena propriedade foram estendidos para a média propriedade, ou seja, até 15 módulos rurais (o que pode chegar a 1.500 hectares). Para esses médios, a área mínima de recuperação passou de 20 metros para apenas 15 metros;

- Para os grandes, a área mínima passou de 30 metros para 20 metros, além de o limite máximo ficar a critério de cada estado. Ou seja, o meio ambiente estará sujeito aos interesses políticos estaduais, mesmo tendo impactos sobre toda a sociedade brasileira;

- Se não bastasse a redução da área a ser recuperada em beiras de rios, o agronegócio também se valeu do benefício concedido aos pequenos produtores de poderem recuperar as áreas com até 50% de espécies frutíferas exóticas e expandiu essa possibilidade para

as médias e grandes propriedades. Ou seja, onde deveria haver matas, haverá monocultivos com apelação econômica, ou seja, ao invés dos grandes proprietários de terra serem obrigados a recuperarem o que destruíram, serão beneficiados e certamente voltarão a agredir os remanescentes que sobraram.

- Mesmo com todo o discurso produtivista, o agronegócio retirou do texto a definição de área abandonada, e retirou a restrição para pousio (tempo de descanso da terra entre um cultivo e outro), que era de no máximo 25% da propriedade.

Da forma como está, o texto protege os latifundiários grileiros e especuladores, que nada produzem sobre a terra. As médias propriedades deveriam sim ser a extensão máxima permitida para proprietários no país, e estes, que se dizem produtores, são os mesmos que impedem a atualização dos índices de produtividade.

Diante de tamanhos retrocessos, nos direcionamos à Excelentíssima Presidenta reivindicando que mantenha seus compromissos de campanha de não anistiar desmatadores. A sociedade brasileira vê como única alternativa o veto da Presidenta a esses pontos que privilegiam o agronegócio, em detrimento da sustentabilidade ambiental e da produção da agricultura familiar e camponesa. Somente assim a Presidenta estará garantindo a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a defesa da democracia brasileira, gravemente ameaçada pelo poderio totalitário do agronegócio.

A sociedade brasileira mais uma vez se manifesta: VETA DILMA!

Assinam este documento:

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Derrubada de florestas amazônicas no período entre agosto e setembro é a maior desde 2009. Fábio Fabrini e Célia Froufe - O Estado de S.Paulo. 10/10/2012

O desmatamento na Amazônia Legal entre agosto e setembro foi de 804 km2, o maior nível do período nos últimos três anos, puxado pela seca intensa de 2012 e a expansão das áreas para plantio de soja, garimpo e pecuária. Apenas em agosto, o desflorestamento foi de 522 km2 (mais de duas vezes o tamanho da cidade do Recife),

um aumento de 220% em relação ao mesmo período de 2011. Na série histórica, o pico só não foi mais alto que em julho de 2009, quando o total destruído chegou a 835 km2.

Os dados foram apresentados ontem pelos ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, que anunciaram um pacote de medidas para intensificar a prevenção e o combate ao desmatamento. A atuação do governo se dará em cinco ações principais, sendo a mais importante a fiscalização permanente na região. Parte delas será oficializada até o fim da semana em decreto da presidente Dilma Rousseff.

Atualmente, os agentes federais trabalham principalmente no período de seca, de abril a outubro, quando os desmatadores atuam com mais facilidade e a falta de nuvens favorece o monitoramento por satélite. Porém, a derrubada de floresta vem ocorrendo mesmo em período chuvoso, apesar das dificuldades para a retirada de madeira, o que forçou uma reorientação na repressão.

A Força Nacional de Segurança criará uma companhia ambiental na Amazônia. As atividades de inteligência vão contar com o background militar. Será criado ainda o Proteger Ambiental, que voltará a estrutura e o efetivo das Forças Armadas para ações de proteção da mata. O governo classificou o pacote como um forte reforço, mas se negou a divulgar números. "Se eu disser o efetivo, dou munição para o bandido", disse Cardozo.

Queda de árvores

Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas foram os Estados com maior desmate em agosto.

Apesar dos dados negativos, a ministra ponderou que o reforço na fiscalização já possibilitou a redução do ritmo da destruição em setembro, com 282 km2. "Houve o aumento do preço do ouro (o que estimula a abertura de garimpos) e da soja internacional. As pessoas estão desmatando por soja, pecuária, madeira e ouro", disse Izabella.

Índios ocupam de novo Belo Monte e param parte da obra. Cássia Almeida – O Globo. 10/10/2012

Consórcio responsável pela obra da usina vai recorrer à Justiça contra ocupação da área. Índios ocuparam o acesso que liga um dos canteiros de obras de Belo Monte à Ilha Marciana em protesto contra o barramento do rio Xingu Movimento Xingu Vivo

Mais de cem indígenas, pescadores e agricultores de comunidades ribeirinhas ocupam desde segunda-feira à noite um dos quatro canteiros de obras da Usina de Belo Monte, no Pará. É a terceira vez este ano que o local é ocupado. Na última manifestação, durante a Rio+20, em junho, a ocupação durou 21 dias. As obras no canteiro estão paradas. A comunidade reivindica o cumprimento das condições impostas para que a usina pudesse ser construída no meio da Floresta Amazônica: demarcação de terra, escola diferenciada, convênio de saúde são alguns deles. Os indígenas das etnias Xipaia, Kuruaia, Parakanã, Arara do rio Iriri, Juruna, Assurini e Caiapós dizem que a ocupação

é pacífica e será mantida até que os acordos firmados nas últimas manifestações sejam cumpridos.

A Norte Energia, responsável pela usina, afirmou que vai entrar na Justiça com pedido de reintegração de posse do Sítio Pimental, onde trabalham 1.500 pessoas na ensecadeira, às margens do Rio Xingu. Nesse local, serão instaladas seis turbinas. Segundo o consórcio, 900 trabalhadores foram retirados do local .

Um dos líderes da comunidade indígena afirmou que as negociações têm que acontecer no canteiro:

— Não vamos para Altamira (cidade mais próxima da obra). Não acontece nada lá. Só papel, papel e mais papel.

Os indígenas tomaram as chaves de tratores e caminhões e se uniram aos pescadores que há 21 dias protestam contra a barragem do Rio Xingu. Os manifestantes se queixam também que as obras na ensecadeira (local que é tornado seco para que as obras possam acontecer) fechou o rio está impedindo a transposição de barcos..

Segundo o Consórcio Norte Energia, foram tomadas uma ambulância, um ônibus e os postos de vigilância, um motorista foi ferido e "alguns operários foram mantidos reféns e liberados horas depois".

A advogada Maíra Irigaray ligada à ONG Amazon Watch, que está apoiando o movimento nas questões de direitos humanas , diz que os acordos feitos até agora não foram cumpridos:

— Eles dão uma voadeira, uma caminhonete e não avançam nas condicionantes.

Obra vai custar R$ 25,8 bilhões

Os manifestantes reclamam que a água dos bebedouros no canteiro foi cortada e há helicópteros da Polícia sobrevoando o local. A Norte Energia nega o corte da água, mas confirma os sobrevoos, afirmando que "os invasores ameaçam retirar combustíveis dos veículos para incendiá-los"

Os manifestantes acusam o consórcio de ameaçar as lideranças indígenas, afirmando que não vão negociar e que vão trazer a Força Nacional para desocupar a área.

Não há negociações em andamento. Segundo os indígenas, a Norte Energia se recusa a negociar, enquanto o consórcio diz que não foi formado grupo de negociação por não terem sido apresentadas reivindicações.

"O que temos aqui é uma cena de terra arrasada. A ilha de Pimental foi completamente destruída, só é árvore no chão, e a água está podre. É muito chocante", afirma um dos manifestantes, em nota do Movimento Xingu Vivo.

A obra, iniciada no segundo semestre do ano passado, tem valor total de R$ 25,8 bilhões e está empregando 13.500 pessoas. No ano que vem, devem ser 23 mil operários

na obras que têm previsão de término em 2019. A usina começa a gerar energia já em 2015.

União reforça ações contra desmatamento. André Borges – Valor Econômico. 10/10/2012

Izabella Teixeira: "Não sairemos mais da Amazônia, mesmo embaixo de chuva"

A proteção do ambiente e o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia passará a contar com a atuação constante da Força Nacional de Segurança. O anúncio foi feito ontem pela ministra do Meio Ambiente (MMA), Izabella Teixeira, acompanhada do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do comandante do Exército, general Enzo Peri, e do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Volney Zanardi Júnior. Até então, as ações de fiscalização na região restringiam-se, basicamente, aos períodos de seca. "Não sairemos mais da Amazônia, mesmo embaixo de chuva", disse Izabella.

O trabalho da Força Nacional de Segurança será reforçado com o apoio de ações de inteligência ambiental coordenadas pelos órgãos federais. Segundo Izabella, as operações de combate ao desmatamento serão definidas de forma integrada pelas Forças Armadas, pela Força Nacional, pela Polícia Federal e pelo Ibama. As ações tiveram início em setembro e serão formalizadas pelo programa "Proteger Ambiental", que deve ser publicado no "Diário Oficial da União" ainda nesta semana.

Os números de agentes e de locais de fiscalização que apoiarão a iniciativa não foram divulgados porque, segundo o governo, isso pode comprometer o sucesso da operação. "O combate ao desmatamento da Amazônia é nossa prioridade zero", comentou Izabella. "Vamos atuar na região de forma ostensiva e permanente, durante os 365 dias do ano."

O MMA também divulgou ontem o balanço de desmatamento da Amazônia registrado em agosto e setembro. Segundo Izabella, o forte período de seca, a expansão da soja e o crescente interesse por garimpos de ouro são fatores que ajudaram a impulsionar o desmatamento no período. Em agosto, o pico de desmatamento na região alcançou uma área de 522 quilômetros quadrados, aumento de 220% sobre o mesmo mês do ano passado. O índice é o maior registrado desde julho de 2009, quando a área desmatada chegou a 836 quilômetros quadrados. Os dados do Sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) apontam que, no mês passado, o índice caiu para 282 quilômetros quadrados.

De acordo com o balanço, 60% do desmatamento registrado em agosto refere-se à degradação da floresta, o que inclui as queimadas. Os demais 40% envolvem o corte de vegetação, sejam permitidas ou ilegais. Em setembro, ocorreu uma inversão desses índices, com os cortes saltando para 63% das ocorrências.

O Estado do Pará, que concentra grande parte dos projetos hidrelétricos e de mineração em andamento no país, respondeu pela maior parte do desmatamento registrado em agosto. Dos 522 quilômetros quadrados desmatados, 212,9 quilômetros estavam em solo paraense. No mês passado, houve uma queda de 83% no Estado, que registrou 36,8

quilômetros de área atingida. O segundo mais atingido é o Mato Grosso, que viu o desmatamento atingir 182,8 quilômetros quadrados em seu território em agosto, caindo para 122,2 quilômetros no mês passado.

O sistema de detecção de desmatamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou queda de 45,9% no número de alertas de desmatamento em setembro em relação a agosto de 2012. Os dados, segundo o MMA, serviram para direcionar o sistema de fiscalização do Ibama. Entre agosto e setembro, o órgão de fiscalização ambiental autuou 226 propriedades. Ao todo, foram aplicados R$ 216,3 milhões em multas com o embargo de 30,4 mil hectares em áreas. As operações desencadeadas para conter o aumento do desmatamento, aponta o balanço, resultaram na apreensão de 32 tratores, 19 caminhões, motosserras e armas de fogo. O volume de apreensões chegou a 4,4 mil metros cúbicos em madeira e 10,6 mil em toras.

ficou pouco mais de duas horas às escuras.

Pesquisas em andamento em todos os biomas – Site da CNA. 11/10/2012

As pesquisas do Projeto Biomas, parceria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, com a Embrapa, já estão em andamento nos seis biomas brasileiros. "Avançamos com o projeto que vai mostrar que é possível produzir com sustentabilidade, ampliando o uso da árvore nas propriedades rurais", afirma satisfeita a coordenadora executiva do Projeto Biomas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Claudia Rabello.

O coordenador nacional do Projeto Biomas, Dr. Gustavo Curcio, também comemora. "Acabamos de escolher a última propriedade rural no Bioma Pantanal. Estamos muitos motivados com o andamento do projeto. Neste momento, são mais de duzentos pesquisadores em todo o país envolvidos em pesquisas com a árvore na propriedade rural brasileira."

Em novembro, começam a ser implantados os experimentos no Cerrado e na Mata Atlântica e nos outros quatro biomas, a partir do ano que vem.

As pesquisas nos biomas:

PANTANAL

O Pantanal, um dos ecossistemas mais diversos em flora e fauna do país foi o último a receber a equipe do Projeto Biomas. O trabalho começou na primeira semana de outubro deste ano, com a busca pela propriedade rural onde serão desenvolvidas as pesquisas e que será a vitrine tecnológica do projeto.

Segundo o coordenador nacional do Projeto Biomas, Dr. Gustavo Curcio, um dos desafios nessa busca, é conciliar as características das propriedades rurais com as necessidades dos proprietários, inserindo a árvore no seu dia-a-dia.

A área escolhida foi a Fazenda Ipanema, de João Guilherme Monteiro, na região da Nhecolândia, cerca de 150 km do centro do município de Corumbá, no extremo Oeste do Mato Grosso do Sul.

PAMPA

No Pampa, diferente de todos os outros biomas e que avança além das fronteiras do Brasil, acaba de ser formada a rede de pesquisadores que vai atuar na propriedade de Valter José Pötter, a fazenda Caveiras, na região de Bagé, no Rio Grande do Sul.

"Os pesquisadores e parceiros locais conheceram a metodologia de trabalho do projeto Biomas, visitaram a propriedade escolhida. Agora, novembro de 2012, estaremos reunidos para discutir as propostas de pesquisa com o comitê regional no sentido de desenvolver os projetos", explica o Dr. Gustavo Curcio.

MATA ATLÂNTICA

"As capacitações são importantes para que cada colega compartilhe com o outro as suas informações, os seus conhecimentos, as suas experiências. É um nivelamento para que todos conheçam a respeito do projeto, quais os objetivos do projeto, desde o colega que vai ser o extensionista, o multiplicador do projeto daqui um tempo" explica Fabiana Ruas, pesquisadora do INCAPER e coordenadora do Projeto Biomas na Matas Atlântica.

AMAZÔNIA

Também já foi formada a rede de pesquisadores do Projeto Biomas na Amazônia, que vai atuar na fazenda Cristalina, propriedade de Walter Müller, município de Marabá, no Pará.

"O projeto Biomas é estratégico, não só para a região Amazônica como para todo o Brasil. A pesquisa gera resultados que são fundamentais para melhorar a atividade do produtor rural brasileiro", diz o chefe geral da Embrapa Amazônia Oriental, Dr. Claudio Carvalho.

CAATINGA

O Projeto Biomas ultrapassou a fase de análise de solos e da vegetação da propriedade onde as pesquisas da Caatinga vão acontecer nos próximos anos - a fazenda Triunfo, de Francelino Gomes Cavalcante, no município de Ibaretama, no Ceará.

"Dentro das áreas experimentais a gente busca fazer um mapa de distribuição das fisionomias da vegetação e tenta definir quais são as espécies que mais frequentemente ocorrem em cada uma dessas fisionomias", explica o Dr. Alexandre Uhlmann, da Embrapa Florestas.

CERRADO

A rede de pesquisadores também já fez o mapeamento de solos e da vegetação na propriedade sede do bioma Cerrado, a fazenda Entre Rios, de José Brilhante Filho, a 60 quilômetros de Brasília.

"O projeto com essa proposta de trazer a árvore para o ambiente rural, tem como consequência toda essa informação em um nível básico de mostrar a importância da árvore, a importância da água, a importância da integração lavoura-pecuária e árvore. Acho que é o principal componente que a gente pode trazer para a sociedade. Porém, isso leva tempo", afirma o Dr. Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados e coordenador do Projeto Biomas no Cerrado.

SOBRE O PROJETO BIOMAS

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos em cinco dos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Seminário debate uso da água na produção sustentável – Site do MAPA. 11/10/2012

Serão apresentados estudos de experiências em redes de monitoramento hidrológico durante o encontro

Entre os dias 15 e 18 de outubro, a Rede AgroHidro – liderada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – promove o seminário "Água: Desafios para a Sustentabilidade da Agricultura". O evento acontece na sede do Serviço Geológico do Brasil (Cprm), no bairro da Urca, no Rio de Janeiro (RJ).

Cerca de 80 pesquisadores da Embrapa e instituições se reunirão para discutir alternativas sustentáveis para o uso da água na agricultura diante das perspectivas de alterações ambientais no planeta.

Durante o encontro, representantes de instituições nacionais e internacionais apresentarão estudos e experiências em redes de monitoramento hidrológico, bacias experimentais e estruturação de redes de pesquisa.

Saiba mais

A AgroHidro visa gerar conhecimento e ferramentas para avaliar, em diferentes biomas brasileiros, as alterações hidrológicas resultantes de mudanças climáticas e de uso da terra, com vista à sustentabilidade da agricultura e à manutenção da qualidade de vida das comunidades rurais. É composta por mais de 50 pesquisadores de diversos centros da Embrapa e de instituições parceiras. As informações geradas pela Rede deverão subsidiar a gestão dos recursos hídricos e contribuir para a sustentabilidade da agricultura nas bacias hidrográficas do País. (Com informações da Embrapa)

Belo Monte: Justiça manda Funai negociar – O Globo. 11/10/2012

Órgão tentará "saída pacífica" de índios e ribeirinhos da usina

Justiça Federal em Altamira, no Pará, determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) entre nas negociações para tentar, nas próximas 48 horas, uma saída pacífica para os cerca de cem indígenas, pescadores e agricultores de comunidades ribeirinhas que estão ocupando o Sítio Pimental, um dos canteiros de obra da usina hidrelétrica de Belo Monte. A gerência de assuntos indígenas da Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, também deverá participar das negociações, assim como um procurador federal e especialistas indígenas.

Em sua decisão, o juiz Pablo Zunga Dourado determinou ainda que, a cada 24 horas, a Funai envie um relatório à Justiça descrevendo a situação. A Polícia Federal coordenará toda a segurança do local.

A Norte Energia e o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) entraram na última terça-feira com ação na Justiça pedindo a reintegração de posse. A ocupação começou na última segunda-feira. Segundo a Norte Energia, o canteiro de obras foi evacuado "para preservar a segurança dos 900 trabalhadores". No local, serão instaladas seis turbinas.

Os índios reivindicam demarcação de suas terras, escola diferenciada e convênio de saúde, entre outros itens acertados em acordos anteriores com o consórcio.

Última chance. Marina Silva – Folha de São Paulo. 11/10/2012

A "via crucis" do Código Florestal tem na segunda-feira mais uma dolorosa estação. É o prazo para que a presidente Dilma Rousseff acate ou vete as novas mudanças feitas por ruralistas num texto que já nasceu ruim e só tem piorado.

Independentemente dos vetos que venha a fazer, já podemos dizer que ganhou quem desmata e perdeu a sociedade. Basta ver o aumento do desmatamento, previsível e anunciado, com proporções semelhantes às do triste passado de motosserra, correntão e fogo.

Dizem que é a soja, o gado, o ouro. Mas é pela certeza da impunidade -propiciada pela anistia feita entre governo e maioria- que arrasta o correntão do atraso no Congresso.

É provável que a lei a ser sancionada seja questionada em sua constitucionalidade. Motivos não faltam. Foi transformada numa colcha de retalhos de difícil interpretação e terá de ser remendada por decretos, portarias e regulamentos.

Porém a regulamentação do código não poderá reverter os danos: anistia aos desmatamentos ilegais, diminuição das APPs, reflorestamentos com espécies exóticas, inclusão de grandes propriedades na faixa de proteção mínima, redução da proteção nas margens dos rios, devastação de manguezais e apicuns etc. E pode piorar se a sociedade achar que o estrago já está feito.

Para essa "colcha" ainda desempenhar função de proteger nossos biomas e valorizar nossos imensos recursos florestais, precisamos discutir urgentemente, com participação da sociedade, uma política florestal que estabeleça condições institucionais e instrumentos financeiros, tecnológicos e humanos para que o Brasil possa preservar, e usar com sustentabilidade, suas riquezas naturais, bem como cumprir compromissos de redução de desmatamento firmados na Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A agricultura brasileira é o que é hoje porque, além de clima e solo favoráveis, também contou com 50 anos de políticas e investimentos públicos nos "planos safras" e com instituições como a Embrapa.

Pois bem, precisamos de políticas consistentes para que o uso sustentável das florestas possa ser uma alternativa econômica que promova o desenvolvimento de forma mais equilibrada com o ambiente. Isso exige colocar o Serviço Florestal Brasileiro à altura do desafio de cuidar de cerca de 60% de seu território.

Talvez seja a última chance para a presidente interromper os retrocessos na agenda socioambiental desencadeados em seu governo, evitar prejuízos irrecuperáveis, retornar à coerência de um projeto que se anunciava sustentável no início do governo Lula, honrar compromissos internacionais e assumir a posição de liderança que cabe ao Brasil. E ainda cumprir com a palavra empenhada nas eleições de 2010.

Proteger a biodiversidade do mundo custaria US$ 81 bilhões por ano. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 12/10/2012

Quanto custa proteger a biodiversidade do planeta? Para um grupo internacional de cientistas, o valor é de pelo menos US$ 81 bilhões por ano. O cálculo, publicado na edição de hoje da revista Science, leva em conta duas das chamadas Metas de Aichi, acertadas em 2010 na conferência das partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que estabelecem uma série de ações a serem tomadas nos próximos anos para que, em 2020, tenha sido possível frear a extinção de espécies.

Os países estão novamente reunidos, agora em Hyderabad, na Índia. Desta vez, enfrentam o desafio de aprovar compromissos financeiros para alimentar um fundo voltado justamente para financiar essas metas.

A estimativa dos pesquisadores foi feita sobre duas delas - reduzir o risco de extinção de todas as espécies ameaçadas; e estabelecer áreas protegidas em 17% dos territórios terrestres e 10% dos costeiros e marinhos.

A primeira, preveem, poderia custar de US$ 3 bilhões a US$ 5 bilhões por ano, enquanto a salvaguarda de locais importantes para a preservação da biodiversidade poderia demandar US$ 76,1 bilhões por ano. Antes que alguém possa dizer que os números são assustadores, os pesquisadores argumentam que equivalem a menos de 20% do que é gasto anualmente em todo o planeta com refrigerantes - e cerca de 1% a 4% do valor total dos serviços ecossistêmicos providos por essas espécies e hábitats.

O grupo, que contou com pesquisadores da organização BirdLife International e universidades americanas, europeias e de outros países, chegou a esses valores partindo

da análise do que poderia ocorrer com as aves, o grupo de vida selvagem mais bem conhecido no mundo.

Segundo Stuart Butchart, da BirdLife International, ao se calcular os valores para a proteção das aves foi possível extrapolar os custos totais, usando dados relativos para aves, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes, plantas e invertebrados.

A estimativa para criar e manter áreas protegidas supera um pouco os cálculos da própria convenção. No início da semana, em entrevista ao Estado, o secretário executivo da CDB, Braulio Dias, disse que imagina um custo máximo de US$ 600 bilhões até 2020 para cumprir a meta.

Capital natural. Butchart defende que essas somas não podem ser vistas como contas a serem pagas, mas sim como investimentos em capital natural. "Elas são ínfimas diante dos benefícios que recebemos da natureza, os serviços ecossistêmicos como polinização das nossas plantações, regulação do clima e provisão de água limpa."

Esse é o mesmo questionamento feito pelo biólogo Carlos Joly, da Unicamp, um dos principais especialistas em biodiversidade do País. "A pergunta a ser feita é: qual é o custo de não atingirmos essas duas metas? Considerando que o gasto anual dos países com despesas militares é da ordem de US$ 1,7 trilhão, o custo destas duas Metas de Aichi é relativamente baixo."

Para Butchart, é uma responsabilidade que tem de ser dividida pelos países, pois todos se beneficiam da biodiversidade. "Nós sabemos quais ações e políticas são necessárias e quanto elas custam. Os governos precisam cumprir os compromissos que fizeram há dois anos e mostrar que não foram promessas vazias. Quanto mais os governos adiarem os investimentos, mais difícil será cumprir as metas e mais elas custarão", afirma.

Ocupação em Belo Monte terá parecer da Funai. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 12/10/2012

Termina hoje, às 13 horas, o prazo dado pela Justiça Federal para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) apresente um parecer sobre a ocupação do sítio Pimental da Usina Belo Monte, em Altamira do Pará, por indígenas, pescadores e pequenos agricultores.

Após o parecer, o juiz federal Marcelo Honorato se manifestará sobre a ação de reintegração de posse com pedido de liminar ajuizado pela Norte Energia e Consórcio Construtor Belo Monte na segunda-feira. A ocupação é um protesto contra o barramento do Xingu e o não cumprimento de acordos e condicionantes.

Em seu parecer para a Justiça, o Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) insiste que a Norte Energia precisa cumprir condicionantes. As procuradoras da República Meliza Barbosa e Thais Santi mostraram ao juiz os pedidos feitos em ação cautelar anterior, para suspensão da licença de instalação de Belo Monte por descumprimento das condicionantes.

Elas acompanham o processo de negociação no canteiro de obras de Belo Monte. O processo judicial que trata da desocupação do canteiro tramita na Vara Federal de Altamira. O processo judicial que trata do descumprimento das condicionantes da obra aguarda julgamento na 9.ª Vara Federal em Belém.

Para o MPF, a causa da paralisação é a demora da Norte Energia em cumprir as condições mínimas estabelecidas pelo Ibama para as obras, o que está causando colapso em vários serviços públicos da região e danos às condições de vida das populações afetadas. Desde 23 de julho, a Justiça Federal em Belém está com uma ação cautelar para suspender a obra e obrigar o cumprimento das condicionantes, que não foi julgada.

Os indígenas, pescadores, ribeirinhos e agricultores acampados no canteiro da usina enviaram cartas e declarações com suas reivindicações em que enumeram as condicionantes não cumpridas. O juiz Marcelo Honorato negou, na segunda-feira, o pedido de despejo da Norte Energia e do Consórcio Construtor Belo Monte, e notificou a Funai "para realizar o trabalho de intervenção pacífica no conflito possessório".

Juiz marca audiência para tentar acordo na invasão de Belo Monte. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 13/10/2012

Depois de receber o relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) com as reivindicações dos manifestantes - pescadores, indígenas e pequenos agricultores - do sítio Pimental de Belo Monte, o juiz federal Marcelo Honorato, de Altamira (PA), determinou a realização de uma audiência de conciliação na segunda-feira, no canteiro de obras do Sítio Pimental, em Belo Monte.

Entretanto, o juiz observa que a audiência só será realizada se a área ocupada for desocupada "pacificamente", num prazo de 24 horas, ou seja até hoje.

A audiência será presidida pelo Ministério Público Federal do Pará, com participação da Funai. Em seu parecer para a Justiça, o Ministério Público Federal insiste que a Norte Energia precisa cumprir condicionantes.

As procuradoras da República Meliza Barbosa e Thais Santi mostraram ao juiz os pedidos feitos em ação cautelar anterior, para suspensão da licença de instalação de Belo Monte por descumprimento das condicionantes.

Elas acompanham o processo de negociação no canteiro de obras de Belo Monte. O processo judicial que trata da desocupação do canteiro tramita na Vara Federal de Altamira. Já o processo judicial que trata do descumprimento das condicionantes da obra aguarda julgamento na 9.ª Vara Federal em Belém.

O canteiro do Sítio Pimental, um dos três da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, está ocupado desde segunda-feira por cerca de cem índios de cinco etnias diferentes. Entre eles estão indígenas das etnias xipaia, kuruaia, parakanã, arara do Rio Irir, juruna e assurini.

A decisão judicial foi tomada após um pedido de reintegração de posse da Norte Energia e do Consórcio Construtor Belo Monte. Na ação, a Norte Energia e o Consórcio

informam que os invasores obrigaram os trabalhadores da obra a deixar o local, onde estão bens no valor de R$ 1,5 milhão, além de explosivos armazenados em um paiol.

Na audiência prevista para segunda-feira, os manifestantes deverão apresentar suas reivindicações para a Norte Energia, empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Mapa quer adotar consórcios para executar as ações da Regionalização – Site do MAPA. 14/11/2012

Assunto foi discutido com a Associação Gaúcha de Consórcios Públicos (Agconp), durante audiência em Brasília

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) deseja impulsionar a utilização dos consórcios públicos, constituídos por municípios, estados e a União, para implementar as ações do Programa de Regionalização, anunciado pelo ministro Mendes Ribeiro Filho, durante a realização da Expointer, no Rio Grande do Sul. A união dos entes federativos, sem fins lucrativos, é uma forma de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos.

O assessor especial do Ministério, José Carlos Pires, acredita que os consórcios são modalidades inovadoras e podem prestar grande auxilio no desenvolvimento de ações regionais conjuntas que resultarão em benefício às populações de municípios e estados. Para ele é uma ação que precisa ser amplamente divulgada e utilizada pelo poder público como alternativa à escassez de recursos para a execução das políticas públicas. "Queremos incentivar o uso dos consórcios na implementação dos projetos pilotos da regionalização no Rio Grande do Sul e também no Nordeste. Os consórcios são alternativas válidas e importante para melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos", ressaltou.

Pires se reuniu na quinta-feira, dia 11 de outubro, com o presidente da Associação Gaúcha de Consórcios Públicos (Agconp), Vilson Roberto Bastos dos Santos, em Brasília, para discutir a questão e conhecer em detalhes as experiências já em execução no Estado. Bastos é um entusiasta do consórcio por ser um instrumento alternativo para resolver problemas que são iguais a todos os municípios, independente do seu tamanho. Segundo ele, na região do Alto do Jacuí/RS tem 28 municípios que já atuam consorciados em diferentes áreas, beneficiando uma população de cerca de 350 mil habitantes. "A manifestação do Governo em apoiar os consórcios nos deixa muito felizes, pois são alternativas válidas e importantes", disse.

Floresta Amazônica fica mais pobre a cada ano. Cleide Carvalho – O Globo. 14/10/2012

Desmatamento diminuiu, mas exploração predatória no último ano atingiu área de 2 mil km². Destruição progressiva. Clareiras permitem que o sol alcance e seque a terra, o que deixa a vegetação mais frágil

Nos últimos anos, o desmatamento na Amazônia Legal perdeu fôlego, mas a floresta amazônica pode estar ficando cada vez mais pobre. Levantamento feito pelo instituto Imazon, que monitora as condições da floresta, mostra que, entre agosto de 2011 e julho de 2012, o desmatamento atingiu 1.047 quilômetros quadrados. A degradação acumulada no período, porém, atingiu quase o dobro da área: 2.002 quilômetros quadrados. Desmatar significa por abaixo todas as árvores, no chamado corte raso. Degradar é fazer a exploração predatória da madeira, retirando sem qualquer critério as árvores de maior valor comercial, ou, simplesmente, atear fogo, fazendo com que a floresta se torne cada vez mais frágil e suscetível a novas invasões.

— O desmatamento é o fato consumado. Significa que não haverá mais uma floresta ali. A degradação acontece aos poucos. A floresta, que é densa e úmida, empobrece. As clareiras abertas pelos invasores fazem com que o sol alcance a terra, que fica seca e torna a vegetação mais frágil — afirma Heron Martins, engenheiro ambiental do instituto.

Ao contrário do desmatamento, a degradação pode aumentar ou regredir. Quando a natureza tem tempo para se regenerar, sem a permanência do homem, surge a chamada floresta secundária, que recomeça com arbustos pequenos até gerar árvores de médio porte, em quantidade menor de espécies. Os animais de grande porte são afugentados e buscam áreas onde a mata é mais densa.

Segundo o Imazon, mesmo áreas que deveriam estar 100% protegidas, como as terras indígenas, seguem sendo degradadas. Quatro terras indígenas estão entre as 10 unidades de conservação com maior perda de floresta natural entre 2009 e 2011 — TI Awá, (MA), TI Maraiwatsede (PA), TI Sarauá (PA) e TI Alto Rio Guamá (MA/PA). A maior perda foi a da TI Awá: 3,5% de sua área total no período. Também no Maranhão, a TI Arariboia sofre com a invasão constante de madeireiros. A perda de biodiversidade é tão grande que os índios dependem de cestas básicas para se alimentar. A caça está cada vez mais distante da aldeia e só pequenos animais são capturados.

— O furto de madeira é o crime mais difícil de ser fiscalizado. Quando chegamos no local, já pegamos a madeira cortada — diz Ana Rafaela Damico, coordenadora da Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) em Porto Velho, responsável por 35 unidades de conservação (UCs) em Rondônia, Acre, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso.

Segundo Ana Rafaela, o anúncio de que a governo iria conceder a Floresta Nacional do Jacundá, em Porto Velho, para exploração de madeira por plano de manejo, que busca reproduzir os prazos de recuperação natural da floresta, fez com que as invasões aumentassem.

— Os invasores chegam antes dos concessionários — diz ela.

Mônia Fernandes, da coordenação Regional de Manaus, responsável por Roraima e a região centro-norte do Amazonas, diz que até mesmo a região, onde não havia tanta pressão de desmatamento, começa a preocupar.

— Já registramos desmatamento e queimadas na região da Floresta Nacional do Anauá. Municípios próximos, como Rorainópolis e Caracaraí, estão entre os que mais desmataram — afirma.

De acordo com Mônia, as ações de fiscalização do Pará e o esgotamento de algumas áreas fizeram com que madeireiras ilegais migrassem para o Sul de Roraima.

— É uma área bastante rica e a retirada ilegal de madeira nos preocupa. As unidades de conservação não foram criadas apenas para conservar lugares bonitos. Elas cumprem um papel importante na preservação da biodiversidade, evitando que a floresta se fragmente. Sem elas, não há conexão entre a floresta e vamos criar ilhar isoladas — explica.

Tanto unidades de conservação quanto terras indígenas sofrem com desmatamento e degradação. Dados do Imazon mostram que, das dez áreas de proteção com maior perda absoluta de floresta entre 2009 e 2011 por desmatamento, cinco são terras indígenas, que deveriam estar totalmente protegidas. Em média, essas terras perderam juntas 103 km² por ano, mais que o dobro do desmatamento registrado na Floresta Nacional do Jamanxin, no Pará, considerada pelo Imazon a unidade de conservação do país em situação mais crítica, com perda de 43 km por ano entre 2009 e 2011 e que enfrenta problemas de ocupação anteriores à sua criação.

Pecuária é forma de ocupação do território

Francisco Oliveira, diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, lembra que, em agosto passado, cerca de 310 km² de florestas foram degradadas, o que corresponde a 60% dos 522 km² identificados pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

— Desde 2007, passamos a estudar a questão da degradação, que começa com o corte seletivo de árvores e chega à criação de pastos. Na Amazônia, a pecuária é uma forma de ocupação de território — diz Oliveira, acrescentando que os grileiros buscam consolidar a ocupação para, num segundo momento, exigir a posse da terra.

Segundo ele, até bem pouco tempo o desmatamento e a degradação ocorriam em períodos de seca. Nos últimos tempos, com a fiscalização por satélite, que permite ao governo identificar áreas de invasão a cada dois ou três dias, a floresta está sendo desmatada ou degradada no período de chuvas, quando a visibilidade dos satélites diminui.

— É um jogo de gato e rato. A gente avança na fiscalização e eles buscam formas de burlar. Temos de ajustar estratégias o tempo todo — afirma Oliveira.

No início da semana, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a criação da Força Nacional de Segurança Ambiental, cujo objetivo é manter ação permanente e ostensiva nas áreas críticas.

— Queremos chegar antes que o corte raso se efetive. Estaremos onde for necessário — aponta o diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento.

Rota do Pacífico traz negócios e devastação – O Estado de São Paulo. 14/10/2012

Comunidades vivem expansão de oportunidades e do crime

Há um ano foi inaugurada a megaestrada Interoceânica Sul, de 5.404 quilômetros de extensão, que conecta o Pacífico peruano com o Atlântico brasileiro. Com ela, nasceram centenas de oportunidades de riqueza e desenvolvimento, mas também grandes desafios ambientais e sociais. A estrada abriu uma vasta área da floresta mais cobiçada do planeta à economia mundial. Milhares de pessoas estão chegando para habitá-la e também muitos investidores de países tão distintos quanto China, Rússia, França, México e Chile, em busca de negócios.

A tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia, antes povoada por árvores centenárias, vida selvagem e cerca de 100 mil habitantes em suas áreas mais conservadas, agora se encheu de ruído: a música dos novos povoadores, o zumbido das motosserras, o movimento dos comércios de todo tipo e o estrondo de potentes motores arrancando o ouro enchem o cenário.

O Brasil, a sexta economia do mundo, precisava de uma saída para exportar seus produtos aos mercados asiáticos no Pacífico e foi o principal patrocinador da Interoceânica. A estrada era ainda uma maneira de integrar as cidades mais remotas de cada um desses três países: Puerto Maldonado, no Peru; Cobija, na Bolívia, e Rio Branco, no Brasil.

A organização não governamental de jornalismo Connectas percorreu cerca de 700 quilômetros da Interoceânica para ver quais foram as mudanças que a estrada trouxe para o meio ambiente e para a vida das pessoas.

Na tríplice fronteira, três forças disputam o desenvolvimento. De um lado estão os conservacionistas, que querem que a Amazônia continue intacta e sua biodiversidade somente sirva aos pesquisadores e ao sustento dos habitantes tradicionais. De outro estão os desenvolvimentistas, que acreditam ser possível extrair valiosos recursos, como a madeira e o ouro, de forma racional, com supervisão estatal. Também veem um potencial para expandir a fronteira agropecuária, derrubando e queimando floresta. E, na terceira ponta, estão os destruidores, que já estão tirando os minerais e cortando as árvores sem permissão das autoridades, em especial no Peru e na Bolívia.

A estrada conectou a selva com a modernidade e, assim, atraiu milhares de novos habitantes. Os pequenos e tranquilos povoados não conseguiram se preparar para a migração massiva. Nos últimos cinco anos, as pequenas populações duplicaram o número de habitantes, como o caso de Puerto Maldonado, que hoje se vê em apuros para acomodar 200 mil pessoas. Não tem os serviços necessários e, na aglomeração, o crime começa a crescer. A interconexão também abriu caminho para o narcotráfico e o tráfico de pessoas em uma espiral que, reconhecem as autoridades locais, ameaça a antes tranquila região.

A Interoceânica é como um cordel que entrelaça todas essas realidades. Enquanto isso, o intercâmbio comercial, sua principal razão de existir, começa a dar resultados. Até o momento, os produtos da região do Acre, como a soja, tinham de percorrer 26,3 mil quilômetros para chegar à China, com uma cara passagem obrigatória pelo Canal do

Panamá. Com a nova estrada, essa distância foi reduzida a 17,5 mil quilômetros. No outro sentido, o Peru pode enviar seus produtos a menores custos para a África e a Europa, embarcando-os diretamente nos portos brasileiros no Atlântico. Espera-se que a Interoceânica também melhore o comércio entre Brasil e Peru, que hoje praticamente têm fronteiras abertas, e entre esses países com a Bolívia, que está a um passo da estrada. Também o Chile espera ver crescer suas oportunidades comerciais, uma vez que com a estrada terá acesso a um mercado de 200 milhões de consumidores brasileiros.

Apesar das expectativas, pode-se viajar quilômetros sem que se veja uma alma viva. Talvez ainda seja cedo para esperar um vibrante tráfego de caminhões carregados de produtos apenas um ano após a inauguração. Em média, a Interoceânica tem um fluxo de 160 veículos de carga por mês - a maior parte levando madeira para o Pacífico - e cerca de 640 veículos de passageiros, segundo disseram funcionários do pedágio no quilômetro 73, no pampa peruano.

No posto da alfândega peruana, o funcionário de turno foi ainda mais pessimista com as cifras: disse que, nos últimos três meses, não passaram mais de 300 caminhões em direção ao Peru com mercadorias variadas, como tubulação e maquinaria, além de ferramentas para os garimpeiros do pampa, muitos dos quais exploram ouro sem permissão. Segundo ele, o que mais se transporta para o Brasil é cimento e alguns poucos produtos agrícolas.

A Bolívia, em compensação, vem tirando vantagem econômica da estrada. Uma vez por semana uma caravana de nove carros-tanque parte carregada de gasolina da capital boliviana, La Paz, atravessa o Peru por Juliaca, pega toda a Interoceânica, passa pelo Brasil para logo retornar à Bolívia e fornecer combustível à cidade de Cobija. A enorme volta se justifica pelas péssimas condições das estradas entre os Andes e a selva na Bolívia. Mas, como a gasolina é mais barata na Bolívia do que no Brasil, militares têm de proteger o descarregamento em Cobija, para evitar que o combustível seja contrabandeado de volta para o Brasil.

São três as razões que explicam por que está demorando para decolar a sonhada bonança comercial que se acredita trará a estrada entre os três países. A primeira é que não há acordos para que o cruzamento de fronteira seja mais organizado. Os peruanos reclamam de controles excessivos. Carlos Miguel Rios, administrador da transportadora Civa, uma das que mais transitam na região, conta que, para cruzar a fronteira, tem de apresentar certificado de febre amarela, fazer imigração na fronteira e logo ter outro controle em Rio Branco, além dos registros da alfândega. "O trâmite é muito enrolado. Às vezes, argumentam razões fitossanitárias e a gente não pode passar com a mercadoria. Aqui, o único beneficiado é o narcotráfico, que agora ficou com a estrada expressa", disse o transportador.

A segunda é que, na teoria, fica barato levar a carga do Brasil aos portos peruanos, mas como o veículo que leva a carga costuma retornar vazio, pois este país exporta bem menos, o frete fica caro. O saldo comercial é negativo para o Peru. Em 2011, as empresas brasileiras venderam US$ 2.45 bilhões ao país, enquanto o Peru exportou US$ 1.27 bilhão. Por último, não é fácil para os motoristas guiar os gigantescos caminhões brasileiros pelas estreitas estradas andinas peruanas no trecho que vai para Juliaca, no

sul do país, onde algumas curvas são tão estreitas que até os ônibus de passageiros têm dificuldade em passar.

* **Reporagem especial**: A reportagem foi realizada pela Connectas, organização jornalística sem fins lucrativos que privilegia a aliança com profissionais e meios de comunicação e promove a produção, o intercâmbio, a capacitação e a difusão de informação sobre temas para o desenvolvimento das Américas.

Festa do Boi é oportunidade para aprender sobre sustentabilidade – Site da CNA. 15/10/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA enviou, de Brasília para o Rio Grande do Norte, a maquete do Projeto Biomas. A maquete foi montada na Festa do Boi, um dos eventos mais antigos do Estado e, agora em outubro, completa 50 anos de criação. Durante esse tempo, a festa cresceu e virou uma das maiores feiras agropecuárias do Brasil.

Com a maquete, a CNA demonstra para demonstra para produtores rurais como integrar árvores com agricultura e pecuária de forma harmônica e preservar os mananciais hídricos. A maquete foi montada no no Espaço Empreendedor, do SEBRAE, uma área de 2,7 mil metros quadrados localizada dentro do Parque de Exposições Aristófanes Fernandes, em Parnamirim (RN).

O projeto Biomas teve inicio no ano passado e já atua nos 6 biomas brasileiros. A proposta do projeto é capacitar 350 multiplicadores e agentes locais de desenvolvimento em todo o país para que os resultados dessa tecnologia sejam transferidos para o maior número de propriedades situadas nos seis biomas.

No caso do Rio Grande do Norte, os dois biomas predominantes são o da Mata Atlântica e o da caatinga, este último considerado o único exclusivamente brasileiro e que ocupa uma área de 84,4 milhões de hectares,envolvendo regiões como agreste, sertão, seridó e cariri. O Espaço Empreendedor na 50ª Festa do Boi funciona diariamente das 16h às 22h, até o dia 20, no Parque de Exposições Aristófanes Fernandes, em Parnamirim (RN).

Abertura da Festa do Boi

A Festa do Boi começou na última quinta-feira, 11 de outubro. A abertura oficial contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, e os presidentes das Federações da Agricultura do Rio Grande do Norte, José Álvares Vieira, e da Paraíba, Mário Borba.

Os discursos de abertura focaram na maior participação governamental, especialmente na questão da seca que se alastra pelo interior potiguar. Também sobre a falta de incentivos para os produtores rurais do estado.

O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte - FAERN José Vieira, disse que o Governo precisa agir com maior rapidez para garantir a segurança do rebanho potiguar. “Acredito na governadora e tenho ciência do empenho dos seus

secretários em tentar solucionar os problemas relacionados com a seca. Mas temos que fazer algo com urgência. Ou fazemos isso ou perderemos o nosso rebanho", comentou Vieira.

Gestão Ambiental estimula participação de famílias baianas na preservação ambiental – Site do MDA. 15/10/2012

A fim de envolver o assentado no controle da conservação e preservação ambiental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia está implantando Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs). No total já existem 217 núcleos, desde 2011, em assentamentos onde vivem 14,5 mil famílias. A intenção do Incra é atingir 356 núcleos até dezembro de 2012.

Com a implantação dos núcleos, o Instituto se antecipa e cria mecanismo exigido pelo órgão ambiental do estado para a manutenção das licenças ambientais em áreas de reforma agrária. Além disso, garante que 3,4 mil famílias que assinaram o termo de adesão ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde, do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), atendam as condicionantes práticas de conservação ambiental, exigidas pelo Plano.

O superintendente regional do Incra/BA, Marcos Nery, destaca que uma das prioridades da gestão é conscientizar as famílias sobre a importância da preservação e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. "Temos diversos exemplos de que a produção da agricultura familiar pode se consolidar em harmonia com a conservação ambiental", defende. A maioria dos núcleos está situada nos territórios de identidade do Baixo Sul e Litoral Sul, regiões de predominância de remanescente de Mata Atlântica.

Criação
O funcionamento do NGA é simples e busca o envolvimento participativo dos membros de forma constante. A articuladora da Assessoria Técnica do Incra, Gleise Melo, bióloga, explica que profissionais da assessoria técnica fazem assembleias nos assentamentos, explicando a função e importância do núcleo e apresentando o regulamento. "Com a aprovação da maioria, o núcleo é implantado. A quantidade de membros depende do tamanho do assentamento, mas fica em torno de dez participantes", explica.

A partir daí, Gleise conta que os técnicos fazem capacitações sobre a temática ambiental e desenvolvem ações em prol do meio ambiente. "É essencial a compreensão de que a preservação e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente é algo contínuo", lembra a bióloga.

Exemplo
A criação do NGA do assentamento Nova Vitória, em Ilhéus, no Litoral Sul, ocorrida neste ano, teve a participação de representantes do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), do governo do estado, e da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (Cippa), de Ilhéus. Lá foram ministradas palestras sobre uso e reaproveitamento de madeira morta, legislação para crimes ambientais e limpeza adequada em áreas para cultivo.

A articuladora enfatiza que os profissionais de assessoria técnica estão escrevendo projetos para editais de apoio a projetos ambientais com o intuito de fortalecer os NGAs com equipamentos. O NGA do Nova Vitória, por exemplo, integra um projeto inscrito pelos técnicos do Incra de Ilhéus e Itabuna para o edital Desenvolvimento e Cidadania Petrobrás.

Gestão sustentável

Segundo Gleise, os NGAs têm o papel de consolidar, por meio do planejamento, a gestão sustentável dos recursos naturais. A articuladora exemplifica a preservação de matas ciliares e recuperação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) como ações que serão desenvolvidas pelos núcleos.

A assessoria técnica do Incra/BA é executada por intermédio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), órgão do governo do estado, por meio de 49 núcleos operacionais. Já a articulação dos técnicos da assessoria é prestada pela Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco (Fundesf).

Seminários regionais são prévias para Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável – Site do MDA. 15/10/2012

Parceiros governamentais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e organizações da agricultura familiar de todo o País já estão se preparando para a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, prevista para o segundo semestre de 2013. De hoje (15) até quarta-feira (17), a região Centro-Oeste recebe, em Brasília, 60 pessoas para o Seminário Regional do Cooperativismo Solidário da Agricultura Familiar, para reflexão e discussão da 2ª edição da Conferência e a atualização da agenda do cooperativismo no Brasil.

A secretária nacional de Desenvolvimento Territorial, Andrea Butto, destacou durante a palestra que o evento é um passo importante para o bom andamento da II Conferência Nacional. "Esses seminários são uma motivação para a Conferência, melhorando e contribuindo para o debate. Esse é um momento de reflexão sobre o tema, que será consolidado, depois, com um debate nacional", explicou. Andrea se referiu ao Seminário Nacional, que ocorrerá no final de novembro, em Salvador (BA), após a realização de todos os eventos regionais. Em julho deste ano, as regiões Sul e Sudeste participaram do Seminário. No final de outubro, será a vez da região Nordeste e então, no início de novembro, da região Norte.

O diretor do Departamento de Inclusão Produtiva da SDT/MDA, César Oliveira, falou sobre os diversos objetivos dos seminários regionais para a agricultura familiar, que contribuem para o processo de discussão sobre a organização econômica da agricultura familiar no Brasil. "É um processo que tem uma interface muito forte com o ajuste e a adequação de políticas públicas. É fundamental que os agricultores familiares se expressem, digam o que eles querem que seja melhorado e aperfeiçoado, para fortalecer o processo de organização das cooperativas da agricultura familiar no Brasil."

Cooperativismo

Durante o debate no primeiro dia do seminário, o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paul Singer, afirmou que o cooperativismo é uma forma de convivência humana e que isso torna as pessoas mais felizes. "A justificativa econômica do cooperativismo é importante, mas não a mais importante. Uma proposta cooperativista é uma proposta cultural de convivência com o ser humano, o que permite que construamos uma sociedade em que os indivíduos sejam mais felizes." Ele ainda reforçou a ideia de que o cooperativismo é uma forma de ajudar a quem precisa. "Nos tornamos mais felizes em ajudarmos do que sermos ajudados. Isso traz mais felicidade."

O presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Luiz Possamai, salientou que o cooperativismo é, também, uma forma de inclusão. "O cooperativismo tem esse papel de ajudar a organizar, de incluir as pessoas na sociedade e organizar a parte econômica, melhorando a renda e a qualidade de vida do agricultor." Ele também defendeu a renovação da lei de incentivo ao cooperativismo. "O Brasil mudou bastante. Temos que levar em consideração esse grande número de cooperativas que já estão constituídas no Brasil e não estão ligadas ao sistema tradicional brasileiro." Luiz é agricultor familiar em Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, e o foco de sua atividade é a plantação de grãos e a produção de leite.

Para atualizar a sua comunidade, em Campo Grande (MS), a agricultora familiar Rosa Maria, de 50 anos, veio participar do Seminário. Ela, junto com mais 62 membros da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (Organocoop), produz hortifruti orgânicos em sua região. "É muito importante participar de um evento assim, para poder levar todos os conteúdos novos discutidos", revelou.

O Seminário Regional de Cooperativismo Solidário da Agricultura Familiar segue até quarta-feira (17), em Brasília.

Pecuária sustentável no Xingu. Sophia Gebrim – Site do MMA. 15/10/2012

Objetivo é reduzir os índices de desmatamento na região

Tornar as propriedades rurais mais rentáveis e competitivas, além de garantir a produção de alimentos seguros, a partir de sistemas de produção sustentáveis, são os objetivos do curso Boas Práticas Agropecuárias para Bovinos de Corte, que acontece de hoje (16/10) até a próxima quinta-feira (18/10), no município São Félix do Xingu (localizado a 1050 km da capital Belém).

Resultado de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o curso irá formar 40 multiplicadores, entre técnicos de instituições de pesquisa e produtores, que atuarão na região com ações que vão desde a prevenção ao desmatamento até a gestão de propriedades rurais.

"O curso faz parte do pacto pela redução do desmatamento no município de São Félix do Xingu, que possui o maior rebanho municipal do país e é uma das regiões que mais desmatam também", destaca a gerente de Projetos do Departamento de Zoneamento

Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Nazaré Soares. Segundo ela, boas práticas agropecuárias com sustentabilidade geram redução nos índices de desmatamento e o avanço da produção pecuária sem precisar avançar em novas áreas.

AGENDA

O manejo correto no pré-abate e bons tratos, controle sanitário e identificação animal, controle reprodutivo, gestão de recursos humanos e formação e manejo de pastagens serão assuntos discutidos com os multiplicadores durante o curso. Além disso, temas como gestão ambiental, gestão e instalação de propriedades rurais serão apresentados. No último dia do encontro as aulas serão práticas, com aplicação das técnicas de boas práticas diretamente, de forma exemplar, em uma propriedade rural da região.

O mundo hoje busca um tipo de pecuária de corte que tenha qualidade e sustentabilidade. O conceito de boas práticas agropecuárias surge para atender essa demanda, o que garante alimentos seguros e com atributos de qualidade que vão ao encontro dos interesses dos consumidores. Para o produtor, a atividade irá permitir a identificação e controle dos diversos fatores que atuam no sistema de produção, possibilitando, assim, aumentos significativos do rebanho mediante o uso adequado e racional das tecnologias disponíveis. Para o consumidor, o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. E para o meio ambiente, a garantia da preservação e conservação de recursos naturais.

Discussão esquenta no Brasil depois do Código Florestal – Valor Econômico. 15/10/2012

Depois do Código Florestal, o próximo grande embate ambiental envolve o acesso à biodiversidade e a repartição dos benefícios que resultarem da exploração econômica dos recursos naturais. A discussão já ocorre há algum tempo no governo e abrange o setor agrícola e ambiental, fabricantes de alimentos, cosméticos e remédios. A expectativa é que o debate esquente no futuro.

Há duas frentes de discussão. A reformulação da legislação nacional existente e o processo que virá a reboque da ratificação, no Congresso, do Protocolo de Nagoya.

O ponto de convergência é que a legislação nacional vigente - uma medida provisória de 2002- tem que ser revista. "A MP reflete um momento muito diferente do atual", diz Roberto Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. A MP tinha por objetivo coibir a biopirataria e está desatualizada. "As questões mais urgentes devem ser acertadas em breve", prevê Tatiana Trevisan, coordenadora de projetos de políticas públicas do Instituto Ethos.

Isto significa ajustar o acesso à biodiversidade às demandas das empresas, o que tem sido burocrático e pouco ágil. A autorização tem que ser dada pelo Conselho de Gestão de Patrimônio Genético (CGEN). Os empresários reclamam que o processo é lento.

Os problemas maiores começam na interpretação do que diz o Protocolo de Nagoya e seus impactos. Representantes do setor agrícola têm dúvidas se na repartição de

benefícios (recompensar quem preservou o recurso natural) também entram produtos agrícolas e não só as espécies florestais. É esta a discussão que começa a tomar força no Brasil.

O temor é que o país tenha que pagar pela produção de alimentos que têm outra origem, como soja, arroz, batata, milho. "Hoje há uma grande discussão em torno das espécies que entram ou não no Protocolo de Nagoya e nos mecanismos de repartição de benefícios", explica Caio Magri, gerente executivo de políticas públicas do Instituto Ethos. A organização é também secretaria executiva do Movimento Empresarial pela Biodiversidade - Brasil (MEEB), que reúnem mais de 70 empresas e 10 organizações da sociedade civil.

"Um dos pontos centrais de Nagoya é o reconhecimento da paternidade genética de tudo o que temos no planeta e como vamos valorar esta biodiversidade", continua Magri. "O Brasil tem um patrimônio importante, mas também é consumidor importante de patrimônio genético de fora do país."

"A discussão de acesso à biodiversidade já é forte no Brasil", diz Tatiana Trevisan. Cavalcanti, do MMA, esclarece que o Protocolo de Nagoya tem uma série de salvaguardas que dão tratamento específico às plantas agrícolas. "O Protocolo reconhece a importância do setor agrícola", assegura.

Segundo Cavalcanti, o Brasil só tem a ganhar com a ratificação do Protocolo e dando corpo à legislação nacional de acesso à biodiversidade e repartição de benefícios. "Este é o sinal que muitos estão esperando para fazer parcerias estratégicas", diz. "Há muitas indústrias que tem interesse em usar a biodiversidade brasileira, mas querem fazer isso dentro de um marco legal sólido. Não querem questionamentos. A área de fármacos e cosméticos é toda baseada na imagem."

Grandes obras e impactos ambientais. José Goldemberg – O Estado de São Paulo. 15/10/2012

Uma das características de grandes obras púbicas no País - tais como a construção de usinas hidrelétricas, estradas e portos - são atrasos que elevam os custos e prejudicam a população. Apesar de existir uma variedade de razões para tais atrasos, como falta de recursos para sua execução, projetos inadequados, superfaturamento e até corrupção, tornou-se habitual culpar o licenciamento ambiental por esses problemas. Mais ainda, as exigências feitas pelas autoridades ambientais são vistas frequentemente como obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

O que há de verdade nisso?

A legislação brasileira na área ambiental é moderna e foi introduzida no País na década de 1970, em plena vigência do regime militar. Entre os países em desenvolvimento, na categoria de emergentes, como a China e a Índia, o Brasil é o que tem a melhor legislação ambiental, devida à visão clarividente de Paulo Nogueira Neto, que na época convenceu as autoridades em Brasília a adotá-la. É até paradoxal que o governo militar tenha aceitado essa legislação, sobretudo num período de crescimento acelerado, em que restrições ambientais eram vistas pela área econômica como um obstáculo.

O fato é que a legislação foi adotada, dando início à criação de Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e empresas públicas como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo, e outras nos demais Estados da Federação encarregadas do controle e licenciamento de indústrias e outras atividades consideradas impactantes.

No caso de São Paulo, graças à ação da Cetesb é que a indústria local é hoje relativamente moderna e mais "limpa", porque foi se instalando nos últimos 30 anos de acordo com as normas vigentes. Anteriormente, sem normas ambientais aplicadas, Cubatão transformou-se num desastre ecológico, o que acarretou custos elevados para ser remediado, no governo Franco Montoro.

O que aconteceu nos Estados Unidos cerca de 40 anos atrás, quando foi adotada a "Lei do Ar Limpo", ilustra bem esse ponto. Argumentou-se, na ocasião, que eliminar a poluição produzida pelos automóveis e pelas indústrias teria custos tão elevados que arruinariam a economia americana. Mas aconteceu exatamente o oposto: a economia americana cresceu mais de 200% desde 1970, a qualidade do ar melhorou substancialmente em todo o país e se calcula que para cada dólar investido no combate à poluição se ganharam US$ 40 em benefícios.

A legislação introduzida por Paulo Nogueira Neto na área industrial e urbana, infelizmente, não teve o mesmo sucesso na Amazônia, para onde está migrando há décadas a fronteira agrícola. Cada vez que uma grande hidrelétrica é planejada nessa região, o debate entre desenvolvimento e preservação ambiental se reacende.

Vejamos o caso da Hidrelétrica de Belo Monte, no coração da Amazônia.

Hidrelétricas são uma das fontes mais baratas e menos poluentes que existem para a produção de energia elétrica. É fundamental, contudo, que elas tenham amplos reservatórios de água que permitam que continuem funcionando nos períodos em que não chove. A formação de lagos como reservatórios, no entanto, afeta ecossistemas locais e, em geral, leva à necessidade de reassentar milhares de pessoas. Em compensação, não aumentam praticamente as emissões de carbono e beneficiam, pela eletricidade que produzem, milhões de pessoas que vivem no Sudeste do Brasil, a milhares de quilômetros de distância, e não são organizadas como as diretamente atingidas.

O problema, então, não é impedir o desenvolvimento econômico para proteger o meio ambiente, mas adotar um tipo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, permita que a economia cresça sem arruinar irreversivelmente o meio ambiente. Os problemas sociais, terceira dimensão do desenvolvimento sustentável, devem ser resolvidos por meio de medidas compensatórias, como reassentamento e criação de novas oportunidades de emprego.

Pode-se até discutir a decisão de construir a usina no local escolhido, e provavelmente existem outros aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia que seriam mais atraentes. Todavia, uma vez definido o local - inclusive com adequados critérios socioambientais, como os da Comissão Mundial de Barragens -, é a melhor engenharia que deveria definir o tipo de usina a construir e seu reservatório.

As concessões feitas pelo governo aos opositores da usina não resolveram nenhum problema. No desenho atual, a área do reservatório é pequena (cerca de 500 quilômetros quadrados) e a usina, praticamente a fio d'água, desperdiçando, por redução de capacidade na prática, quase metade da energia que poderia ser gerada. As tentativas de diminuir as pressões dos ambientalistas que levaram à redução da área inundada pioraram o projeto de engenharia e estimularam os grupos que se opõem a ele por inteiro. Vale lembrar que o desmatamento na Amazônia causado pela expansão da soja e do gado é hoje de cerca de 2 mil quilômetros quadrados por ano.

Cabe ao poder público resolver esse problema, explicando claramente os custos e os benefícios de empreendimentos de grande vulto. Isso nunca foi feito de forma clara.

Ao contrário, partidos aproveitam-se de situações que são de fato problemáticas para campanhas populistas e ganhos políticos. E quando os problemas surgem, culpa-se o licenciamento ambiental por impedir o desenvolvimento.

Não é a área ambiental a responsável pelo atraso de obras, e sim a falta de bons projetos que tragam efetivamente benefícios ao conjunto da sociedade. Aos que prometem agilidade, deve-se lembrar que o licenciamento precisa ser célere, porém responsável.

*** PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, FOI SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Território da Cidadania Inhamuns Crateús (CE) recebe mutirão de documentação – Site do MDA. 16/10/2012

Agricultoras familiares de oito municípios do Território da Cidadania de Inhamuns Crateús (CE) terão a oportunidade de emitir, gratuitamente, documentos civis e trabalhistas durante o Mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Incra. A agenda começou na manhã desta terça-feira (16) e segue até ao sexta-feira (26).

"A realização do mutirão de documentação do PNDTR garante às mulheres rurais o acesso à cidadania e o acesso às políticas públicas, com a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas. Além de promover a inclusão produtiva das trabalhadoras do campo por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", destacou o delegado federal do MDA no Ceará, Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira.

Ipaporanga é o primeiro município a receber o Expresso Cidadã, ônibus adaptado para providenciar serviços de emissão de documentos com fotografias feitas na hora. O veículo estará estacionado na sede do Sindicato dos trabalhadores. A programação, que teve início às 9h, deve se estender até às 17h. Na quarta-feira (17) o mutirão segue para Poranga. A terceira etapa atenderá a população do município de Ararendá, na quinta-feira (18).

De lá, o Expresso Cidadã, parte para o município de Nova Russas, onde atenderá a comunidade na sexta-feira (19) e sábado (20). Na segunda-feira (22) a atividade será no município de Monsenhor Tabosa. Para as agricultoras familiares do município de

Catunda, o mutirão será realizado na terça-feira (23). A programação termina com atendimento nas comunidades de Hidrolândia, na quarta-feira (24), e de Santa Quitéria, na quinta (25) e sexta-feira (26).

Eventos

Em 2012, o Expresso Cidadã percorreu 24 municípios cearenses, em 38 mutirões que beneficiaram 1.634 mulheres, com 5.199 documentos emitidos. Até dezembro, estão previstos mais 12 mutirões. Desde 2004, no estado, foram realizados 178 mutirões, em 164 municípios. Foram beneficiadas 27.553 mulheres e 73.837 documentos foram emitidos.

O mutirão é realizado por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Ceará e da Delegacia Federal do MDA no estado. E tem a participação de profissionais do INSS, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará (SRTE/CE), do Banco do Nordeste, do Instituto de Identificação do Estado e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (SDTS), além das prefeituras, sindicatos e movimentos sociais.

Dilma deve vetar pelo menos 2 pontos do Código. Lisandra Paraguassu - O Estado de São Paulo. 16/10/2012

Solução do governo deve sair em até dois dias, prazo para publicação do texto final aprovado pelo Congresso

A presidente Dilma Rousseff deve vetar pelo menos dois pontos do Código Florestal aprovado pelo Congresso e modificar o texto usando nova medida provisória ou decreto presidencial. O meio legal está sendo analisado pela Advocacia-Geral da União, mas é certo que o governo mexerá mais uma vez na chamada "escadinha", que define o quanto de mata em beira de rios deve ser recuperada, conforme o tamanho das propriedades. Também deve vetar a possibilidade de que sejam usadas árvores frutíferas na recuperação de áreas degradadas em vez de vegetação nativa.

Mesmo assim, movimentos ambientalistas organizados pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável devem entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF para barrar a proposta de reforma iniciada na Câmara em 2010. Segundo O diretor da fundação SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, "está claro que vamos judicializar. Agora, o que judicializar vai depender do veto, de como ficará o texto final".

A solução do governo deve sair em até dois dias, prazo para publicação do texto final aprovado pelo Congresso. O governo avalia o envio de mais uma medida provisória para fazer as mudanças, apesar de ter sofrido uma derrota ao usar o mesmo expediente para modificar a primeira versão do Código, desfigurada na Câmara dos Deputados já na primeira vez.

A avaliação feita pelas ministras Ideli Salvatti, das Relações Institucionais, e Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, é de que o momento pré-eleições municipais prejudicou o

governo nas negociações. Mais interessados nas suas bases, os deputados não se mostraram dispostos a ceder. Agora, após o pleito, as conversas seriam mais fáceis.

Mas a preferência do Planalto é resolver o problema por um decreto presidencial para evitar mais uma batalha no Congresso. Segundo o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, essa é a solução mais provável. "O decreto tira a discussão sobre a matéria e não causa surpresa. São assuntos que estão sendo encaminhados como foram desde o primeiro momento", afirmou. / COLABOROU MATEUS COUTINHO, ESPECIAL PARA O ESTADO

Mais uma etapa da capacitação do Projeto Biomas – Site da CNA. 17/10/2012

Entre técnicos, extensionistas e pesquisadores de diversas especialidades, Huezer Sperandio, mestrando em Silvicultura e Solos Florestais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ouvia com atenção a aula sobre seleção de espécies para projetos florestais. Sperandio é um dos palestrantes do 3º módulo de Capacitação do Projeto Biomas, que começou nesta terça-feira, 16 de outubro, na Reserva Natural da Vale, em Linhares, no Espírito Santo.

Essa fase de capacitação do projeto é fundamental para nivelar as informações entre os pesquisadores envolvidos e os profissionais que serão multiplicadores de conhecimento, prontos para capacitar produtores rurais a partir de 2013. A coordenadora do projeto no Espírito Santo, Fabiana Ruas, destaca a importância da troca de conhecimentos desta fase. “Temos especialistas em solo, vegetação, ecologia, entre outros, buscando soluções para ampliar o uso das árvores e diversificar os sistemas produtivos com ganhos econômicos e ambientais”, diz a pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Além de métodos e procedimentos que envolvem a implantação e o manejo de florestas de proteção e produção, as palestras abordam também aspectos legais da propriedade rural. O mestre em Ciência de Solos, Eduardo Chagas, engenheiro agrônomo do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF), conduziu uma importante discussão sobre o novo código florestal. Depois da explicação de conceitos da nova lei, respondeu perguntas sobre definição de nascente, as novas delimitações das Áreas de Preservação Permanente e outras mudanças que, para Chagas, tornaram a aplicação do código mais fácil, mas que deixam margem para interpretação. “É um assunto complicado, mas tão importante para técnicos e produtores quanto à própria produção”, completou.

Sobre o Projeto Biomas

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos em seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Agricultura de Baixo Carbono é tema de Seminário no Maranhão – Site da CNA. 17/10/2012

As estratégias para a redução da emissão de gás carbônico na agricultura maranhense foram discutidas ontem, 16 de outubro, no Seminário Agricultura de Emissão de Baixo Carbono no Maranhão, realizado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima), com o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão - FAEMA, no auditório da Assembléia Legislativa, em São Luís.

A abertura do evento foi feita pelo secretário da Sagrima, Claudio Azevedo e pelos presidentes da FAEMA, José Hilton de Sousa e da Agência de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Agerp), Jorge Fortes.

O seminário reuniu produtores rurais, agentes financeiros, estudantes e professores, pesquisadores, profissionais e os atores envolvidos no setor produtivo. O objetivo foi sensibilizar quanto à importância de utilizar alternativas em busca de uma agricultura sustentável com o uso de processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os gases de efeito estufa no campo.

A redução da emissão de gases de efeito estufa foi um compromisso voluntário do governo brasileiro. O acordo foi firmado durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que aconteceu em 2009, em Copenhagen, na Dinamarca.

O secretário de Estado da Agricultura, Cláudio Azevedo explicou que o governo estadual está se aliando ao Mapa, que tem como meta reduzir, até 2020, 17% do total de um bilhão de toneladas de gás carbônico produzidos no Brasil. "Precisamos cada vez mais divulgar o Programa ABC. A Sagrima já criou o Comitê Gestor Estadual, irá capacitar cerca de 90 profissionais para aumentar a quantidade de financiamentos agrícolas voltados para esses sistemas e, em dezembro deste ano, iremos realizar uma oficina para a elaboração do nosso plano estadual", informou o secretário.

De acordo com o presidente José Hilton de Sousa, a FAEMA e a CNA estão engajadas na questão da sustentabilidade, orientando o produtor rural sobre a meta de reduzir em 80% as emissões de gases, desafio proposto até 2020. “Estamos também distribuindo o Guia de Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono lançado pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com informações sobre as práticas agrícolas sustentáveis e as regras de financiamento do Programa”, disse.

A palestrante do Mapa, Kátia Marzall, informou que 18 estados do Brasil já criaram seu grupo gestor e que até o momento, três estados já elaboraram o plano estadual e outros sete estão finalizando a elaboração dos seus planos.

De acordo com o representante do Banco do Brasil, Tarcísio Gerroto, que apresentou a palestra "Os mecanismos de Financiamento para o ABC", até agora o banco financiou R$ 15,5 milhões, sendo 74% para a pecuária e 24% para a agricultura. Os empréstimos foram feitos nos municípios maranhenses de Imperatriz, Açailândia, Balsas, Chapadinha, Lago da Pedra e São Raimundo das Mangabeiras. "Esperamos que até o final do ano esse valor alcance os R$ 20 milhões", informou.

Grupo Gestor - O Grupo Gestor Estadual do Programa ABC no Maranhão é composto por representantes da Sagrima, Federação dos Trabalhadores do Estado do Maranhão (Fetaema), Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão e Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Faema/Senar), Embrapa Cocais, Agência de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (Agerp), Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), Bancos da Amazônia, do Nordeste e do Brasil e das secretarias de Desenvolvimento Social e de Meio Ambiente e da Superintendência Federal da Agricultura.

Em carta, CSI pede veto de Dilma à MP do Código Florestal – Site do MST (CUT). 17/10/2012

A Confederação Sindical Internacional divulgou uma carta em que demonstra preocupação sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro.

A organização soma-se ainda aos apelos para que a presidenta Dilma Rousseff vete os pontos que privilegiam o agronegócio, em detrimento da sustentabilidade e da produção da agricultura familiar e camponesa.

Na últimas semana os movimentos sociais já haviam divulgado um documento destacando os equívocos da Medida Provisória que reduz a área a ser recuperada à beira dos rios. **Clique aqui para le**r.

Leia abaixo a carta da CSI:

Bruxelas, 12/10/2012

SenhoraPresidenta:

É com preocupaçãoque a Confederação Sindical Internacional (CSI) vem acompanhando, especialmente por informações de sua afiliada no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a intensa batalha técnica, jurídica e, sobretudo, política sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro.

Anexa está a carta que foi enviada a Vossa Excelência assinada pela CUT e demais representativas organizações brasileiras, especialmente do campo e da floresta e a qual estamos em acordo.

A CSI vem, por meio desta, compartilhar das preocupações exaustivamente apontadas pelas organizações de trabalhadores e trabalhadoras e se somar ao apelo que mobilizou toda a sociedade brasileira e que teve importante impacto internacional: Veta Dilma!

Contando com o apoio de Vossa Excelência em relação a este tema tão caro para a biodiversidade, para a sociedade brasileira e para os movimentos organizados em todo o mundo, despedimo-nos,

Atenciosamente,

Sharan Burrow

Movimentos lançam manifesto para restringir transgênicos – Site do MST. 17/10/2012

Leia o manifesto Camponês enviado pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina do Brasil, que apoia a continuidade da restrição de pesquisas, introdução intencional e comercialização de organismos e produtos advindos de tecnologia sintética, assim como das atividades de geoengenharia.

Manifesto Camponês Pela Moratória ao uso a Biologia Sintética e da Geoengenharia e Pela Vida - COP 11/CDB

O MPA é parte da Via Campesina, articulação que no Brasil agrupa 11 organizações, desde os pequenos agricultores camponeses, assentados de reforma agrária, mulheres camponesas, jovens rurais à comunidades tradicionais quilombolas e de pescadores artesanais e organizações ligadas à luta pela terra e de trabalho junto a povos indígenas, e outras comunidades locais de diferentes identidades camponesas.

Estas organizações atuam de modo a afirmar as suas identidades no desenvolvimento de capacidades produtivas preservando a biodiversidade e os demais recursos naturais e na garantia do exercício dos direitos dos camponeses e das camponesas.

Entre os principais temas substantivos, a 11ª Conferências das Partes da CDB tem sua importância para nós por tratar de pontos específicos que nos são muito caros, em especial: a implementação dos Protocolos de Cartagena e de Kuala Lumpur sobre Biossegurança e o de Nagoya; os artigos 8 (j) e 10 (c) da CDB; a manutenção da Biodiversidade Agrícola e Florestal; as Metas de Aichi; a moratória ao uso da geoengenharia e da biologia sintética; bem como ao uso de mecanismos financeiros (TEEB e REDD), entre outros que afetam direta ou indiretamente a vida camponesa, o livre uso da biodiversidade e recursos naturais por parte dos agricultores camponeses e a garantia da vida humana na terra.

Para tanto, enviamos nossas recomendações ao governo brasileiro, de modo a contribuir no processo de discussão interna da posição nacional sobre esses temas específicos. Parece-nos hoje, que apesar de todo o esforço, estas são muito pouco consideradas, prevalecendo os interesses dos setores empresariais (internacionais) e das grandes corporações da indústria química, biotecnológica e de commodities ambientais.

Deste modo, apoiamos e reiteramos as propostas abaixo relacionadas à biodiversidade agrícola e florestal e à manutenção da moratória ao uso da biologia sintética e da geoengeneharia, discutidas desde há anos, especialmente quando do aprofundamento técnico-científico em debate coletivo junto a nossos pares nos processos de preparação para as conferências da CDB (COP 8, COP 9, COP 10 e COP 11). Nós camponeses e populações tradicionais, somos os primeiros a serem afetados pelos impactos do avanço predatório da "ciência" inconseqüente e dos mecanismos de mercado contra a natureza.

Brasília, outubro de 2012.

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA Brasil

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP

Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Comissão Pastoral da Pesca – CPP

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Pastoral da Juventude Rural – PJR

Via Campesina Brasil

ANEXO 1

Prezados membros do Itamaraty:

Diante das posições preocupantes do Brasil nos temas de engenharia sintética e geoengenharia, além da preocupação com REDD+ e a ausência de quaisquer decisões sobre Diversidade florestal (que vão muito alem de REDD) e diversidade agrícola, que inclusive foi incorporada em uma das metas de Aichi, encaminhamos proposições da sociedade civil para os grupos de contato sobre tais assuntos. Recomendamos fortemente que os negociadores observem estas propostas da sociedade civil. Segue o conjunto de recomendações sobre:

Biologia sintética: apoiamos decisão equilibrada, ou seja, pesquisas. Opção 2 com poucas alterações, preocupação com repartição de benefícios.

Questões emergentes: não concordamos com a supressão. Não foi tomada decisão pela eliminação do tema, já que na COP 10 houve decisão sobre questões emergentes, as duas reuniões do SBSTTA continuaram a analisar e ate agora nos documentos esta sobre colchetes. Concordamos com a manutenção, já que novas e emergentes questões como as novas tecnologias desenvolvidas principalmente pelas 10 maiores companhias que detém a patente e produção mundial de químicos, sementes, fármacos - novos ramos industriais que não detemos - precisam ser avaliadas, regulamentadas nos marcos da biodiversidade.

Geoengenharia: Concordamos com a manutenção do status quo. Não concordamos em enviar para UNFCCC, com argumento de que engloba REDD+. IPCCC tem o mandato de definir geoengenharia com relação a mitigação de GEE; mas não pode avançar no escopo da CDB, avaliação para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. SBSTTA pode considerar o conceito ali desenvolvido, mas não revisar os trabalhos do IPCCC. Não há coerência legal nisso. Apoiamos que Brasil proponha nota excluindo REDD+ do conceito de geongenharia.

Salvaguardas de REDD+ - concordamos com a posição brasileira.

Diversidade agrícola e Diversidade florerstal - necessário produzir recomendação nesta COP11 para que Secretariado e SBSTTA cumpram com o que as partes requereram na COP10.

Abaixo os apontamentos e em anexo, as modificações no texto em inglês do Draft.

Atenciosamente

Terra de Direitos.

ANEXO 2

PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES:

A) DECISÃO BIOLOGIA SINTÉTICA ITEM 6.2 (P. 48 do texto em inglês): PARAGRAFO 3

Option 1 - Supressão.

JUSTIFICATIVA SUPRESSÃO

Isto não foi decidido, há debate entre os países sobre a Decisão IX/29, 'e por isso que a COP10 tomou nova decisão sobre questões emergentes (X/13), e continuaram a ser analisadas pelas reuniões do SUBSTTA (15 e 16) e que continuam sob parênteses no Draft. Por que o Brasil não quer lidar com isto? Novas tecnologias desenvolvidas pelos novos ramos industriais dos paises desenvolvidos (nanotecnologia, sintética, geoengenharia e outros) devem ser avaliadas e regulamentadas no que se refere a biodiversidade. O SUBSSTA precisa estar aberto a analisar.

Apoiamos opção 2

Opción 2 (p. 53 do texto em espanhol)

[3. Observando, sobre la base del enfoque de precaución, y consciente de la necesidad de considerar los efectos positivos y negativos que pueden tener los productos y organismos derivados de la biología sintética en la conservación y utilización sostenible de la diversidad biológica, pide al Secretario Ejecutivo que:

a) Compile y sintetice la información pertinente disponible, basada en todos los sistemas de conocimientos, y las ponencias de las Partes, otros gobiernos, organizaciones internacionales pertinentes, comunidades indígenas y locales y otros interesados directos, a fin de considerar si existen:

i) Posibles efectos de [técnicas,] organismos y productos de la biología sintética en la diversidad biológica, sobre a repartição dos beneficios gerados a partir do acesso à diversidade biológica e conhecimento tradicionais associados, incluidas consideraciones sociales, económicas y culturales que sean pertinentes para los objetivos del Convenio;

ii) Posibles deficiencias y superposiciones con las disposiciones aplicables del Convenio y sus Protocolos y otros acuerdos pertinentes;

- Justificativa para apoio.

São necessários estudos sobre biotecnologia sintética. `É completamente irresponsável denominar de "cost-efective" (melhor custo beneficio) a tecnologia que não tem quaisquer análise de riscos e, ao contrário, apresenta problemas no processo de fermentação, possíveis escapes para o ambiente, além dos impactos econômicos para o Brasil, que fica refém da propriedade intelectual e de uma cadeia produtiva cuja tecnologia e conhecimento estão concentrados em poucas empresas do Norte global (Monsanto, Bunge, Sygneta, etc). Com certeza não apoiamos esta posição sem equilíbrio de interesses do Brasil em não aceitar realização de avaliações e estudos e impactos na biodiversidade e socioceconômicos, como no mundo do trabalho etc...

- Inserimos repartição de benefícios no item a i) do parágrafo 3:

Justifcativa.

1. tirar brackets - a biologia sintética consiste nos desenvolvimentos técnicos e seus produtos);

2. a biologia sintética significa reprogramação celular sobre um tecido ou célula. Se feitas em laboratório, não tem que repartir benefícios, mesmo que o desenvolvimento tecnológico novo seja fruto do acesso a nossa biodiversidade e conhecimento tradicional associado. Nenhum produto da biotecnologia teria de repartir benefícios e estaria fora do escopo do Protocolo Nagoya.

PARAGRAFO 4

[4. Insta a las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica, de conformidad con el enfoque de precaución, que es fundamental cuando se tratan cuestiones científicas y tecnológicas nuevas e incipientes, a garantizar que no se libere al medio ambiente ni se apruebe para uso comercial ningún componente genético sintético u organismo vivo modificado producido por la biología sintética hasta tanto no haya una base científica adecuada que justifique dichas actividades y se preste debida consideración a los riesgos asociados para la diversidad biológica, incluidos también los riesgos socioeconómicos y los riesgos para el medio ambiente, la salud humana, la seguridad alimentaria, los medios de vida, la cultura y los conocimientos, innovaciones y prácticas tradicionales;]

Justificativa

Apoiamos este parágrafo 4 por inteiro. Se facilitar a negociação, apoiamos retirar a menção ao comércio e outras alterações que os negociadores acharem necessárias, para que se mantenham restrições à introdução deliberada no meio ambiente sem qualquer pesquisa.

B) TEMA 11. BIODIVERSIDADE E MUDANCAS CLIMÁTICAS E TEMAS CONEXOS (p. 100 inglês)

Item 11.1. SALVAGUARDAS PARA REDD+ (Advice on the application of relevant safeguards for biodiversity with regard to reducing emissions from deforestation and forest degradation and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries)

REDD+ - CONCORDAMOS COM POSIÇÃO DO BRASIL QUE O MANDATO PARA DEFINIÇÃO DO CONCEITO E A UNFCCC. NÃO FAZ SENTIDO DISCUTIR SALVAGUARDAS DE ALGO QUE NÃO FOI CONCEITUADO, SOBRE O QUE NÃO SE SABE. Defendemos que REDD+ não deve constar dos documentos da CDB.

C) DECISÂO GEOENGENHARIA. ITEM 11.2 (p. 106 inglês e 119 no espanhol)

APOIAMOS MANTER O STATUS QUO, OU SEJA, DECISÂO DA COP 10 pela aplicação do Princípio da precaução sobre pesquisa, já que um teste sobre isso e em grandíssima escala, como bombardeamento de nuvens com ácido para chover, fertilização de oceanos para profilerar algas para capturar gás carbônico etc.

- Se tiver negociação de uma nova decisão sugerimos:

PARAGRAFO 3

- *Opção 2 - conceito de geoengenharia mais objetivo.*

[3. Hace hincapié en que la prioridad es abordar el cambio climático antropógeno por medio de reducciones en las emisiones de gases de efecto invernadero generadas por actividades humanas, junto con adaptación a aquellos efectos del cambio climático que son inevitables;]

PARAGRAFO 4, B

4. Notes that climate-related geoengineering may be defined as:

(b) Deliberate technological intervention in the planetary environment of a nature and scale intended to counteract anthropogenic climate change and/or its impacts (UNEP/CBD/SBSTTA/16/10); NAO SE APLICA A REDD

- Inserir o termo "tecnológica" para evitar que classifiquem (os negociadores) outras atividades de grande escala como cultivos orgânicos, agroecológicos etc. como geoengenharia.

- APOIAMOS NOTA RETIRANDO QUE REED NÂO ENTRA NO CONCEITO DE GEOENGENHARIA.

PARAFRAFO 7

7. Reconoce/ Nota que el IPCC, como organismo encargado de brindar evaluaciones exhaustivas de la evidencia científica y técnica en cuestiones relacionadas con el cambio climático y sus efectos, considerará en su quinto Informe de evaluación distintas opciones de geoingeniería, su base científica e incertidumbres asociadas, los posibles efectos en sistemas artificiales y naturales, riesgos, lagunas en materia de investigación y la idoneidad de los mecanismos de gobernanza existentes, y [pide al OSACTT que cuando se emita el Informe de síntesis en septiembre de 2014 lo examine e informe a la Conferencia de las Partes sobre posibles implicaciones para el Convenio sobre la Diversidad Biológica];que podeser avaliado em futuras decisões sobre geoengenharia.

Justificativa

Tomar nota ao invés de reconhecer que e o IPCC quem vai definir o que geoengenharia. Isto porque, quem está encarregado disto dentro do IPCC (painel de especialistas da convenção do clima) são os próprios geoengenheiros que desenvolvem.

Exlcuir a requerer ao SBSTTA que revise o trabalho do IPCC. O mandato do SBTTA `e coletar conhecimentos, experiências e decisões disponíveis e avaliar, segundo a diversidade biológica, conceitos produzidos por outras convenções que tem outros objetivos. Geogenharia para redução das emissões, o mandato `é da UNFCC, mas avalição para a diversidade biológica e ecossistemas de atividades como fertilização de oceanos, vulcões articiais, bombardemamento de nuvens, `e com certeza da CDB. Sugerimos que o conceito do IPCC: "pode ser avaliado em futuras decisões sobre geoengenharia"

PARAGRAFO 12

Opção 2: [12.Señala que se carece de un marco integral, de base científica, mundial, transparente y eficaz, para la geoingeniería relacionada con el clima y reconoce que la necesidad de tal marco es especialmente apremiante para los conceptos de geoingeniería que pueden posiblemente tener efectos transfronterizos adversos importantes, y para aquellos aplicados en áreas fuera de la jurisdicción nacional y en la atmósfera;]

Opção 2: realizar pesquisa apenas em laboratório e não no ambiente, já que os testes são de escala planetária, podem afetar biodiversidade de forma irreversível.

PARAGRAFO 14

14. Pide asimismo al Secretario Ejecutivo que, en colaboración con organizaciones pertinentes:

a) [Invite al IPCC a incluir una consideración a fondo de la diversidad biológica cuando aborde el tema de la geoingeniería en su quinto Informe de evaluación]; Excluir b

O IPCC não tem mandato para avaliar impactos na biodiversidade. Não podemos esvaziar a convenção de seu mandato.

PARAGRAFO 15

Pede ao secretário executivo:

a) Un examen general de opiniones adicionales de las comunidades indígenas y locales, depois de consultas apropriadas [y otros interesados directos] sobre los posibles efectos de la geoingeniería en la diversidad biológica y los efectos sociales, económicos y culturales relacionados, teniendo en cuenta consideraciones de género, partiendo de la exposición general de las opiniones y experiencias de las comunidades indígenas y locales (UNEP/CBD/SBSTTA/16/INF/30).
b) Inserir consulta previa das comunidades locais e indígenas.

D) DECISAO SOBRE DIVERSIDADE FLORESTAL E AGRICOLA

ema 13.2. Diversidad biológica de los bosques
Tema 13.5. Diversidad biológica agrícola
La Conferencia de las Partes considerará este asunto en el marco del tema 5.2 del programa.

Não aceitamos o envio do tema de florestas e agrobiodiversidade para outras convenções (tema 5.2).

Na UNFCC florestas são sumidouros ou estoque de carbono, na Convenção sobre madeireiros, e matéria prima para extração de madeira. Na Convenção para florestas, o enfoque é outro, já que diversidade biológica florestal deve analisar outros e complexos aspectos relacionados a diversidade florestal.

O mesmo para agrobiodiversidade, já que o patrimônio genético cultivado e domesticado in situ e on farm pelas comunidades locais e indígenas e agricultores, compõe a diversidade biológica agrícola, que depende da diversidade florestal e do uso sustentável. A cooperação e as exaustivas tarefas requerentes.

Requeremos que haja duas decisões sobre diversidade agrícola e florestal nesta COP11, que identifiquem a necessidade de avanço nos termos das decisões tomadas na COP10, que requererem inúmeras atividades para o Secretariado (como consta em: Decisão X/34, parágrafo 5 de "a" a "m" e Decisão X/36, parágrafo 5 i, iii, iii), a fim de serem remetidas e analisadas pelo SBSTAA, para produzir recomendações para a COP12.

Brasil concorre a troféu por travar negociações – O Estado de São Paulo. 17/10/2012

País é indicado pela segunda vez, durante a Convenção da Diversidade Biológica, a prêmio organizado por rede internacional de ONGs

Pela segunda edição seguida da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Brasil figura hoje entre os indicados para o Troféu Dodô, que "premia" os países que menos têm evoluído nas negociações durante o encontro para evitar perdas de biodiversidade. Canadá, China, Paraguai e a Grã-Bretanha são os outros indicados pela CBD Alliance, uma rede internacional de ONGs que participa da convenção.

O pássaro dodô é o escolhido para dar nome ao prêmio por estar extinto há cerca de quatro séculos - a espécie vivia na costa leste da África, na Ilha Maurício. Nas convenções do clima, o equivalente é o Troféu Fóssil do Dia - o País foi "agraciado" em Durban, há quase um ano.

Entre as razões para a presença do País na lista está a falta de preocupação do governo com a biodiversidade na negociação de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd+) - sistema de compensação financeira para atividades que diminuam a emissão de carbono.

Na 11.ª conferência das partes (COP-11) da CBD em Hyderabad, na Índia, o Brasil quer evitar a definição de salvaguardas de biodiversidade nos textos, fazendo pressão para que haja diferenças claras entre os acordos da CBD e os estabelecidos nas Convenções sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O governo brasileiro se alinhou a outros países descontentes, como Colômbia e Argentina, para criticar o texto que está sendo trabalhado na conferência da Índia. Em nota, o bloco afirmou que o documento está atrasado e não leva em conta as resoluções alcançadas nas Conferências do Clima de Cancún e de Durban.

"Muitas das recomendações que estamos vendo na COP-11 ou são redundantes ou colocam barreiras para a implementação dessa importante ferramenta (de Redd+)", dizem os países.

Além disso, o Brasil foi indicado ao troféu pelo fato de o governo não ter, segundo a rede de ONGs, uma boa relação com comunidades locais e tribos indígenas que vivem em áreas de relevância ecológica e biológica.

Nova indicação. Há dois anos, o País havia sido indicado por outro motivo: durante o encontro na cidade japonesa de Nagoya, os representantes brasileiros promoveram de forma escancarada os biocombustíveis e foram criticados por tentar abafar os possíveis impactos sobre a biodiversidade e as populações.

Os vencedores de 2010, porém, foram o Canadá e a União Europeia. O Canadá voltou a ser indicado neste ano, também acusado de tentar evitar a discussão sobre os biocombustíveis.

De acordo com as ONGs, a China tem desencorajado o desenvolvimento de áreas marinhas em países vizinhos, enquanto o Paraguai tem bloqueado qualquer progresso em assuntos socioeconômicos nas questões de biossegurança. Já a Grã-Bretanha estaria trabalhando para evitar discussões sobre biologia sintética e geoengenharia.

Dilma contraria ruralistas com 9 vetos ao texto do Código Florestal do Congresso. Lisandra Paraguassu e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo. 17/10/2012

A presidente Dilma Rousseff vetou ontem nove das principais mudanças no Código Florestal propostas pelo Congresso e abriu uma nova frente de batalha com a bancada ruralista na Câmara dos Deputados, que diz ter sido traída pelo governo. Recuperando o texto original da medida provisória (MP), o decreto presidencial revoga o item que alterava a chamada "escadinha" para diminuir a área de recuperação de florestas nas margens dos rios e regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CRA) e o Programa de Recuperação Ambiental (PRA).

"Todos os vetos foram fundamentados na recuperação dos princípios da medida provisória de não anistiar, não estimular o desmatamento ilegal e estimular a justiça social no campo", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "Foi vetado tudo aquilo que leva ao desequilíbrio social e ambiental."

Os vetos incluem a proibição de usar árvores frutíferas para a recuperação de áreas degradadas dentro das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a exclusão de um artigo que definia uma área de 5 metros na recuperação nas margens de rios intermitentes de até 2 metros de largura em propriedades de qualquer tamanho.

A maior questão para os ruralistas, no entanto, é mesmo o tamanho das áreas de preservação em margens de rios. A versão final que saiu do Congresso, em uma enorme derrota para o governo, diminuiu a obrigação da recomposição para médias e grandes propriedades.

"O que houve foi um golpe por parte do governo, que aproveitou as partes do texto que lhe convinha", acusa o deputado Homero Pereira (PSD-MT), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). "Esperávamos apenas vetos cirúrgicos, como na questão das árvores frutíferas. Mas, com os vetos, a presidente desconsiderou posicionamento tomado por unanimidade pelo Congresso."

Segundo ele, a bancada ruralista vai dar uma resposta "legislativa, jurídica e política" ao governo para tentar anular o veto de Dilma, ameaçando entrar na Justiça para alegar inconstitucionalidade da lei.

Disputa. Na versão recuperada pelo decreto presidencial que será publicado hoje no Diário Oficial, o governo quer a recuperação de 20 metros em cada margem em rios com até 10 metros de largura nas médias propriedades (de 4 a 10 módulos fiscais). Em propriedades com até 10 módulos fiscais, se o rio for maior que 10 metros, e em áreas maiores que essas, com rios de qualquer tamanho, a recuperação será equivalente à metade da largura do rio, com um mínimo de 30 metros e máximo de 100 metros. A mesma regra vale para as grandes propriedades.

Na versão do Congresso, a área a ser recuperada nas médias propriedades seria de 15 metros em qualquer caso e, nas grandes propriedades, a faixa mínima passaria a ser de 20 metros e o tamanho máximo passaria a ser regulado pelos Estados. Na avaliação do governo federal, as alterações tinham potencial de reduzir significativamente o tamanho das matas ciliares.

O advogado-geral da União (AGU), Luiz Inácio Adams, diz que as mudanças feitas pelos parlamentares permitiram a edição do decreto presidencial quando passaram a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Recuperação Ambiental para as disposições transitórias da lei. "Essa previsão não existia na versão anterior, por isso não foi feita", explica.

O chamado CAR é um cadastro em que todos os produtores precisarão se inscrever para regularizarem sua situação ambiental. Depois de inscritos, o governo avaliará as propriedades para ver quais precisarão estar no PRA e definir o que precisa ser recuperado. É nesse ponto que a AGU viu a brecha para tratar a escadinha como parte da regulamentação do CAR e do PRA.

O outro ponto vetado foi a inclusão, na Câmara, da possibilidade da recuperação das áreas ser feita com árvores frutíferas não nativas. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, a possibilidade do uso de frutíferas nativas intermitentes com outras árvores das regiões está prevista. O que o governo não quer é ver as APPs transformadas em pomares.

No total, a presidente vetou 9 de 84 itens da MP aprovada em setembro pelo Congresso. / COLABOROU BRUNO DEIRO

Decreto presidencial é publicado com nove vetos de Dilma à MP do Código Florestal – Site da CONTAG. 18/10/2012

Foi publicado na manhã desta quinta-feira (18 de outubro), no Diário Oficial da União, o decreto presidencial que altera a Medida Provisória 571 do Código Florestal.

A presidenta Dilma Rousseff fez vetos parciais nos artigos 4º, 15º, 35º, 59º, 61º-A e 61º-B. O decreto prevê ainda como funcionará o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelece normas ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). As modificações foram fundamentadas em três princípios: não anistiar, não estimular desmatamentos ilegais e assegurar a inclusão social no campo em torno dos pequenos proprietários.

O texto aprovado em setembro na Comissão Mista do Congresso Nacional desagradou ao governo federal porque beneficiou ao incluir na "escadinha" os médios e grandes produtores, além de ter desconsiderado os pontos que diferenciavam a agricultura familiar da patronal.

PRINCIPAIS VETOS

Nono parágrafo do artigo 4º - que não considerava Área de Proteção Permanente (APP) em zonas rurais ou urbanas as várzeas fora dos limites consideradas com APP.

Inciso II do parágrafo 4º do artigo 15º - o texto aprovado pela Comissão Mista dispensava a recomposição de APPs por proprietários rurais que tivessem 50% de Reserva Legal em sua propriedade, ao incluir áreas de florestas e outras formas de vegetação nativa para alcançar este total.

Primeiro parágrafo do artigo 35º - permite o plantio ou reflorestamento de espécies florestais nativas, exóticas ou frutíferas. Agora, fica proibida a monocultura de árvores frutíferas na recuperação de APPs, que deverá ter até 50% de espécies nativas.

Sexto parágrafo do artigo 59º - o veto refere-se à imposição de prazo de 20 dias após a adesão do proprietário(a) rural ao PRA para que eles promovam a regularização ambiental. O decreto 7.830 prevê os prazos para a regularização.

Artigo 61-A – que trata da "escadinha", foi vetada a alteração feita no Congresso que previa que as propriedades de 4 a 15 módulos fiscais, com cursos d'água de até 10 metros de largura, deveria recompor 15 metros de mata ciliar. Então, volta a valer a redação original da MP 571/2012, que determinava a recomposição de 20 metros em propriedades de 4 a 10 módulos.

Parágrafo 18 do artigo 61º-A – que determinava que rios intermitentes de até dois metros deveriam ter recuperação de cinco metros para qualquer tamanho de propriedade. Volta a ter os limites previstos na "escadinha": nas propriedades de 0 a 1 módulo, a recomposição deve ser de 5 metros de mata ciliar; de 1 a 2 módulos, recomposição de 8 metros; de 2 a 4 módulos, recomposição de 15 metros; de 4 a 10 módulos, recomposição de 20 metros; e a partir de 4 módulos, recomposição de 30 a 100 metros para qualquer largura de rio.

Inciso III do artigo 61º-B – foi vetado o trecho que permitia ao proprietário de área superior a 4 a 10 módulos fiscais de recompor em até 25% da área total do imóvel.

Os pontos vetados não contemplados no decreto poderão ser tratados por meio de outros instrumentos, como atos do Ministério do Meio Ambiente.

CADASTRO AMBIENTAL

O decreto presidencial determina regras principais para o Cadastro Ambiental Rural. O CAR é o registro eletrônico obrigatório que vai concentrar informações sobre todos os imóveis rurais. A iniciativa visa conter possíveis desmatamentos em APPs e planejar seu desenvolvimento. A inscrição da propriedade deverá ser feita em um órgão ambiental estadual ou municipal um ano após sua implantação. A partir disso, o órgão poderá fazer vistorias de campo para comprovar as medições.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

O governo vai suspender por um ano a aplicação de sanções a proprietários rurais que desmataram APPs antes de 22 de julho de 2008, desde que os mesmos apresentem os planos de recuperação das áreas degradadas. O decreto presidencial determina que, após a inclusão do imóvel rural no CAR, o proprietário tem que firmar um termo de compromisso em que se compromete a regularizar sua situação no prazo de 12 meses.

AVALIAÇÃO DA CONTAG

Segundo a secretária de Meio Ambiente da CONTAG, Rosicléia Santos Azevedo, a entidade avalia de forma positiva os vetos feitos pela presidenta Dilma Rousseff. "O texto retoma pontos cruciais para a conservação e proteção ambiental e estabelece com

mais clareza a diferença entre a agricultura familiar, pois retira a escadinha para os médios e grandes produtores".

Injeção de ânimo para o Amazonas – Site da CNA. 18/10/2012

"Acreditamos que para a revolução agrícola é preciso massificar o acesso à tecnologia, através da assistência técnica", disse o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas - FAEA, Muni Lourenço, no XII Seminário de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, ocorrido essa semana, em Manaus.

O XII Seminário de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas reuniu líderes e representantes do setor para debater um pacote de medidas que pretende tornar o Estado autossuficiente em alimentos, dinamizando a economia dos municípios, e a consolidação de culturas tradicionais, como peixe, fibras, borracha, frutas regionais, manejo madeireiro e a pecuária. "O fomento, a mecanização do campo e capacitação devem andar juntos", destacou o Presidente da FAEA.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 276 mil postos de trabalho são gerados no campo, mais do que emprega o Pólo Industrial.

O evento foi promovido pelo Sistema Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Amazonas- (SENAR-AR/AM), com apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, SENAR e do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - (SEBRAE).

Apoio da Embrapa e a Agricultura de Baixo Carbono

Durante o XII Seminário de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA, Celso Paulo Azevedo, ressaltou que o evento ocorre no mesmo momento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e trouxe temas oportunos. "Não poderia ter sido melhor. A produção rural deve estar em pauta. O Programa ABC-Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, apoiada pela EMBRAPA entre outras palestras, culminam com economia verde, erradicação da pobreza e fortalecimento da economia", disse.

A FAEA, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-AM), está apoiando, no município de Autazes (a 107 km de Manaus), um projeto de Recuperação de Pastagens pelo Sistema Integração Lavoura - Pecuária - Floresta (iLPF).

Durante palestra o pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Jasiel Nunes Sousa, explicou que a estratégia integra sistemas agrícolas, pecuários e florestais. "São adotadas práticas conservacionistas como o plantio direto, a rotação e a sucessão de culturas, o consórcio de espécies, e o manejo animal", explicou Jasiel.

O sistema iLPF é recomendado para o aumento da produção em áreas já alteradas, por possibilitar a recuperação e a conservação do solo e das águas, unindo a adequação ambiental, a valoração do homem e a viabilidade econômica.

Grupo de Trabalho dos Insumos Agrominerais

A palestra sobre insumos agrominerais, realizada pelo titular da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH), Daniel Nava, chamou a atenção dos produtores rurais.

O Governo do estado do Amazonas, por meio da (SEMGRH) está intermediando um acordo com a Companhia de Mineração de Rondônia para viabilizar a importação de calcário a preços mais competitivos.

Inicialmente o Amazonas deverá importar cerca de 10 mil toneladas de calcário por mês. "A compra direta do insumo terá impacto positivo na produção agrícola. As negociações junto ao governo de Rondônia estão sendo conduzidas pelas instituições que compõem o Grupo de Trabalho de Insumos Agrominerais".

Segundo o presidente da FAEA, Muni Lourenço, hoje o produtor rural paga caro pelo produto. "O consumidor está pagando cerca de R$ 400 por uma tonelada de calcário", ressaltou ainda que o Brasil importa entre 90% e 92% do Canadá e da Rússia.

Para o presidente do Sindicato Rural do município de Boca do Acre, Ildo Gardingo, o uso do calcário líquido já utilizado pelos produtores amazonenses, sai mais barato. "Hoje estamos importando do Estado de Rondônia para o município a solução líquida com a tecnologia de nano partículas, cinco litros equivale a uma tonelada. O preço fica em torno de R$140 reais".

O secretário de mineração, Daniel Nava, apresentou o mapa de reservas minerais do Estado. Os municípios em potencial são: Autazes, Itacoatiara,Itapiranga, Nova Olinda do Norte, Borba, Maués, Urucurituba, Nhamundá, Urucará , Silves e São Sebastião do Uatumã.

Presidente da CNA destaca avanços do Novo Código Florestal, mas defende que o Congresso Nacional analise vetos do executivo – Site da CNA. 18/10/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse que, apesar dos vetos da presidente Dilma Rousseff a alguns itens da Medida Provisória (MP) que complementa o novo Código Florestal, houve vários avanços na legislação ambiental durante as discussões no Congresso Nacional. Um dos pontos positivos destacados por ela foi a segurança jurídica que os produtores rurais terão a partir de agora.

“O pior dos mundos é você não saber onde está e como está sua situação. Agora os produtores rurais saberão seus direitos e suas obrigações em relação à questão ambiental”, justificou a senadora. Outro fator importante, na sua avaliação, é que a nova lei pôs fim à hegemonia das ONGs (Organizações Não-Governamentais) sobre o Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis). “Isso chegou ao fim e esses órgãos tornam-se republicanos novamente”, enfatizou.

Ao avaliar os vetos da presidente a alguns pontos da MP, publicados nesta quinta-feira (18/10) no Diário Oficial da União, ela afirmou que não discorda de todos. Um dos vetos defendidos por ela diz respeito ao plantio de árvores frutíferas na beira dos rios para a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs). "Pode trazer riscos para a água, porque sem a aplicação de defensivos na fruticultura, não há produtividade e competitividade", explicou. Defendeu, no entanto, a reavaliação de outros itens barrados pela presidente. "A discussão ainda não acabou. Temos a possibilidade constitucional de avaliar esses vetos", completou a senadora.

Disse que, democraticamente, os vetos são "uma prerrogativa da Presidência da República, mas esperamos que o Congresso Nacional também exerça sua obrigação de colocar os vetos à prova. Tenho certeza que o Congresso votará, de forma unânime, como votou nas outras oportunidades", disse a presidente da CNA, negando que a decisão da presidente Dilma represente uma derrota aos parlamentares ligados ao setor agropecuário. "Se existe uma derrota, só se for derrota de Pirro, porque tivemos muitas conquistas ao longo deste processo. Se como produtora rural eu não estou 100% satisfeita, me considero 100% contemplada como cidadã", enfatizou.

Segundo a senadora, um dos vetos que devem ser analisados pelo Legislativo é o que trata do fim da obrigatoriedade de averbação das áreas de reserva legal em cartório. Com esta decisão do Executivo, o registro da área averbada volta a ser condicionante para que o produtor obtenha financiamento junto aos bancos oficiais. "Temos todos os mecanismos tecnológicos para identificar onde há reserva legal, e a averbação trará uma enorme burocracia neste processo", completou.

Vetos e decreto

O Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (18/10) publicou nove vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, à Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal (Lei 12.651/12). Com a decisão, o Executivo resgatou a versão original da MP encaminhada ao Legislativo em maio, retirando do texto pontos incluídos durante as discussões no Congresso Nacional. Algumas das regras previstas, como as faixas de recomposição de mata ciliar na beira dos rios, foram retomadas por meio doDecreto 7.830, também publicado no DOU de hoje e que traz, ainda, as normas para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O Diário Oficial traz, ainda, a publicação da versão final da MP, transformada na Lei 12.727/12.

Um dos dispositivos da MP barrados pela presidente tratava da recuperação de 15 metros de mata ciliar nas propriedades rurais acima de quatro módulos até 15 módulos fiscais que tiverem rios de até 10 metros de largura. No entanto, com o veto, ficou definida, no decreto, para os cursos d'água com até 10 metros de largura, a metragem de 20 metros para os imóveis com mais de quatro módulos até 10 módulos fiscais. Nas propriedades com mais de 10 módulos, permanecem as regras já definidas na MP, transformada na Lei 12.727/12, que estipulam para médias e grandes propriedades faixas de 20 a 100 metros. Nas pequenas propriedades (até quatro módulos), as metragens também foram mantidas, de 5 a 15 metros.

Outro veto exclui a faixa de recomposição de cinco metros na beira dos rios intermitentes que tenham largura de até dois metros. Este item foi incluído no texto

durante as discussões na Comissão Especial Mista, formada por deputados e senadores, para discutir o novo Código Florestal. O Executivo vetou, também, o trecho que previa que, nas propriedades com mais de quatro até 10 módulos fiscais, a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) não poderia ultrapassar o percentual de 25% da área total do imóvel. Os itens que tratavam do plantio de árvores frutíferas para recuperação da cobertura vegetal nas propriedades rurais e da regularização, em 20 dias, de produtores autuados por infrações ambientais a partir da adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) também foram vetados.

Também foi retirado do texto o dispositivo que previa que o cômputo das APPs no cálculo da reserva legal não poderia ultrapassar 50% do imóvel nas regiões localizadas fora das áreas de floresta na Amazônia Legal, onde a soma não poderá ser maior que 80%. Estes itens também haviam sido incluídos no texto durante os debates na Comissão Especial Mista no Congresso Nacional.

Projeto Biomas encerra capacitações de 2012 na Mata Atlântica – Site da CNA. 18/10/2012

Nesta quinta-feira (18), enquanto Adriano Mendonça, doutor em Engenharia Florestal, falava sobre mensuração e procedimentos de inventário florestal, na última capacitação do Projeto Biomas, na Mata Atlântica, este ano, outros quatro pesquisadores validavam o piqueteamento na propriedade onde serão implantadas as pesquisas no bioma. A área escolhida fica em Linhares-ES, próxima à Reserva Natural Vale.

"Nesta propriedade, serão recuperadas as áreas de preservação permanente (APP) na beira do rio e nos pontos de alagamento no interior do terreno. As espécies escolhidas para a restauração das APPs são nativas da região da Mata Atlântica", explica Fabiana Gomes Ruas, coordenadora do projeto e pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

A fazenda será o exemplo de plantio sustentável a partir do uso do sistema agroflorestal, restauração ambiental e adaptação à nova legislação. "A área piqueteada foi dividida para diferentes experimentos e no futuro servirá como modelo e incentivo para outros produtores", diz Cesar Teixeira, doutor em Produção Vegetal e pesquisador do Incaper.

De volta à Reserva Natural Vale, os pesquisadores participantes do 3º módulo do curso Projeto Biomas na Mata Atlântica encerraram a capacitação colocando em prática o que foi aprendido nas palestras. Com os instrumentos necessários em mãos, aprenderam os procedimentos de inventário florestal. "A terceira etapa do curso foi concluída com sucesso. Temos profissionais de áreas diferentes que agora têm o conhecimento nivelado para ser repassado", concluiu Adriano Mendonça.

O projeto segue suas atividades na Mata Atlântica, ainda este ano, com o início da implantação de experimentos, como a preparação do terreno, adubação, controle de formigas, etc.

Presidenta Dilma sanciona Código Florestal com vetos – Site do MAPA. 18/10/2012

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, com nove vetos, a medida provisória (MP) aprovada pelo Congresso Nacional que altera o novo Código Florestal. O texto e as razões dos vetos foram publicados, nesta quinta-feira, 18 de outubro, no Diário Oficial da União (DOU).

Foram vetados parcialmente os artigos 4º, 15º, 35º, 59º, 61º-A e 61º-B e totalmente o 83º. Entre os vetos está o nono parágrafo do artigo 4º, que desconsidera Área de Proteção Permanente (APP) a várzea fora dos limites previstos pelo artigo, por "poder gerar controvérsia jurídica acerca da aplicação da norma".

Também foi vetado o plantio de árvores frutíferas para recomposição de Áreas de Proteção Permanente. O despacho da presidenta justifica que a autorização indiscriminada de frutíferas "compromete a biodiversidade das APPs, reduzindo a capacidade dessas áreas desempenharem suas funções ambientais". O uso de espécies exóticas intercaladas com nativas, para recomposição de APP, é autorizada em pequenos imóveis rurais.

Regularização

Junto com a sanção, o Governo Federal publicou o decreto sobre o Programa de Recuperação Ambiental (PRA). O proprietário que aderir ao programa e estiver cumprindo o termo de regularização ambiental não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, Reserva Legal e de uso restrito. Ou seja, as multas decorrentes dessas infrações serão "consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA", conforme é explicado no parágrafo único do artigo 13.

O decreto também estabeleceu o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como condição obrigatória para a adesão ao PRA e criou o Sicar, sistema que vai gerenciar e integrar os dados do CAR de todas as unidades da federação. O CAR é registro por satélite do imóvel rural com informações como o limite da propriedade, APP e reserva legal.

Veja aqui a Lei nº 12.727 com as alteração ao Código Florestal.

Veja aqui o Decreto nº 7.830 sobre o CAR e PRA.

Nova Lei Florestal é sancionada com vetos. Paulenir Constancio – Site do MMA. 18/10/2012

Ministra Izabella Teixeira explica que o fundamento dos vetos é não estimular desmatamentos ilegais e assegurar justiça social no campo

Nove artigos da nova Lei Florestal aprovada no Congresso Nacional foram vetados pela presidenta Dilma Rousseff. Os vetos, anunciados pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na noite de terça-feira (17), no Palácio do Planalto, resgatam os

princípios defendidos pela pasta nas negociações com os parlamentares. “Será preservado o equilíbrio entre o social e o ambiental”, garantiu Izabella Teixeira.

O fundamento dos vetos foi, segundo esclareceu Izabella Teixeira, “não anistiar, não estimular desmatamentos ilegais e assegurar a justiça social e a inclusão social no campo em torno dos pequenos produtores e agricultores familiares. O Congresso poderá se manifestar e sempre estaremos abertos ao diálogo”. Foi vetada a parte do texto que implicava em desequilíbrio entre a proteção ambiental e a inclusão social. A íntegra do documento está publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (18).

Os principais vetos asseguram o retorno da chamada “escadinha”, que estabeleceu os limites mínimos diferenciados para a recuperação de áreas de preservação permanente às margens de rios. A medida restabelece o direito dos pequenos agricultores, sem retirar a obrigatoriedade dos médios e grandes de recuperar áreas proporcionais a extensão de suas propriedades. Será garantido, ainda, que as áreas degradadas sejam recuperadas com um percentual expressivo de mata nativa. Como foi aprovada, a lei autoriza a recuperação integral com espécies frutíferas, o que contraria os princípios de preservação dos cursos d’água.

Foi vetada, também, por imprecisão técnica, a questão de rios intermitentes até dois metros, o que significaria uma nova faixa, fora da escadinha. “Essa discussão não aconteceu no Congresso, apareceu no último momento”, lembrou a ministra. O que estava previsto era a limitação em cinco metros em rios com comprimento inferior a 10 metros para as pequenas propriedades. E assegura que os médios e grandes proprietários recuperem entre 30 e 100 metros.

Vídeo da entrevista da ministra Izabella Teixeira

Apresentação sobre Código Florestal

Vetos de Dilma à MP do Código Florestal impõe derrota para ruralistas. Tarso Veloso, Daniela Martins e Bruno Peres – Valor Econômico. 18/10/2012

A presidente Dilma Rousseff vetou nove itens da medida provisória que regulamenta o novo Código Florestal e impôs, assim, uma dura derrota à bancada ruralista do Congresso Nacional, que perdeu muito com a nova redação. As lacunas deixadas pelas modificações e supressões feitas serão repostas por um decreto presidencial que será publicado hoje no "Diário Oficial da União".

A opção pelo uso de um decreto em vez de uma MP é uma estratégia para encerrar o embate com os ruralistas, que conseguiram algumas vitórias sobre o governo nas votações das MPs no Congresso.

A estratégia do governo foi defendida pelo advogado-geral da União, Luís Adams. "O próprio Congresso prevê que as regras de proteção das áreas consolidadas poderão e deverão ser editadas por decreto no PRA [Programa de Regularização Ambiental]. O que a presidente fez ao regulamentar o PRA foi estabelecer a proteção mínima nessa

área. Não há nenhum problema em fazê-lo. Essa restrição está prevista tanto na lei que o Congresso aprovou quanto no decreto que acaba sendo adotado", defendeu Adams.

O artigo 61, mais conhecido como "escadinha", principal polêmica do texto cercada de lobbies, foi vetado e a presidente vai voltar com a redação original proposta por ela ao enviar a MP para o Congresso. A ferramenta definia o quanto de mata em beira de rios deve ser recuperada, conforme o tamanho das propriedades. "A presidente vetou todo e qualquer tema que colocasse em risco a proteção ambiental", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Pelo texto original, quanto maior a propriedade rural, maior seria a recomposição, mas a proposta foi alterada pelos parlamentares, reduzindo a área de reflorestamento para médias e grandes propriedades. A mudança desagradou a presidente Dilma Rousseff, que defendia o texto original da MP enviada por ela ao Congresso.

Durante as discussões na comissão mista, deputados e senadores reduziram de 20 para 15 metros a recomposição das APPs, em margens de rios de até 10 metros, em propriedades de 4 a 15 módulos fiscais. Em propriedades acima de 15 módulos fiscais, independentemente da largura do curso de água, a recomposição ficará entre 20 a 100 metros. Neste caso, a definição da área de reflorestamento será decidida pelo PRA, que ficará a cargo dos Estados. Hoje, a competência para delimitar essas áreas é compartilhada entre os entes federativos, sendo que na tramitação do Código Florestal os parlamentares da base aliada defenderam que o governo não abre mão dessa prerrogativa.

Outro ponto vetado é a possibilidade de serem usadas monoculturas de árvores frutíferas na recuperação de APPs em vez de vegetação nativa. A ideia de formar pomares em torno dos rios foi muito criticada por ambientalistas.

A recuperação de rios intermitentes também foi vetada. "Não podemos deixar que os pequenos e médios produtores tenham o mesmo direito dos grandes. O direito dos pequenos tem que ser assegurados".

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a decisão é ditatorial e desmoralizante para o Congresso. "O direito a veto é uma prerrogativa dela [presidente] e isso não se discute, mas é arrogante e prepotente. O que me preocupa é como ela vai suprir todos os vetos. O decreto não pode criar. Se for assim é inconstitucional."

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Homero Pereira (PSD-MT), afirmou que os vetos são um "golpe" ao acordo firmado entre ruralistas e governistas. "O governo calou no momento em que lhe era desfavorável e usou toda sua força no momento que é desfavorável à agricultura. Vamos fechar o Brasil, não vamos plantar mais nada e importar de outros países já que nossos produtores vão estar na ilegalidade", afirmou.

Incentivos à sustentabilidade. Luiz Fernando Furlan – Valor Econômico. 18/10/2012

Há 40 anos, um amigo estava para se casar e ganhou de presente da mãe uma viagem até Manaus para, junto com a noiva, comprar o enxoval. Naquela época se comprava, por exemplo, cristais da Boêmia isentos de impostos, porque eram embalados e recebiam um selo na Zona Franca de Manaus. Era tudo muito livre, uma festa de consumo. Essa realidade não existe mais. Mas por conta do passado, o preconceito ainda marca a percepção da região.

Olhando para trás, constatamos que muita coisa mudou no mundo, no país e na região Norte do Brasil. Ao longo de quatro décadas e meia de existência da Zona Franca, o potencial ecológico aliado a uma política de negócios embasada na sustentabilidade transformou a capital amazonense na sexta cidade brasileira com maior geração de renda para seus habitantes. Grande parte desse sucesso se deve ao Polo Industrial de Manaus (PIM), um modelo de desenvolvimento regional baseado nos incentivos fiscais que hoje abriga quase 600 empresas nacionais e internacionais, gerando mais de 100 mil empregos diretos e um faturamento anual superior a US$ 41 bilhões.

Setor de bebidas não alcoólicas de Manaus alia crescimento com bem-estar social e conservação ambiental

De acordo com o Ministério do Trabalho, Manaus registrou, em 2011, saldo positivo de 30.388 postos de trabalho formais. Esse saldo supera, por exemplo, o da cidade de Campinas, que encerrou o ano passado com saldo positivo de 16.352 empregos formais. Outro dado interessante porém pouco citado é o fato de que a capital amazonense está em 13º lugar entre os principais polos industriais do país em termos de geração de emprego na indústria de transformação. Fora do eixo Sul-Sudeste, Fortaleza é a única capital brasileira que fornece mais empregos industriais do que Manaus. E no quesito geração de salários, Manaus fica em 16º lugar nacional.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) houve a criação de 14,5 milhões empregos formais no país de 2004 a 2010, representando uma média anual de mais de dois milhões de empregos. Especificamente na capital do Amazonas, registrou-se crescimento de 67% no emprego entre 2003 e 2010. Indubitavelmente, trata-se de uma taxa excepcional, sobretudo quando considerados os grandes polos industriais do centro-sul do país como São Paulo (26,7%), Rio de Janeiro (31,9%), Porto Alegre (19%), Belo Horizonte (57,5%) e Curitiba (54,9%).

No entanto, o vigor deste modelo se vê agora ameaçado pela possibilidade de redução dos atrativos fiscais da região, preconizada pelo decreto 7.742/12, que altera a tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e trará resultados adversos para um setor-chave na região, o de bebidas não alcoólicas. Em vigor desde 1º de outubro, a medida pode enfraquecer toda a cadeia produtiva da região e, no limite, levar ao cancelamento de novos investimentos e até o fechamento de fábricas.

Cabe ressaltar que a indústria de concentrados e bebidas é o segmento industrial com maior grau de impacto socioeconômico no interior da região, reflexo da forte interligação propiciada pela aquisição de insumos agrícolas locais, sobretudo o guaraná. Instalado desde os anos 80 na região do Polo Industrial de Manaus, o setor de bebidas

gera cerca de 2 mil empregos formais, 70% deles no interior da região amazônica. Se incluirmos nessa conta os produtores rurais, que entregam insumos absorvidos pelas fábricas (apenas na produção de açúcar mascavo, por exemplo, são 300 produtores), o volume de empregos diretos formais e informais é ainda maior.

Em que pese a renúncia fiscal dos governos federal, estadual e municipal dentro do Polo Industrial de Manaus, já restou comprovada em números a importância econômica e financeira da região, que consegue, ao longo dos anos, sucessivas altas de arrecadação de tributos. Calcula-se que, para cada real renunciado, a cidade, o estado e a União ganham 1,33 real. Tais subsídios não vão para um "poço sem fundo". São reinvestidos para garantir emprego e renda à população local e para a manutenção de políticas públicas que asseguram a conservação ambiental.

Somem-se a isso os positivos efeitos da redução da pressão de desmatamento no restante do estado do Amazonas, fruto da concentração da atividade econômica em Manaus. Adicionalmente, empresas do PIM estão ampliando seus investimentos em projetos voltados para a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Sem eles, a exploração irregular de madeira teria elevado o ritmo de desmatamento e degradação da floresta. Para se ter uma ideia, dentro do Bolsa Floresta - o maior programa brasileiro de pagamento por serviços ambientais, bancado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) - são mais de 8 mil famílias beneficiadas com investimento em geração de renda e benefícios sociais em 15 unidades de conservação que totalizam uma área de 10 milhões de hectares, com investimentos de R$ 39,5 milhões entre 2008 e 2011.

Embora questionáveis em alguns aspectos, os incentivos fiscais podem, sem dúvida, ser utilizados de forma racional e corretos, tal como ocorre no Amazonas. A maior unidade de federação, com 1,57 milhão de quilômetros quadrados, se orgulha de ter o menor índice de desmatamento do país. O fato é que o corte brusco desses estímulos e seus nocivos desdobramentos poderão resultar em uma desarticulação profunda da economia local e estimular o desmatamento, criando na Amazônia uma crise sem precedentes.

Aliar crescimento econômico com ampliação de bem-estar social e conservação ambiental apresenta-se como principal desafio que o mundo enfrenta hoje. Um desafio que o setor de concentrados de bebidas não alcoólicas de Manaus equaciona muito bem: retém o homem no interior, gera emprego e renda e aprimora a produção local. Qualquer movimento em contrário pode gerar forte desequilíbrio, resultando em prejuízos irreparáveis à sustentabilidade.

Luiz Fernando Furlan, ex-ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003-2007), é presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável.

Dilma barra alterações de ruralistas na lei florestal. Breno Costa – Folha de São Paulo. 18/10/2012

Nove regras foram vetadas; objetivo é evitar anistia a desmatadores. Decreto irá restaurar os pontos originais da MP, evitando nova mudança no Congresso; deputado ameaça ir ao Supremo

No que deve ser a última etapa da tramitação do novo Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff vai de novo vetar regras favoráveis a grandes proprietários de terra.

Ela decidiu, sob o argumento de impedir anistia a desmatadores, barrar nove alterações aprovadas por ruralistas na MP (Medida Provisória) que complementou o Código, aprovado em abril no Congresso.

E, para impedir que a matéria volte a ser analisada por deputados e senadores, será editado um decreto restaurando os pontos originais da MP.

"É um acinte total, uma desmoralização do Congresso", diz o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que ameaça recorrer ao STF.

Os vetos de Dilma serão detalhados hoje no "Diário Oficial da União". O principal derruba a mudança que diminuiu a área de mata em beira de rio a ser reflorestada em grandes e médias propriedades.

A regra, mais rígida no texto inicial, ganhou o apelido de "escadinha" por determinar um escalonamento para a recomposição, de acordo com o tamanho da propriedade.

Outro veto refere-se à possibilidade, inserida por ruralistas, de que fosse aceito o plantio de árvores frutíferas, em vez das espécies originais.

Após uma última reunião com Dilma, a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) disse que o objetivo dos vetos é preservar princípios: "não anistiar, não estimular desmatamentos ilegais e assegurar justiça social", impedindo um "texto que leve ao desequilíbrio entre ambiental e social".

Melhoramentos estuda nova expansão. Stella Fontes – Valor Econômico. 19/10/2012

Sesiki, superintendente da Melhoramentos Florestal: ainda não há prazo definido para alcançar as 120 mil toneladas/ano

Antes mesmo de concluir o projeto de expansão que elevará em 50% a capacidade de produção de fibra de alto rendimento na fábrica de Camanducaia (MG), a Melhoramentos Florestal já está estudando uma nova ampliação na unidade. A escassez mundial da matéria-prima, que é usada na fabricação de papel-cartão e papel absorvente (tissue), abre a possibilidade de novos investimentos, que poderão dobrar o tamanho da fábrica em relação aos números atuais, de acordo com o superintendente da companhia, Sérgio Sesiki.

Atualmente, a capacidade mundial instalada desse tipo de fibra, que pode ser usada como aditivo que confere rigidez e resistência a embalagens, por exemplo, é de 44 milhões de toneladas. Desse volume, 96% é usado pelos próprios produtores em operações integradas a fábricas de papel. "Só 4% da produção total chega ao mercado e, ainda assim, quando há excedente", explica o executivo.

Diante desse cenário e da ocupação plena da fábrica mineira, a Melhoramentos está aplicando R$ 42 milhões para ampliar sua produção de 60 mil toneladas anuais para 90 mil toneladas ao ano, a partir de abril de 2013. Para abastecer a nova linha, a empresa recorrerá à base florestal que mantém em Bragança Paulista (SP), distante 45 quilômetros da fábrica. Em Camanducaia, a Melhoramentos conta com 12 mil hectares, dos quais 50% plantados, usados para abastecer a operação atual.

Já na primeira etapa de expansão, a empresa terá capacidade de iniciar exportações da matéria-prima, hoje totalmente direcionada para o mercado nacional. No país, a Melhoramentos tem hoje dez clientes, entre os quais a Suzano Papel e Celulose - uma das grandes produtoras nacionais de cartões. Essa carteira, contudo, deverá no mínimo dobrar à medida que a nova capacidade entre em operação. "Queremos pulverizar nossa carteira", afirma Sesiki.

No exterior, a empresa testou uma nova versão da fibra de alto rendimento, integralmente produzida com eucalipto, na Espanha e em Portugal. "Imaginamos que até um terço da nova produção poderá ser exportado para a Península Ibérica", diz o executivo. Um dos pré-requisitos para conquistar o mercado europeu, o certificado FSC (do inglês Forest Stewardship Council), para 100% da operação, já foi obtido no ano passado.

O início das vendas ao mercado externo também será possibilitado pela instalação de um secador na nova linha. Hoje, sem esse equipamento, o custo do transporte é elevado e o frete inviabiliza negócios a distâncias significativas.

O principal financiador da primeira fase de expansão da Melhoramentos Florestal é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com 70% dos recursos. O restante sairá do caixa da empresa - uma parcela dos recursos provenientes da venda da Melhoramentos Papéis à chilena CMPC, em abril de 2009, por R$ 120 milhões, será usada no projeto.

Ao mesmo tempo em que se prepara para inaugurar a nova linha, a empresa estuda uma expansão adicional, para 120 mil toneladas anuais, ainda sem prazo definido. "Neste momento, o mercado comporta um adicional de 30 mil toneladas por ano. Mas estaremos prontos para mais 30 mil toneladas no futuro", ressalta Sesiki. Para esse novo projeto, a empresa já está firmando contratos de opção que deverão garantir a madeira necessária. "Para chegar às 120 mil toneladas, teremos de partir para a atividade de fomento, principalmente", explica.

Controlada pelas famílias Weiszflog, Plöger e Velloso, que detêm 88% das ações, a Cia. Melhoramentos obtém, atualmente, metade de suas receitas a partir da Melhoramentos Florestal. A outra metade é proveniente da Editora Melhoramentos. Há ainda contribuição da unidade patrimonial, que está diretamente ligada à Cia. Melhoramentos. No ano passado, a receita bruta do grupo somou R$ 130 milhões.

Até junho, diz Sesiki, a receita líquida da Melhoramentos Florestal avançou 8%, enquanto na Editora houve queda de cerca de 5% - a receita líquida consolidada do grupo, no semestre, somou R$ 44 milhões. A melhora no desempenho do negócio de fibras, conforme o executivo, deveu-se ao maior valor agregado do produto vendido, uma vez que não houve adição de capacidade. "Em 2020, pretendemos estar além dessa capacidade de 120 mil toneladas e oferecer novas aplicações, desenvolvidas a partir da biotecnologia.".

Sobre todos nós. Marina Silva – Folha de São Paulo. 19/10/2012

Já se disse tudo sobre os guarani-kaiowá. Nada parece comover a "civilização brasileira" de que o extermínio desse povo é um crime imperdoável e o sangue de suas crianças recai sobre todos nós.

Dói na alma ler a carta da comunidade Pyelito kue-Mbarakay, de Iguatemi (MS), divulgada depois que a Justiça de Naviraí (MS) determinou sua retirada da beira de um rio.

É um daqueles documentos que testemunham momentos graves na formação do país, como os relatos de Canudos e do Contestado, da Revolta da Chibata, da escravidão, da ditadura, dos incontáveis massacres e chacinas que tingem o chão de nossa pátria. Ouçamos a voz guarani-kaiowá:

"(...) avaliamos a nossa situação e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos acampados a 50 metros do rio Hovy, onde já ocorreram quatro mortes, sendo que dois morreram por meio de suicídio e dois em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas. Moramos na margem deste rio Hovy há mais de um ano, estamos sem assistência nenhuma, isolados, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Tudo isso passamos dia a dia para recuperar o nosso território antigo Pyelito kue-Mbarakay".

Onde estão os poderes da República, o sistema político, as grandes empresas que se dizem salvadoras da economia nacional? Onde está a opinião pública? Onde está o brasileiro cordial? Escutemos:

" (...) ali estão o cemitérios de todos nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais".

Há um suicídio a cada seis dias entre os guarani-kaiowá. Quase 50 são assassinados por ano. Agressões incontáveis. Falta ética, respeito à vida e responsabilidade para com os mais frágeis.

Não faltam anestesiadores de consciência sempre dispostos a minimizar a gravidade da situação, ao dizer que os índios estão blefando, que as "ONGs estrangeiras" estão por trás, conspirando contra o Brasil.

A pergunta é: até quando assistiremos o genocídio sem fazer nada? Cada um sabe se é um destinatário da pergunta e em que medida participa da resposta.

Ruralistas querem ir ao STF contra decreto – Folha de São Paulo. 19/10/2012

Parlamentares ligados ao agronegócio dizem que medida de Dilma é inconstitucional

Parlamentares ruralistas prometem ir à Justiça contra a decisão da presidente Dilma Rousseff de retomar por meio de um decreto o texto original da MP (medida provisória) que complementou o Código Florestal.

O decreto foi publicado ontem no "Diário Oficial da União". Ele substituiu os pontos que deputados ruralistas haviam alterado na MP, mas que foram vetados por Dilma.

Ao usar um decreto para preencher as lacunas geradas pelos vetos, a presidente terminou a análise do novo Código pelo Congresso, mas causou revolta em parlamentares ligados ao agronegócio.

Liderados pelo vice-líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), dizem que recorrerão ao Supremo Tribunal Federal por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.

"Esse AGU [advogado-geral da União, Luis Inácio Adams] é um analfabeto. O que foi feito foi de uma total arrogância, prepotência e inconstitucionalidade", disse Caiado. A decisão não tem apoio na cúpula do partido, segundo o presidente do DEM, senador Agripino Maia (RN).

O governo argumenta que uma mudança do texto da MP é que determinou que as regras fossem especificadas por meio de decreto.

Ruralistas e ambientalistas querem ir ao STF contra vetos de Dilma ao Código. Rosa Costa – O Estado de São Paulo. 19/10/2012

Ambiente. Decreto presidencial com nove vetos ao texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso desagradou adversários, que devem entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo; presidente do Senado, porém, diz que vetos foram corretos

Os vetos do governo à nova regulamentação do Código Florestal deixaram insatisfeitos ruralistas e ambientalistas, que prometem levar a batalha ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto os ativistas consideraram insuficientes os nove pontos abordados pelo decreto presidencial, a bancada ruralista foi surpreendida com a costura política patrocinada pelo Planalto, que esvaziou críticas de setores ligados ao agronegócio.

Ontem, o vice-líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), anunciou que o partido vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin)no STF e apresentar um decreto legislativo para anular os efeitos do decreto da presidente Dilma Rousseff que preenche as brechas deixadas pelos vetos.

"O decreto existe para normatizar lei já existente, não para substituir leis aprovadas pelo Congresso", explicou. Caiado afirma que o tribunal atenderá às expectativas de seu partido.

"A presidente Dilma está se curvando muito mais à pressão de ONGs internacionais em detrimento de um setor que sabe o que é meio ambiente e sabe preservar", alegou. Ele afirma que o produtor foi "mais uma vez penalizado com regras incompatíveis à sua atividade".

Mais moderado, o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (PFA), senador Waldemir Moka (PMDB-MS), anunciou que a entidade fará avaliação técnica dos nove vetos da presidente ao Código para saber se eles prejudicam o setor ou se eram necessários para atender a outros segmentos do País. "Não é o caso de polemizar, uma análise equilibrada evitará um enfrentamento desnecessário."

A presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), foi cautelosa. Ela endossou a iniciativa de Dilma de excluir alguns pontos como o da fruticultura nas margens dos rios, "que poderia trazer risco da contaminação de defensivos", mas diz que cabe aos parlamentares dar a última palavra sobre o Código, votando cada um dos vetos. "Se não estou 100% satisfeita como produtora rural, me considero 100% contemplada como cidadã, pois tivemos espaço para debater e chegamos a um bom termo na legislação."

Mas a intenção de examinar os vetos não será concretizada, como adiantou ontem o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Além da necessidade de furar a filar de outros 2.424 vetos engavetados, Sarney alegou que não há tempo hábil para que sejam examinados vetos que ele, pessoalmente, considera necessários. "Foram vetos de correção, afim de restaurar o antigo acordo que possibilitou a votação do Código. Eles retomam aquele espírito de não ficar radicalizado."

Em oposição a Caiado, o relator do Código no Senado, Luiz Henrique (PMDB-SC), apoiou as alterações feitas por Dilma. Alega que, com os vetos, fica ressuscitada parte do texto que apresentou. "Temos de pensar no Brasil capaz de manter a igualdade entre produção e preservação", defendeu. "O Código não é o ideal, mas foi além do possível diante da correlação de forças do Congresso." Kátia Abreu destacou como ponto positivo do novo Código o fato dele acabar com a interferência de ONGs sobre o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, os quais, na sua opinião, "tornam-se novamente republicanos".

Pressão. Associações ambientalistas contrárias à aprovação do novo Código Florestal devem fazer reunião na próxima terça-feira, dia 23, para definir como acionar o STF. Cerca de 200 movimentos, incluindo associações de juízes, ex-ministros do Meio Ambiente, sindicalistas e estudantes, vão se encontrarão na sede da CNBB, em Brasília, para articular suas ações, visando a provar a inconstitucionalidade do Código.

"Foi uma valsa descompassada. O texto que alterou a MP deu três passos para os ruralistas. Os vetos de Dilma foram um passo para a proteção ambiental. Ela rejeitou a última série de estragos do Congresso, mas não corrigiu todos os problemas da lei", diz André Lima, consultor jurídico da SOS Mata Atlântica e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, coalizão que reúne 163 organizações da sociedade contrárias ao novo Código, montou uma equipe jurídica para estudar as inconstitucionalidades da lei.

"Temos colaboradores do MPF, da Associação dos Juízes Federais, dos procuradores federais e outras entidades. Queremos ter noção exata do tamanho do problema", explica o especialista em políticas públicas da WWF, Kenzo Jucá Ferreira.

Para ele, o próprio decreto presidencial anunciando a criação do Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Recuperação Ambiental pode ser considerado inconstitucional: "A presidente está disciplinando coisas que deveriam ser prerrogativas do Congresso. Isso sinaliza que não só está aberta a temporada das Adins (Ação Direta de Inconstitucionalidade), como sentimos que será inevitável o STF se posicionar". / COLABORARAM GIOVANA GIRARDI E MATEUS COUTINHO, ESPECIAL PARA O ESTADO

'É um momento de a gente virar a página', afirma ministra. Lissandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 19/10/2012

Para Advocacia-Geral da União e Ministério do Meio Ambiente, Congresso autorizou o Executivo a legislar neste caso

O governo federal considera encerrado o debate sobre o Código Florestal, apesar das ameaças feitas por parlamentares de questionarem na Justiça o decreto presidencial que retomou a chamada "escadinha" na recuperação das áreas de preservação permanente. A avaliação da Advocacia-Geral da União e do Ministério do Meio Ambiente é de que o próprio Congresso deu a autorização para a Executivo legislar nesse caso ao determinar que as regras do Programa de Recuperação Ambiental fossem feitas por decreto.

"Não se pode falar em violação legal ou constitucional quando o artigo 59 (do Código Florestal) diz que é da competência do Poder Executivo estabelecer o Programa de Recuperação Ambiental", afirmou o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. "Existe uma regra sobre proteção ambiental que está no artigo quarto. Para os demais casos, ia para a regulamentação", diz.

A alegação do governo é que a lei aprovada pelo Congresso determinava apenas que as recuperações de áreas nas margens de rios desmatadas antes de 2008 tivessem entre 20 e 100 metros, mas remetia para Executivo definir como serão as regras do programa de recuperação.

Porém, no texto da lei os deputados haviam incluído a sua versão da chamada "escadinha", um escalonamento de reflorestação das margens de acordo com o tamanho

do rio e da propriedade bastante inferior à proposta do governo. A presidente Dilma Rousseff vetou essa parte do texto e refez a escadinha por decreto.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reconheceu que questionamentos judiciais poderão vir, mas considera o debate sobre as normas do Código uma "página virada". "É um momento de a gente virar a página. Não estou dizendo que outras guerras não serão iniciadas, mas isso é do processo democrático", afirmou a ministra. "Se alguma pessoa entende que vai discutir na Justiça é legítimo da democracia. A Advocacia-Geral da União vai defender a posição do governo. Não estou discutindo mais isso."

Cadastro rural. O ministério planeja cuidar agora do Cadastro Ambiental Rural, que precede ainda o Programa de Recuperação Ambiental. Nos próximos dois anos, 5,2 milhões de propriedades rurais terão de ser cadastrada no sistema eletrônico, que vai mostrar não apenas onde fica, quem são seus donos e quais seus limites, mas também que áreas foram desmatadas além do legal e devem ser recuperadas. O governo federal está investindo cerca de R$ 30 milhões na compra de imagens de satélite com resolução cinco para um, cobrindo todo o país, para que os estados possam usar da demarcação de todas as propriedades e nas áreas de recuperação obrigatória.

Nos casos em que há necessidade de recuperação, ao ter sua terra cadastrada o produtor rural é convidado a se inscrever no PRA e apresentar um plano. Durante o cumprimento desse projeto de reflorestamento, eventuais multas podem ser suspensas. Isso vale apenas, no entanto, para quem desmatou antes de 2008. Depois desse ano, quem desmatou deverá seguir outras regras de recuperação, mas rígidas que a "escadinha", e será criado um programa de conversão de multas.

Código sem fundamentalismo. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 20/10/2012

É cinismo e mentira afirmar que o novo Código Florestal aumentará o desmatamento e anistiou infratores

O filósofo Arthur Schopenhauer, em sua "Dialética Erística", demonstrou que é possível vencer uma discussão mesmo sem ter razão.

Para tanto, alinhavou uma série de estratagemas que partem do pressuposto de que "ter razão" não é o mesmo que "estar com a verdade". Ter razão, segundo ele, é triunfar perante a plateia, iludindo-a e confundindo o adversário.

A verdade, nesses termos, é um detalhe a ser evitado. É desse pragmatismo, aético e predador, que se nutrem aqueles que atacam o novo Código Florestal e os produtores de alimentos.

Há anos, certa corrente ambientalista busca desconstruir a imagem de quem produz, ensejando torná-lo o vilão do país. Ignora os benefícios econômicos e sociais que a produção rural tem trazido ao Brasil, os anos de superavit da balança comercial e que, em quatro décadas, o gasto do brasileiro com alimentos foi reduzido de 48% para 13%.

São fatos, não opiniões.

Insistir em condenar o novo Código Florestal, sustentando as mesmas afirmações, já exaustivamente refutadas em todos os fóruns nos quais o tema foi abordado, é a estratégia recorrente. É simples -e ocupa pouco espaço- afirmar que o novo código "é um texto que nasceu ruim e só tem piorado". Ou ainda: as mudanças que traz foram "feitas por ruralistas". E, por fim: "Ganhou quem desmata e perdeu a sociedade".

Não é preciso provar nada. Basta erguer a bandeira sagrada da defesa da natureza e afirmar que o código aumentará o desmatamento e anistiou infratores. Duas mentiras, ditas com o maior cinismo.

Em recente artigo, a ex-senadora Marina Silva, que vocaliza esse lobby, exibiu a plenos pulmões a força de sua erística. Mesmo que o Código Florestal tenha sido debatido, emendado e aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional, em certos momentos por unanimidade, insiste em que é uma obra dos "ruralistas".

O termo "ruralista" é por ela submetido a tal estigma que sua simples enunciação já traz um conteúdo moral condenatório. Ruralistas são os que vivem no meio rural -e é de lá que vem o alimento indispensável ao ser humano. Combatê-los por esse "mal" de origem é levar o preconceito a um grau irracional.

O novo Código Florestal substitui o de 1965 e uma colcha de retalhos de medidas provisórias, decretos, portarias e regulamentos, impostos, durante anos, sem nenhum debate público, por burocratas do Ministério do Meio Ambiente. Nunca havia sido votado pelo Congresso Nacional.

Novamente, são fatos, não opiniões.

Por isso, considero que os dois maiores ganhos do novo Código Florestal não são de ordem técnica.

O primeiro -e mais importante- é a segurança jurídica para os produtores.

O segundo é acabar com a hegemonia das ONGs ambientalistas sobre o tema do ambiente. Nunca mais a sociedade e seus representantes no Congresso Nacional serão excluídos desse debate.

O Brasil é o único país do mundo que produz o seu alimento em menos de um terço do território -27%. É, também, o único a manter intocados nada menos que 61% dos seus biomas. E os produtores rurais, em nenhum momento, postularam a redução dessa área de vegetação nativa.

É bom lembrar que o termo "reserva legal" só existe na legislação brasileira. O mesmo se dá com as áreas de preservação permanente (APPs), que também não existem nos países que nos pressionam a tê-las.

A propósito, não apenas defendemos como propusemos, na recente Rio+20 e em outros fóruns multilaterais, que as APPs sejam adotadas em todo o mundo. Por que só aqui os rios devem ser defendidos se a questão da água é mundial?

A erística, claro, aconselha os ambientalistas a evitar essa questão, substituindo-a por adjetivações inflamadas.

A FAO tem afirmado, reiteradas vezes, que o mundo precisa aumentar em 40% a produção de alimentos e que o Brasil é um dos países mais qualificados a dar essa contribuição. Se depender do fundamentalismo ambiental que se estabeleceu em torno do novo Código Florestal -que continua sendo o mais rigoroso do mundo-, não poderá fazê-lo.

É um fato, não opinião.

COP da Biodiversidade termina com compromisso de países ricos. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 20/10/2012

Eles aceitaram duplicar, até 2015, ajuda financeira aos países em desenvolvimento para ações pró-biodiversidade

Os países reunidos na 11.ª Conferência das Partes (COP) da Biodiversidade em Hyderabad, Índia, chegaram a um acordo ontem à noite (já madrugada de sábado no horário local) para dobrar a ajuda financeira de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para financiar ações em prol da biodiversidade.

O compromisso acordado é de duplicar, até 2015, a média do valor gasto por essas nações entre 2006 e 2010 com a questão. E manter ao menos nesse nível até 2020. Não foram geradas obrigações para os países emergentes, mas o texto encorajou que todos, pobres e ricos, aumentem seus investimentos para conter a perda de biodiversidade.

Esse é o objetivo principal das chamadas metas de Aichi - 20 compromissos acordados por esses mesmos países há dois anos na COP10, em Nagoya (Japão). O aumento de investimento definido agora visa justamente a auxiliar as nações no cumprimento dessas metas até 2020. Entre elas está, por exemplo, a criação de áreas protegidas em 17% das áreas terrestres do mundo e em 10% das marinhas.

Para Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e chefe da delegação brasileira no evento, foi um bom acordo se for levada em conta a crise econômico-financeira que a Europa está sofrendo. "Houve uma manutenção do compromisso desses países de continuar investindo em biodiversidade e isso é bem animador", disse.

Na prática isso significa que a União Europeia, por exemplo, vai investir 3 bilhões adicionais ao que já gasta com biodiversidade pelos próximos anos.

Apesar de comemorado pelas nações presentes, o valor está bem aquém de cálculos feitos pela própria Convenção da Diversidade Biológica, que chegou a estimar em US$ 600 bilhões o custo só para cumprir a meta das áreas protegidas. Estudo divulgado na revista Science na semana passada previu que para cumprir aquela meta e a redução do risco de extinção de todas as espécies ameaçadas seriam necessários US$ 81 bilhões por ano.

Para Gaetani, esses números podem representar o que é necessário, mas não reflete o que os países podem doar. "De todo modo, haverá uma revisão em 2015 desses valores e a expectativa é que aumente mais."

Além disso, a expectativa é que também haja investimento de setores privados, bancos de financiamento, governos locais, além de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável. O Banco Mundial, na quinta-feira, divulgou um estudo mostrando que abordagens nesse sentido podem ser mais eficazes. Eles citam o exemplo do Estado do Acre, que reduziu em 70% as taxas de desmatamento e aumentou o PIB em 44% entre 2003 e 2008 como resultado da diminuição do corte ilegal de árvores.

Código Florestal: nota técnica sobre os vetos da Presidenta Dilma – Site do MST. 22/10/2012

"A Presidenta promoveu vetos no intuito de retomar a essência da MP 571/2012, naquilo que foi deturpado em sua tramitação no Congresso Nacional, principalmente no tocante à recomposição de vegetação, cujo objetivo foi garantir a recomposição e não permitir "que se impusesse uma oneração maior aos pequenos proprietários rurais". É isso que diz nota técnica da assessoria parlamentar da Câmara sobre os nove vetos da Presidenta Dilma ao Projeto do Código Florestal.

Para ler a íntegra da nota, que analisa as mudanças que os vetos presidenciais causarão no projeto do Código, clique no arquivo abaixo:

CÓDIGO FLORESTAL-Lei 12727 de 2012_Vetos a MP 571_e o Decreto 7830 de 2012.pdf	135.7 KB

"Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação total" – Site do MST. 22/10/2012

A comunidade Guarani-Kaiowá residente em Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, ao saber da decissão da Justiça Federal em expulsá-los da terra onde vivem, enviaram uma carta à "Justiça" brasileira, na qual dizem que não acreditam mais no estado, que é também um agente de violência, e pedem para a Justiça tomar uma última decisão: "Assim, é para decretar a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e para enterrar-nos todos aqui."

Leia a carta na íntegra:

Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil

Nós (50 homens, 50 mulheres, 70 crianças) comunidades Guarani-Kaiowá originárias de tekoha Pyelito kue/Mbrakay, vimos através desta carta apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante de despacho/ordem de nossa expulsão/despejo expressado pela Justiça Federal de Navirai-MS, conforme o processo nº 0000032-87.2012.4.03.6006, em 29/09/2012.

Recebemos esta informação de que nós comunidades, logo seremos atacada, violentada e expulsa da margem do rio pela própria Justiça Federal de Navirai-MS. Assim, fica evidente para nós, que a própria ação da Justiça Federal gera e aumenta as violências contra as nossas vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver na margem de um rio e próximo de nosso território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay.

Assim, entendemos claramente que esta decisão da Justiça Federal de Navirai-MS é parte da ação de genocídio/extermínio histórico de povo indígena/nativo/autóctone do MS/Brasil, isto é, a própria ação da Justiça Federal está violentando e exterminado e as nossas vidas. Queremos deixar evidente ao Governo e Justiça Federal que por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça Brasileira.

A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas?? Para qual Justiça do Brasil?? Se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos aqui acampados 50 metros de rio Hovy onde já ocorreram 4 mortos, sendo 2 morreram por meio de suicídio, 2 morte em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas. Moramos na margem deste rio Hovy há mais de um (01) ano, estamos sem assistência nenhuma, isolada, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Tudo isso passamos dia-a-dia para recuperar o nosso território antigo Pyleito Kue/Mbarakay.

De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão o cemitérios de todos nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser morto e enterrado junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais.

Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal, Assim, é para decretar a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e para enterrar-nos todos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem morto e sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo de modo acelerado. Sabemos que seremos expulsas daqui da margem do rio pela justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo/indígena histórico, decidimos meramente em ser morto coletivamente aqui. Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS.

Indígenas da Amazônia cobram agenda com Dilma e buscam apoio no exterior. Naira Hofmeister e Guilherme Kolling – Carta Maior. 22/10/2012

Coordenador do Conselho Indígena de Roraima recebe na Espanha o prêmio Bartolomé de las Casas pelos 40 anos de trabalho da associação e denuncia que o reconhecimento da luta dos povos autóctones do Brasil é maior em terras estrangeiras do que no país. Além disso, revela, a burocracia faz com que o financiamento de projetos seja mais fácil com ONGs internacionais do que com o governo federal.

Madri - Na sexta-feira 19 de outubro, o Príncipe de Astúrias Don Felipe de Borbón, herdeiro do trono espanhol, entregou uma medalha ao coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Mario Nicacio Wapichana. A distinção com o prêmio Bartolomé de las Casas foi um reconhecimento as quatro décadas de luta dessa organização criada e mantida por tribos que habitam a floresta.

Não deixa de ser curioso que o representante de uma coroa que 500 anos atrás dizimou grande parte da população indígena da América Latina - o Brasil incluído - hoje renda homenagens a uma entidade que congrega 10 povos autóctones do norte do país.

Mais surpreendente, entretanto, é a constatação do jovem líder de 29 anos: a atenção que recebem de organizações do exterior é fundamental para a segurança dessa população, já que o Estado brasileiro não faz a sua parte

"É muito importante a pressão externa porque no Brasil não temos proteção nenhuma: a polícia, que deveria nos defender, nos bate, o Exército prende indígenas, e os fazendeiros que sequestram, violam e matam estão todos impunes", denunciou Nicacio em sua passagem por Madri. Por isso, reivindicou uma agenda da presidenta Dilma Rousseff com os povos indígenas, o que ainda não aconteceu neste mandato.

Desde que o CIR foi criado, no início dos anos 70, 21 lideranças foram assassinadas. Atualmente, 60 processos sobre agressões a habitantes nativos no Estado tramitam na Justiça. "Nenhum culpado até hoje foi responsabilizado", lamenta o coordenador do Conselho Indígena de Roraima.

Pior. Parte da violência é exercida por aqueles que deveriam lutar por seus direitos. É o caso do deputado federal por Roraima Paulo Cesar Quartieiro (DEM), fazendeiro que foi indenizado pela União para deixar uma terra indígena onde mantinha atividades ligadas ao agronegócio. Nicacio conta que ele destruiu os bens que haviam no terreno após receber os recursos de Brasília.

O enfrentamento a interesses econômicos de pessoas influentes e ligadas ao poder institucional é uma constante. "Romero Jucá (PMDB) presidiu a Funai (no governo de José Sarney) e hoje é senador da República por Roraima. É a pessoa que mais tem projetos de mineração em terras indígenas na Amazônia", revela.

Nesta entrevista à Carta Maior, o líder indígena cobra o cumprimento das leis nacionais de proteção aos povos autóctones, a revisão imediata do Estatuto do Índio - paralisada desde os anos 90 - e a desburocratização dos mecanismos de financiação internos; hoje, é mais fácil obter recursos para projetos com organizações internacionais.

Carta Maior - A manutenção econômica do Conselho Indígena de Roraima é feita com recursos do governo federal?

Mario Nicacio Wapichana - Nosso financiamento é feito com base em três eixos: a contribuição comunitária, convênios com os governos federal, estadual e municipal e cooperações internacionais focadas em atividades na área ambiental, de direitos humanos e fortalecimento da organização política indígena. Temos projetos com a Embaixada da Noruega e entidades da Suíça, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha, como o Cáritas, e o banco Kfw da Alemanha. Fomos muito criticados por causa dessas contribuições internacionais, diziam que estávamos vendendo a Amazônia. Mas claro que não é isso, porque tudo tem regulamentação. Essa é uma crítica pessoal de políticos e parlamentares de Roraima.

Dá para fazer uma leitura inversa, de que a falta de empenho no país leva os indígenas a buscar dinheiro de organizações internacionais?

Claro. O Brasil tem recursos na linha ambiental e direitos humanos, mas é preciso possibilitar o acesso para o CIR. Somos uma associação que está dentro da floresta, que tem pouca informação. As regras do uso desses recursos são muito difíceis para nós cumprirmos. Por exemplo, num lugar que só se chega de barco – e depois de uma viagem de uma semana – querem que a gente faça uma compra com licitação. Nesses lugares não tem internet, não tem telefone... na Amazônia os meios de comunicação tem um acesso muito restrito. E as ONGs internacionais facilitam o repasse de recursos?

A regra é diferente, muito mais flexível, tanto no uso quanto na prestação de contas desses recursos, embora tudo tenha que passar pelo Tesouro Nacional. Agora no Brasil não, tem muitos documentos para assinar, a regra é muito extensa e não dá pra fazer nada porque são processos longos.

Qual é o balanço de conquistas dos 40 anos do Conselho Indígena de Roraima?

A primeira bandeira foi de luta pela terra e tivemos uma conquista bem recente (neste âmbito) com a (demarcação da) Raposa Serra do Sol, que se concluiu parcialmente. Mas houve também avanços na área de educação: hoje nós temos 1.400 professores indígenas; antes eles tinham que vir de fora, não se adaptavam nas comunidades, iam embora logo. Agora já tem professor e escola indígena, com estrutura. Estudantes que iam para a cidade já começaram a ficar na comunidade. E hoje 600 índios de Roraima estão em cursos superiores de Direito, Medicina...

Também se reconhece mais o direito ao uso da medicina tradicional indígena...

É outro avanço, antes se atendia a um indígena com base na medicina convencional. Agora não, temos 460 agentes indígenas de saúde formados, 235 centros de saúde nas comunidades. Também conseguimos o reconhecimento do trabalho das parteiras.

E qual é a sua avaliação do trabalho da Funai nessas políticas?

A Funai atuou em educação e saúde, via governo federal. Mas critico essa instituição porque foi coordenada por pessoas mais interessadas nos recursos naturais das comunidades indígenas do que na qualidade de vida dessa população. Por exemplo,

Romero Jucá foi presidente da Funai e hoje é senador da República por Roraima. É a pessoa que mais tem projetos de mineração em terras indígenas na Amazônia. Isso é alarmante, porque conheceu as terras indígenas, fez um mapeamento delas e hoje tem projetos privados nessas áreas. E a Funai passa por uma situação difícil também porque foi omissa na defesa e garantia do direito dos povos indígenas.

Em que aspectos a Funai se omitiu?

Em Roraima, e também em outros estados, muitas comunidades foram expulsas de suas terras. Na minha comunidade pedimos uma terra de área contínua, com rios e matas ciliares dentro dos limites indígenas. Mas a visão da Funai, que contratou antropólogos, foi deixar tudo isso fora. Como vamos viver? Os rios ficaram todos dentro das fazendas. Por isso que a gente coloca que o maior responsável pela violação dos direitos dos povos indígenas é o próprio governo federal, através da Funai e do Ministério da Justiça! No Mato Grosso, os Xavantes são outro exemplo: há 20 anos a terra deles foi demarcada, mas eles ficaram fora dessas terras e o fazendeiro ficou lá dentro.

E como é possível que se levem adiante projetos privados de exploração de recursos naturais em terras indígenas?

Na lei diz que tem que ter autorização do Congresso Nacional, mas a maioria dos deputados federais são empresários ou estão ao lado deles. E são a favor desses empreendimentos. Romero Jucá é empresário de construções, mineração... Outro senador (de Roraima) Mozarildo Cavalcanti (PTB) também é a favor de mineração em terras indígenas. Está na Constituição Federal a necessidade de consultar os povos indígenas, só que colocam as máquinas a funcionar e depois é que vão nos consultar. Infelizmente é essa prática no Brasil: aconteceu em Belo Monte e em outras hidrelétricas do rio Madeira. E houve cooptação de lideranças indígenas. Há muitos relatos, algo grave, e fizemos denúncias em nível internacional...

Como está a situação da Raposa Serra do Sol?

Foi aprovada a criação da terra indígena, mas antes do martelo final, o STF impôs 19 condições. As mais graves são a exploração de recursos naturais, como a mineração, e a entrada de militares sem consulta da comunidade, o que é muito ruim. Os povos não teriam autonomia nem se consultaria a Funai (nestes casos). E a Advocacia Geral da União (AGU) diz que Raposa Serra do Sol não pode ter ampliação (de território). E ainda quer essa norma estendida para outras terras indígenas, mais de 300 em todo o Brasil – tem algumas com 600 hectares! Como se pode ter certeza de que daqui a 20 anos aquela comunidade vai ter a mesma população? A AGU quer que terra demarcada e homologada não possa ser mais ampliada. Um retrocesso!

Mas o conflito com fazendeiros foi solucionado?

Temos muitas ações criminais contra fazendeiros. O Paulo Cesar Quartieiro, que hoje é deputado federal do Democratas por Roraima é um deles: deu muito trabalho para a Força Nacional do governo federal. Explodiu pontes, destruiu o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, perseguiu funcionários que trabalharam em defesa dos povos. Sequestrou indígenas, praticou atos violentos, destruiu escola, posto de saúde, estrada, fez estrago. O governo federal indenizou a estrutura que ele construiu na terra

indígena (quando se criou a Raposa Serra do Sol), pagou por esses bens e ele destruiu tudo.

Por isso essa preocupação com a segurança dos índios em Roraima, já que enfrentam interesses de pessoas que estão no poder?

É. Para a segurança dos povos indígenas a gente conta muito com o apoio da Polícia Federal. Polícia Civil, Polícia Militar e outras polícias municipais são ligadas a partidos, a gente não conta muito com isso. Recentemente recorremos à Justiça Interamericana pelo reconhecimento de um indígena que foi brutalmente assassinado dentro de uma delegacia de polícia. Hoje tem um memorial em Boa Vista para o índio Olevário Tames. Não dá pra contar com proteção policial, ao invés de nos proteger eles nos batem. E na Polícia Federal teve que vir pessoas de outros estados para mudar, porque com os de Roraima havia essa desconfiança interna, de interesse institucional...

A presidenta Dilma ainda não recebeu os indígenas. Como foi a relação com os últimos governos.

O Fernando Collor, apesar de tudo, deu uma resposta positiva aos indígenas, recebeu os Ianomamis, fez a demarcação da terra deles. Fernando Henrique também teve reuniões com os indígenas e o presidente Lula conseguiu fazer uma agenda específica para a gente. Agradecemos, mas esperávamos mais. Um governo popular poderia ter muito mais avanços... E agora ainda não fomos recebidos no governo Dilma. Já mandamos várias cartas em assembleias nacionais pedindo reuniões com ela. Até porque o presidente tem como intervir em alguns momentos, por exemplo, em eletrificação, mineração. Apesar de a Dilma ser da base popular - foi prisioneira na ditadura militar, sabe como é difícil a luta - ela ainda não nos recebeu. Mas somos esperançosos de que numa agenda próxima ou no final do mandato a gente possa ser recebido. E que não piore a política nacional para o setor.

Essa atitude pode se dever a ela ser considerada mais desenvolvimentista?

Ela é defensora do PAC, tem uma ligação com o desenvolvimento econômico do país. Só que "desenvolvimento econômico" que derrama sangue das pessoas não é desenvolvimento, porque passa como um trator pelos direitos humanos. Apesar de muitas conquistas jurídicas, o Brasil ainda tem uma fragilidade enorme nessa área e isso tem muita relação com a questão econômica.

Falta colocar em prática as leis?

A prática ainda está longe de acontecer. O Brasil tem leis interessantes de defesa dos povos indígenas, até na Constituição. O Ministério Público Federal, por exemplo, tem um departamento específico para essas questões - outros países não tem isso. Agora não consigo entender porque ocorre essa omissão se existem tantos órgãos. Também é urgente retomar a revisão do Estatuto do Índio, que está parada há quase 20 anos.

Os povos indígenas de Roraima são vizinhos da Venezuela e da Guiana. Como é a relação dos governos com os indígenas desses países?

Conhecemos os governos através dos povos indígenas. E comentam que na Venezuela existe a defesa dos direitos e garantia territorial. Estamos tentando aumentar nossas relações, porque o direito dos povos indígenas é uma questão que atravessou as fronteiras. No caso da Guiana, há pouco incentivo à proteção de terras indígenas e a atividades produtivas desses povos. E está havendo um êxodo para o Brasil. Isso é grave, porque deixa um território em aberto. E o governo da Guiana acaba aceitando a proposta de empresários brasileiros para o plantio de arroz e retirada ilegal de madeira de terras indígenas.

Programa de Regularização Ambiental e Cadastro Ambiental Rural foram objeto de discussão. Letícia Verdi – Site do MMA. 22/10/2012

A pedido do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, recebeu nesta segunda-feira (22/10), em Brasília, representantes do Instituto Socioambiental (ISA), World Wide Fund for Nature (WWF) e Amigos da Terra. O encontro teve o objetivo de discutir processo de regulamentação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Segundo Raul Silva Telles Valle, do ISA, a despeito dos aspectos negativos suplantarem os positivos no novo Código Florestal, trata-se de cumprir a lei, criando espaços democráticos para a participação de todos. "É notória a importância da participação na regulamentação no PRA, a fim de garantir que haja cumprimento do que venha a ser estabelecido", diz carta entregue à ministra pelo FBOMS.

DETALHAMENTO

Com a finalidade de acompanhar o processo, o fórum propõe a criação de um Grupo de Trabalho (GT). "Solicitamos a criação de um GT no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) ou com caráter interministerial como canal de discussão e participação na regulamentação e implementação da nova lei", acrescenta o documento.

A ministra Izabella Teixeira pediu um detalhamento das propostas e garantiu que voltará ao assunto após ter ouvido os demais segmentos interessados. "Não escolho interlocutores", afirmou ela durante a reunião. Representaram o FBOMS Roberto Smeraldi (Amigos da Terra/Amazônia Brasileira), Raul Silva Telles Valle (ISA), Jean François Timmers (WWF) e Adriana Ramos (ISA).

Produtores rurais precisam se cadastrar. Objetivo é permitir o planejamento ambiental e econômico do uso do solo. Sophia Gebrim – Site do MMA. 22/10/2012

Os produtores rurais de todo o Brasil devem ficar atentos às novas regras de regularização ambiental, publicadas na última semana, por meio do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. A legislação dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), estabelecendo as regras gerais e

instrumentos de implantação e integração das informações, em âmbito nacional, de planejamento ambiental e econômico do uso do solo brasileiro.

O cadastro ambiental rural já vem sendo implantado no Brasil desde 2008, em estados como Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre, que já possuem sistemas próprios de cadastro. O processo de consolidação do cadastramento começou há dois anos com a criação do Programa Mais Ambiente, que instituiu um sistema federal de cadastro ambiental rural.

INTEGRAÇÃO

"O Decreto publicado na última semana vem para estabelecer as regras que institui o Sistema de CAR em todo o país, integrando a base de dados de todos os estados da federação", explica a diretora do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Marilúcia Valese.

Dessa forma, os estados que já possuem seu banco de dados irão integrá-los ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) instituído pelo decreto, e os que não possuem poderão utilizar o módulo disponibilizado pelo MMA/Ibama, por meio de acordos de cooperação técnica que estão sendo firmados com os estados.

Os órgãos que adotarem o sistema poderão desenvolver módulos complementares, de acordo com as demandas locais, que será integrado no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), formando assim, uma única base de dados de CAR de todo o país. "Com o apoio do MMA no fortalecimento da capacidade técnica e operacional dos estados, conseguiremos acelerar o processo de cadastramento em todo o país, que contará, com um banco de imagens de satélite que permitirão localizar, identificar e georreferenciar os imóveis rurais", explica a diretora do MMA.

FUNCIONAMENTO

O SiCAR irá integrar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todos os estados. Por meio de site da Internet (disponível em breve), será possível cadastrar as informações dos imóveis rurais, indicando localização, perímetro, áreas de vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal (RL), e de uso restrito. A partir daí, o CAR opera como uma base de dados que integra informações ambientais das propriedades e posses, com diversas aplicações, seja para o controle e monitoramento do desmatamento, como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades rurais e deverá conter os dados do proprietário ou posseiro, a planta do imóvel georreferenciada, a delimitação das áreas de interesse social e utilidade pública, assim como informações da localização dos remanescentes de vegetação nativa, APPs, RL, áreas de uso restrito e áreas consolidadas. Cabe ao produtor a veracidade das informações declaradas, que fica sujeito às sanções penais e administrativas, em caso de informações enganosas ou omissas.

Tratando-se de pequenos produtores rurais (até quatro módulos fiscais) e povos e

comunidades indígenas e tradicionais, para registro de imóveis no CAR, o procedimento será simplificado, sendo obrigatória apenas a identificação do proprietário, a comprovação de posse do imóvel e a elaboração de croqui, que poderá ser feito sobre a imagem de satélite, indicando o perímetro do imóvel, a delimitação das áreas de interesse social e utilidade pública, assim como informações da localização dos remanescentes de vegetação nativa, APPs, RL, áreas de uso restrito e áreas consolidadas. "Tal medida garante apoio diferenciado à esses pequenos produtores familiares e comunidades tradicionais que terão apoio do poder público na elaboração de seus cadastros", destaca a diretora Marilúcia Valese.

Futuro

Ainda segundo o Decreto, a inscrição do imóvel no CAR é condição obrigatória para sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que será instituído pelo Governo Federal como parte das iniciativas de adequação e promoção da regularização ambiental em imóveis rurais. Após a sua adesão ao Programa, o proprietário rural não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 2008, relativas á supressão irregular de vegetação em APP e RL. Dessa forma, as multas serão consideradas como convertidas em serviços de recomposição das áreas degradadas de APP, Reserva Legal e de Uso restrito, mediante o cumprimento das ações de manutenção, recuperação, e/ou compensação previstas no termo de compromisso.

Produção de água, geração de renda e estratégias de conservação das florestas serão discutidas em congresso. Luciene de Assis – Site do MMA. 22/10/2012

O reflorestamento ambiental, na forma abordada pelo texto da nova Lei Florestal, será um dos temas do II Congresso Brasileiro de Reflorestamento Ambiental: Produção de Água, a se realizar em Guarapari, Espírito Santo, de 23 a 26 de outubro. O painel "Entendendo o novo Código Florestal" será apresentado pelo diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Tatagiba, na tarde desta terça-feira.

De acordo com os organizadores, os objetivos do evento incluem ampliar e aprofundar o debate entre os diferentes segmentos ligados ao assunto sobre os principais problemas e alternativas de soluções para o desenvolvimento do setor, além de conhecer as experiências de geração de renda com florestas ambientais, o estágio atual e as novas estratégias na implantação e conservação de florestas ambientais, e as tecnologias e experiências referentes à produção de água pelas florestas ambientais.

Os debates em busca de soluções para os desafios existentes no setor de floresta ambientais contarão com participação de professores, pesquisadores, extensionistas, fiscais, ambientalistas, estudantes de graduação e de pós-graduação, produtores rurais, e empresários, entre outros. Constam, também, da programação os minicursos "Geoprocessamento e cartografia aplicados ao setor florestal"; "Elaboração e gestão de projetos florestais" e "Metodologias e estratégias para a restauração de ecossistemas florestais". Entre as atividades previstas está, ainda, a realização de uma visita técnica, em 26 de outubro, ao Projeto Florestas Piloto, em andamento no município de Alegre, Rio Grande do Sul.

Avanços e recuos. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo. 22/10/2012

No contexto do julgamento do mensalão e das eleições municipais, dois fatos da maior importância passaram despercebidos. Um, a suspensão indefinida da Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que, finalmente, regulamentava as condicionantes do julgamento da Raposa-Serra do Sol. O outro, uma decisão do ministro Marco Aurélio Mello (STF) relativa a uma área determinada no município de Lábrea, no Amazonas, tornando válidas as condicionantes da Raposa-Serra do Sol para esse e outros casos.

A portaria da AGU regulamentava as condicionantes do Supremo. No dizer do próprio ministro Luiz Adams quando de sua promulgação, ela preenchia uma lacuna importante, trazendo segurança jurídica ao País. Mas as pressões dos movimentos sociais, da Igreja Católica, da Funai, do Ministério Público Federal (MPF) e de certos setores do PT foram de tal monta que o governo se viu forçado a recuar. O recuo não deixa, porém, de ser ambíguo, porque a portaria que revogou a Portaria 303 declara explicitamente que ela voltará a valer tão logo o STF julgue os embargos. De um lado, o governo reafirma a validade das condicionantes; de outro, suspende sua aplicação sine die.

Note-se que o acórdão do STF relativo ao julgamento da Raposa-Serra do Sol não foi até hoje regulamentado, passados longos cinco anos de insegurança. Certamente o Supremo não julgará os embargos ainda este ano, postergando tudo para o ano que vem, se é que essa questão voltará a entrar em pauta em 2013. Nesse meio tempo, a Funai está acelerando a identificação e demarcação de terras indígenas, como se a nossa Suprema Corte nada tivesse decidido.

Os movimentos sociais, no entanto, não estão contentes, como o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, o MST e várias ONGs nacionais e internacionais, apregoando que a portaria seja simplesmente revogada, não tendo mais nenhuma validade. Isso significa dizer que o acórdão do Supremo nada vale!

Convém assinalar que a regulamentação das condicionantes do Supremo não atende somente aos problemas do agronegócio, mas também aos interesses do governo. O agronegócio convive há muito com a insegurança jurídica relativa às questões indígenas. Os interesses do governo estão sendo, por seu lado, fortemente atingidos, pois as ações da Funai contrariam os projetos governamentais de construção de hidrelétricas na Região Norte do País.

Pode-se, nesse sentido, dizer que a suspensão da portaria contraria o próprio governo, uma espécie de tiro no pé, pois o setor energético será um dos mais atingidos no curto prazo. As contradições internas ao governo terminam por tornar inviáveis suas próprias ações. A polêmica sobre a construção de Belo Monte é apenas a parte mais visível desse iceberg.

Além do setor energético e do agronegócio, convém assinalar que em muitas áreas do País são pequenos e médios empreendedores rurais que estão sendo ameaçados. Na grande maioria dos casos, são pessoas que possuem títulos de propriedade ou posse há muito tempo, em áreas que não eram consideradas indígenas quando da promulgação da Constituição de 1988.

Com a validação da portaria da AGU e o respeito às decisões do STF, o caminho estaria aberto para que uma solução definitiva e equitativa para todos fosse tomada, contemplando os indígenas e os não índios. Uma solução equitativa consistiria em comprar terras para populações indígenas que eventualmente necessitem, por exemplo, por crescimento demográfico em algumas regiões do País.

Outros projetos governamentais e do setor privado são igualmente atingidos. Todo o processo de construção de estradas e ferrovias em áreas supostamente indígenas, segundo os movimentos sociais, as ONGs nacionais e internacionais e a Funai, deveria ser suspenso, à espera de outra decisão do STF, como se isso fosse ainda necessário.

Do ponto de vista da soberania nacional, há problemas de monta envolvidos, pois muitas das terras indígenas identificadas, demarcadas e homologadas são ricas em minérios. A Funai e essas ONGs procuram impedir até mesmo o Exército de entrar nessas áreas, com problemas especialmente graves nas faixas de fronteira.

Entretanto, o ministro Marco Aurélio, em 21 de setembro, a partir de ação impetrada pelo advogado Rudy Ferraz em nome do município de Lábrea, deferiu liminar vetando a ampliação da terra indígena em questão, além de considerar que o desrespeito da Funai às condicionantes do Supremo também atingia o direito do município de ser consultado em todas as fases do processo. O ministro Marco Aurélio estabeleceu um limite bastante claro às ações da Funai e do MPF, abrindo a via para que outros municípios, empresas e empreendedores rurais sigam o mesmo caminho.

No caso do julgamento em tela, para se ter uma ideia do caráter arbitrário da Funai e do MPF, já se tratava da terceira ampliação dessa terra indígena, em flagrante desrespeito à decisão do STF. Com essa ampliação, a Terra Indígena Kaxarari compreenderia 145.889 hectares para 240 índios!

Em sua sentença o ministro Marco Aurélio chega a mencionar que a Funai, por suas ações, produz "insegurança jurídica", criando um "potencial risco de conflito fundiário entre índios e produtores rurais", com "inegável prejuízo aos investimentos em atividades produtivas praticadas há décadas, à ordem do território e às finanças do ente federativo reclamante". E tudo o que o País menos precisa é de um acirramento de conflitos.

A solução está à vista, porém tudo indica que os criadores de problemas vivem precisamente deles. A corajosa atitude do ministro Marco Aurélio baliza com toda a clareza a necessidade de que a insegurança jurídica reinante chegue ao fim, no respeito à ordem constitucional e às decisões do STF, pois só assim uma decisão equitativa que contemple todas as partes poderá ser tomada.

Ocupações irregulares tomam 23% das florestas protegidas. André Borges – Valor Econômico. 22/10/2012

As florestas protegidas do país, áreas que já foram demarcadas e que devem ser fiscalizadas pela União, estão contaminadas por milhares de ocupações irregulares, um imenso caos fundiário que tem colaborado para escancarar ainda mais as portas da Amazônia para a mineração e o desmatamento ilegais.

O **Valor** teve acesso exclusivo ao plano de regularização fundiária das unidades de conservação elaborado pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio). Nesse documento interno do instituto, encaminhado para análise do Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Chico Mendes traça uma radiografia detalhada da situação atual em que se encontram as florestas mais importantes do país. O diagnóstico é preocupante.



Mapa verde

Panorama das unidades de conservação federais

Área de proteção integral

	Quantidade	Extensão (hectares
Estação ecológica	31	6.800,79
Monumento natural	3	44,26
Parque nacional	68	25.361,85
Reserva biológica	30	390444
Refúgio de vida silvestre	7	201,84
Total	**139**	**36.221,21**

Área de proteção de uso sustentável

	Quantidade	Extensão (hectares
Área de proteção ambiental	32	10.023,27
Área de relevante interesse ecológico	16	44,82

O Brasil tem hoje 312 unidades de conservação, um mosaico de riqueza natural que envolve praticamente 10% de todo o território nacional, somando 75,1 milhões de hectares. Desse total, segundo o relatório do ICMBio, 16,9 milhões de hectares estão ocupados irregularmente por propriedades privadas. Na média, isso significa que, de cada 100 metros quadrados de floresta protegida, 23 metros são ocupados de forma irregular.

O cenário se agrava ainda mais quando verificadas as condições técnicas e de infraestrutura disponíveis para fiscalizar as unidades. O relatório aponta que, até maio, apenas 18% das áreas possuíam a devida demarcação física e de sinalização de perímetro, outros 5% estavam em processo de demarcação e 21% estavam parcialmente demarcadas. Nos demais 56%, portanto, não havia demarcação adequada. A essas falhas soma-se ainda "uma grande deficiência de informações gerenciais sistematizadas sobre as unidades de conservação", informa o documento. Não há um sistema integrado de informações com dados e gráficos atualizados sobre todas as unidades.

Os técnicos do Chico Mendes, órgão do MMA que é responsável por fazer a gestão das florestas protegidas, fizeram as contas do investimento necessário para resolver, ainda que parcialmente, o passivo de terras a serem regularizadas. Entre 2012 e 2014, seria necessário desembolsar R$ 905 milhões para pagar a fatura de milhares de desapropriações e indenizações a posseiros. Numa segunda etapa, entre 2015 e 2020, mais R$ 1,14 bilhão teria de ser utilizado para financiar a liberação das terras.

O pacote de iniciativas inclui, por exemplo, o reassentamento de aproximadamente 8 mil famílias que hoje vivem nas unidades de conservação, além da emissão de títulos de concessão de direito real de uso (CDRU) para outras 28 mil famílias, um documento que autoriza a residência de pessoas que vivam em unidades enquadradas no critério de "uso sustentável". Essa condição, no entanto, é minoria no quadro total das unidades protegidas. Dos 75,1 milhões de hectares, apenas 10,3 milhões se enquadram nessa situação. *(ver quadro)*

Trata-se, portanto, de um desembolso total de R$ 2,045 bilhões nos próximos oito anos, um recurso que, na prática, dificilmente será aplicado. Se for, resolverá apenas parte do

problema. Pelas contas do ICMBio, a execução de 100% das ações previstas em seu plano resultaria numa redução de 54% do passivo das áreas privadas localizadas nas florestas protegidas.

A efetivação de uma unidade de conservação, aponta o relatório do ICMBio depende, inevitavelmente, de duas condições básicas. Primeiro, é preciso viabilizar a regularização fundiária que transfira o domínio de áreas para o poder público. Das 312 unidades protegidas do país, 251 estão em categorias em que o controle da área deve ser, obrigatoriamente, 100% público. Em segundo lugar, é necessário ter condições financeiras não apenas para criar, mas também para manter o território protegido. Na realidade, hoje o Chico Mendes não tem nenhuma dessas duas condições.

"Esse passivo de terras a serem regularizadas resulta principalmente da forma desestruturada como o problema tem sido abordado, pois não foram definidas e implantadas ações estruturantes capazes de dotar o ICMBio e seus antecessores das condições financeiras e operacionais necessárias para execução das metas a serem atingidas no processo de regularização fundiária", informa o instituto.

A precariedade de controle das florestas nacionais fica mais evidente quando observadas situações como a do Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro do Brasil, criado em junho de 1937, na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde a sua ampliação, realizada em setembro de 1982, até 2010, o parque não teve nenhum imóvel desapropriado. Somente em 2011 foram retomadas as ações de desapropriação.

O impasse atrapalha não só a atuação do poder público, mas também a vida de proprietários que já estavam nas terras antes delas serem transformadas em unidades de conservação. O próprio Chico Mendes reconhece que tem percebido "uma elevação considerável no número de ações de desapropriações" feitas por proprietários contra o instituto, por conta da impossibilidade de ampliação de atividades produtivas que esses passam a ter. Em outras ações em trâmite na Justiça, questiona-se até a legitimidade da criação de algumas unidades, por conta do atraso em se fazer as desapropriações.

Do lado do ICMBio, as limitações se estendem à implantação de planos de manejo, de infraestrutura e de ampliação de áreas de uso público. Os recursos financeiros para fazer as indenizações têm, basicamente, duas fontes: o Tesouro Nacional ou a taxa a de compensação ambiental cobrada de empreendimentos que geram impactos significativos ao meio ambiente. Segundo o instituto, "estes se apresentam exíguos perante a demanda reprimida ao longo dos anos."

Novas usinas na Amazônia exigirão mudança nos limites das unidades – Valor Econômico. 22/10/2012

Construção de hidrelétricas na região amazônica trará consequências diretas nas unidades de conservação

A expansão da fronteira energética na região amazônica vai exigir um novo recorte no mapa atual das unidades de conservação do país. Para levar adiante seus principais projetos de geração hidrelétrica, o governo terá de eliminar parte do território de

florestas protegidas. Pela lei atual, é proibida a construção de usinas quando elas afetam diretamente as unidades de conservação. Para se livrar dessa restrição, no entanto, o governo decidiu lançar mão do seguinte expediente: redefinir o território das unidades de conservação.

O expediente deverá ser usado para viabilizar a instalação de duas grandes usinas planejadas para o Juruena, no norte do Mato Grosso. Nesse rio - que segue ao lado do Teles Pires, para formar o Tapajós - o governo pretende erguer as hidrelétricas de São Simão Alto e Salto Augusto Baixo, usinas que somam quase 5 mil megawatts de potência. No Plano Decenal de Energia (PDE), a previsão é de que os dois projetos estejam em operação a partir de 2021.

Dada a dimensão desses empreendimentos, a previsão é de que haja impacto direto no Parque Nacional do Juruena, que cobre a maior parte da extensão do rio, alcançando cinco municípios dos Estados de Mato Grosso e Amazonas. Com área de 1,96 milhão de hectares, o Juruena é o quarto maior parque nacional do país, respondendo por 5,3% de todos os parques protegidos.

No início deste ano, o governo alterou, por meio de uma medida provisória, os limites de sete unidades de conservação da Amazônia, retirando delas as áreas que serão alagadas por reservatórios de hidrelétricas previstas para o rio Tapajós. A polêmica MP, que depois foi aprovada sem dificuldades pelo Congresso, abriu caminho para a construção das usinas de Jatobá e São Luiz do Tapajós, esse último considerado o último grande projeto hidrelétrico do país, só inferior às hidrelétricas de Itaipu, Belo Monte e Tucuruí.

Um levantamento realizado pelo Instituto Acende Brasil aponta que, de todo o potencial hidrelétrico brasileiro, estimado em 250 mil MW de potência, 30% foram aproveitados até agora. Desse total, 100 mil MW estão na bacia do rio Amazonas, do qual, segundo o instituto, menos de 1% teria sido explorado. O acesso a esse potencial, no entanto, embute uma série de obstáculos. Metade dos aproveitamentos, de acordo com o instituto, interfere em unidades de conservação ou terras indígenas.

As reservas – Valor Econômico. 22/10/20102

As unidades de conservação, popularmente conhecidas como parques ou reservas, estão divididas em dois grandes grupos: o de proteção integral e o de uso sustentável. As florestas de proteção integral, como o próprio nome diz, são aquelas que exigem máximo rigor de fiscalização e controle, sem interferência humana. Nesses casos, só se admite o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, ações que não envolvam consumo, coleta, dano ou destruição. Ao todo, cinco categorias se enquadram nessa situação: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (Revis).

Já nas unidades de conservação de uso sustentável, a proposta é conciliar a conservação da natureza com o uso de parte de seus recursos, sem prejuízo para as riquezas naturais. Há sete categorias que preveem esse tipo de operação: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna (Refau), Reserva de Desenvolvimento

Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Além de permitir a moradia de pessoas, essas unidades podem envolver, algumas vezes, até mesmo atividades industriais, como a extração de minérios.

Atualmente, há 312 unidades de conservação no país, sendo 139 de proteção integral e 173 de uso sustentável. Cada uma dessas unidades é criada por meio de decreto presidencial ou por lei. O Instituto Chico Mendes (ICMBio), ligado ao Ministério de Meio Ambiente, é o órgão federal responsável pela gestão dessas florestas protegidas.

Os vetos de Dilma – O Estado de São Paulo. 22/10/2012

Decerto o governo gostaria de acreditar que, com os vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto que resultou da medida provisória (MP) que regulamentou o Código Florestal e a publicação do decreto que procura cobrir as lacunas deixadas pelos vetos, encerrou uma discussão que se arrastava há mais de 13 anos. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, considera o debate sobre o Código "uma página virada". A questão, no entanto, parece longe de estar resolvida.

A presidente da República teve a seu alcance a possibilidade de virar definitivamente essa página do longo debate da questão ambiental. Bastava sancionar o projeto que lhe foi enviado pelo Congresso, até mesmo com vetos, desde que estes não alterassem a essência daquilo que deputados e senadores haviam aprovado. Optou, porém, por eliminar a alteração mais importante feita pelos parlamentares na Medida Provisória 571, que ela assinou em maio para substituir os itens do Código Florestal que havia vetado.

Trata-se da parte que estabelece as condições de recuperação das matas nas margens dos rios. O projeto de conversão aprovado pelo Congresso reduziu a área de recuperação de florestas nas margens dos rios com até 10 metros de largura, por meio de um mecanismo que ficou conhecido como "escadinha", segundo o qual a recuperação é maior para propriedades maiores.

Para substituir o que vetou no projeto de conversão da MP 571, o governo baixou um decreto que restabelece os critérios fixados na versão original da MP. Como o decreto não precisa ser submetido ao Congresso, o governo elimina o risco de ser surpreendido com novas derrotas, como ocorreu no caso da votação do texto principal do Código Florestal e do projeto de conversão da MP 571.

Quanto aos vetos em si, é pouco provável que eles sejam derrubados no Congresso. Fiel aliado do governo, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afastou a possibilidade de colocar em votação os vetos ao projeto de conversão da MP 571. Não vai haver tempo, ele alega, com razão, pois é longa a fila dos vetos a serem examinados. O mais antigo que ainda aguarda votação é de 2000, ainda no governo Fernando Henrique. Além desse, há outros 2.424 vetos engavetados. Desde 2008 não há votação de vetos no Congresso.

Assim, embora o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Homero Pereira (PSD-MT), tenha falado em "golpe por parte do governo" - que não teria respeitado acordo para vetar apenas alguns tópicos do projeto e desconsiderado

uma decisão tomada por unanimidade pelo Congresso -, é pouco provável que o tema volte a ser examinado formalmente pelo Legislativo. Esse quadro parece dar razão à ministra do Meio Ambiente quando ela fala em "página virada".

Mas a afirmação, se verdadeira, aplica-se apenas ao plano parlamentar. A solução jurídica adotada pelo governo, de utilizar um decreto para definir os critérios para a recomposição das áreas de preservação permanente (APPs) nas margens dos rios, poderá ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF). Membro destacado da bancada ruralista, o vice-líder do DEM na Câmara, deputado goiano Ronaldo Caiado, anunciou que seu partido entrará com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) e apresentará um projeto de decreto legislativo que anule os efeitos do decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff para preencher as lacunas deixadas por seus vetos ao projeto de conversão da MP 571.

"O decreto existe para normatizar lei já existente, não para substituir leis aprovadas pelo Congresso", argumentou Caiado. "O governo federal está usurpando e afrontando o Congresso Nacional ao querer legislar."

Organizações ligadas ao movimento ambientalista, que defendem posições inteiramente opostas às dos ruralistas nessa questão, utilizam argumento semelhante para contestar o decreto de Dilma. "É uma tentativa do Executivo de extrapolar de suas funções. Foi criada uma norma. Trata-se de um vício de origem. O governo não pode legislar por decreto", disse Kenzo Jucá Ferreira, da WWF Brasil.

Nessa questão, o governo conseguiu irritar os dois lados.

Documentário ilustra a desertificação causada pelo agronegócio nos EUA – Site do MST. 23/10/2012

O documentário *Poeira Negra* denuncia a desertificação nos Estados Unidos, ao longo das décadas de 1930 e 1940, causada pelo modelo de agricultura industrial.

Apesar de não comentarem mais sobre esse assunto, durante esses longos anos as planícies dos EUA ficaram inviabilizadas economicamente. Depois de décadas de mecanização intensiva, o solo destruído virou uma sequência de tempestades de areia que destruíram a agricultura em vários locais e chegaram até a costa leste do país. Um fato importante a ser lembrado, uma vez que a base produtiva daquela produção agrícola é a mesma do agronegócio brasileiro que se diz tão moderno.

Assentados do Agreste paraibano participam de Romaria da Terra em defesa de rios – Site do INCRA. 23/10/2012

Famílias assentadas da reforma agrária, na região do Agreste da Paraíba, participaram da 24ª Romaria da Terra, no último final de semana, e contribuíram com as manifestações em defesa dos rios do estado. A romaria, que teve como tema: “A Natureza Clama por Justiça, os rios choram suas mortes”, reuniu cerca de seis mil pessoas, que realizaram uma caminhada de 12 quilômetros – entre os municípios de

Salgado de São Félix e Itabaiana, a 94 quilômetros da capital João Pessoa. A caminhada começou na noite de sábado (20) e terminou no início da manhã de domingo (21).

O superintendente regional do Incra na Paraíba, Cleofas Caju, elogiou a participação ativa dos assentados nas atividades da Romaria da Terra. "Isso mostra o alto grau de compreensão e responsabilidade ambiental que os assentados adquiriram na luta do dia-a-dia", destacou Caju.

A caminhada, que teve celebração religiosa, apresentações teatrais sobre a situação dos rios e muitas reflexões em relação à destruição do meio ambiente, foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com apoio da Arquidiocese da Paraíba. Segundo a coordenadora da CPT, Irmá Tânia Maria, o evento mostrou que é preciso uma ação enérgica das autoridades e de cada cidadão para salvar os rios que estão pedindo socorro, na Paraíba.

700 milhões de toneladas de areia

Segundo informações do Fórum de Preservação do Rio Paraíba, só nesse corpo d'água já foram retiradas, nos últimos 20 anos, mais de 700 milhões de toneladas de areia, por 30 empresas que exploram o leito do rio. A CPT denunciou, durante a romaria, que as empresas exploram o rio Paraíba, de forma indiscriminada, numa área de 300 quilômetros, nos municípios de Salgado de São Félix, Mogeiro, Itabaiana, São José dos Ramos, Pilar, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita.

"A mesma situação acontece com o rio Mamanguape, onde várias empresas estão atuando de forma ilegal, até mesmo afetando áreas de assentamentos da reforma agrária, sem autorização do Incra. Com a retirada de areia, os rios estão morrendo. As terras das famílias de agricultores familiares estão sendo reduzidas, já que as margens dos quais são enlarguecidas, por força da ação humana, que visa o lucro com a retirada indiscriminada de areia. Além disso, a fauna e flora estão sendo dizimadas", disse a irmã Tânia.

Suspensão opõe agronegócio e índios – O Estado de São Paulo. 23/10/2012

AGU diz que a salvaguarda será adiada até que o STF julgue embargos movidos contra a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol

A decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) de suspender a vigência da Portaria 303, que regulamenta as salvaguardas das terras indígenas do País com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, criou insegurança jurídica e reacendeu o conflito institucional entre setores do agronegócio, organizações indigenistas e órgãos do próprio governo, que não se entendem sobre o tema.

Em nota enviada ao Estado ontem, a AGU disse que a medida foi adiada até que o STF julgue os embargos movidos contra a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que estabeleceu os marcos do setor. A AGU informou que não dá a luta por perdida e espera retomar a vigência da portaria, de preferência sem alteração, ao longo

de 2013, quando o STF terá decidido seis recursos contestando as condicionantes da Raposa Serra do Sol.

O objetivo da medida, segundo o ministro Luis Inácio Adams, é uniformizar os procedimentos jurídicos na atuação dos advogados da União em causas semelhantes. Hoje, há diferentes interpretações nos vários órgãos públicos que lidam com assuntos indígenas. O mais radical é a Funai.

Considerada um avanço na pacificação dos conflitos indígenas, a Portaria 303 prevê que o usufruto dos índios sobre suas terras não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional, nem abrange o aproveitamento de recursos energéticos, como a Usina de Belo Monte, por exemplo, ou o garimpo, pesquisa ou lavra de recursos minerais, considerados patrimônio da União.

Também proíbe ações como a cobrança de pedágio imposta por diversas aldeias em estradas e até rodovias federais que cortam territórios indígenas.

Mas por pressão dos movimentos sociais capitaneados pela Igreja Católica, do Ministério Público e de órgãos do próprio governo, como a Funai - que não se entendem a respeito do tema -, o Palácio do Planalto forçou a AGU a recuar. Mas o ministro Adams informou, pela assessoria, que mantém integralmente seu entendimento sobre o assunto e o adiamento durará por pouco tempo, possivelmente até o primeiro semestre de 2013, quando se espera que os embargos estejam julgados.

Não será uma luta fácil, pois a divergência continua forte dentro do governo. A Funai reafirmou ao Estado que mantém sua posição absolutamente contrária ao espírito da portaria, que considera uma afronta ao direito dos povos indígenas e apoiará as ações de organizações sociais para revogar a medida, que estende para todos os processos demarcatórios, até mesmo os já finalizados, a obrigação de que sejam observadas as mesmas condicionantes impostas no caso da Raposa Serra do Sol.

Essas condicionantes, adotadas em 2009, proíbem a ampliação das áreas indígenas e colocam em xeque a consulta prévia aos povos originários sobre empreendimentos que os afetem. O artigo mais polêmico da portaria transpõe para todo o País de forma clara o entendimento quando diz que "é vedada a ampliação de terra indígena já demarcada".

Essa tem sido uma prática recorrente usada pela Funai para ampliar, amparada em pareceres contraditórios de arqueólogos e organizações indigenistas nacionais e estrangeiras.

Ibama libera licença para construção da usina de Jirau. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 23/10/2012

A usina de Jirau recebeu na sexta-feira licença de operação expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). A licença de operação, que estabelece 32 condicionantes específicas, prevê a manutenção dos programas ambientais direcionados à etapa de construção, somados aos programas relativos à fase de operação.

A licença foi liberada após o atendimento de todas as exigências, da Comissão de Avaliação e Aprovação de Licenças Ambientais, composta pelos diretores do Ibama, depois do parecer técnico que avaliou o pedido e apontou necessidade de manifestação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) à concessionária da usina, a Energia Sustentável do Brasil, da qual fazem parte a GDF Suez, a Eletrosul e a Chesf.

Segundo o assessoria de imprensa do Ibama, o reservatório, com 518 quilômetros quadrados e cota máxima de operação em 90 metros, será formado em três etapas de enchimento, com conclusão prevista para janeiro de 2014, "de forma a preservar a qualidade da água e melhores condições para o resgate e afugentamento da fauna". Já a partir de janeiro de 2013, com o término da segunda etapa de enchimento, o reservatório atingirá a cota de 84 m, permitindo o início da geração comercial de energia.

O cronograma de implantação da usina, que foi antecipado, prevê operação das primeiras unidades geradoras de forma concomitante à instalação das unidades restantes e demais estruturas integrantes da usina. "Nos próximos três anos haverá a conclusão e o comissionamento sucessivo das outras unidades geradoras, até se atingir a integral capacidade instalada do empreendimento", diz o Ibama.

Código sem solução – Folha de São Paulo. 23/10/2012

Planalto tomou decisão temerária ao vetar pontos da lei florestal e substituí-los por decreto, o que pode prolongar a insegurança jurídica

A queda de braço entre Executivo e Legislativo pelo Código Florestal poderá enfim ser decidida -no Supremo Tribunal Federal. Sabe-se lá se e quando isso vai acontecer.

Alguns líderes do setor agropecuário reagiram mal à decisão da presidente Dilma Rousseff de legislar sobre o assunto com um decreto. Ameaçam, agora, levar o caso à corte constitucional.

O imbróglio começou quando a Câmara, no primeiro semestre, ignorou acordo obtido no Senado pelo qual proprietários rurais que haviam desmatado ilegalmente áreas em margens de rios poderiam livrar-se de multas e autuações desde que restaurassem a vegetação numa faixa de largura definida, num prazo de cinco anos.

Deputados ruralistas liderados pelo PMDB alteraram o texto do Senado para diminuir as medidas da faixa de recomposição. Sairiam beneficiadas inclusive as propriedades médias e grandes.

Avolumaram-se, então, as pressões para que o Executivo vetasse, se não a totalidade do texto, ao menos o artigo 62, referente ao assunto, substituindo-o por uma medida provisória.

Foi o que aconteceu. Ocorre que a Câmara, mais uma vez, opôs-se às intenções presidenciais e alterou a medida provisória. A presidente Dilma, em retaliação, vetou mais uma vez as mudanças e publicou no "Diário Oficial da União" um decreto que recuperava sua proposta.

A decisão de preencher as lacunas geradas pelo veto por meio de decreto causou fortes reações de parlamentares ligados ao agronegócio. O vice-líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), ameaça recorrer ao STF. Considera que o Executivo utilizou um subterfúgio para alterar unilateralmente uma decisão do Legislativo, o que seria inconstitucional.

Alguns ambientalistas também se manifestaram a favor da anulação do decreto, mas por outros motivos -consideram insuficientes os pontos contemplados.

O caso revela mais uma vez a renitente dificuldade dos oponentes em ceder para prover o país com uma legislação que, se não é a ideal para nenhum dos lados, permite regular conflitos e obter algum equilíbrio entre atividade econômica e preservação natural.

Ganhariam todos se prevalecessem posições mais moderadas. O atual clima de beligerância entre ambientalistas e ruralistas -ou entre Legislativo e Executivo- precisa cessar. A continuidade desses embates no STF só contribuirá para adiar ainda mais a aplicação do Código Florestal e fomentar um indesejável quadro de insegurança jurídica no setor.

CNA vai participar da regulamentação do novo Código Florestal – Site da CNA. 24/10/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participará do processo de regulamentação do novo Código Florestal, assegurando, assim, que as posições dos produtores rurais possam ser ouvidas e consideradas pelo Executivo. A garantia foi dada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, à presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. Elas reuniram-se nesta quarta-feira (24/10), no ministério, para discutir alguns pontos do texto sancionado pela presidente da República, Dilma Rousseff, na semana passada, para complementar o novo Código Florestal.

Para a presidente da CNA, a situação dos produtores, especialmente os pequenos e médios, que estão produzindo comida nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), é um dos assuntos que precisam ser considerados nessa etapa de regulamentação da lei. Defendeu que o Executivo estabeleça um escalonamento de prazos para os produtores se adaptarem ao Código, especialmente do ponto de vista econômico, respeitando um cronograma para desocupação dessas áreas. "É importante que essa questão seja observada. A CNA tem uma grande preocupação com relação a esses produtores que plantam há anos nas margens de rios", afirmou a senadora Kátia Abreu.

A questão da irrigação também é um ponto que precisa ser avaliado durante o processo de regulamentação da Lei 12.651 e do Decreto 7.830, ambos de 2012, especialmente no que se refere às exigências para a regulamentação da prática. "Esse ponto terá atenção especial porque se quisermos aumentar a produção e a produtividade sem derrubar nenhuma árvore, nós vamos precisar irrigar", afirmou a presidente da CNA. De acordo com ela, o potencial para irrigação no Brasil é de 30 milhões de hectares, mas, atualmente, apenas 5 milhões de hectares são irrigados. A meta é dobrar a área irrigada em 10 anos, visando produzir mais para suprir a demanda dos mercados interno e externo.

Na reunião, a senadora Kátia Abreu manifestou preocupação com a possibilidade de a regulamentação do novo Código Florestal ficar, por exemplo, a cargo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e não da Presidência da República ou do Ministério do Meio Ambiente. “Nós temos o maior respeito pelo Conama e sabemos da importância desse conselho para o Brasil, mas quem pode regulamentar essas questões é o Executivo ou o Congresso Nacional em alguns casos”, afirmou. “Nós temos a garantia de que todas as regulamentações serão feitas pela Presidência da República ou pelo ministério”, completou.

Outro aspecto discutido foi o georreferenciamento. Para a CNA, os produtores poderiam ter dificuldades para aderir ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regulamentação Ambiental (PRA) se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) participar do processo de validação do georreferenciamento. “Isso seria um caos para o País e o texto não ficou bem normatizado nesse aspecto”, afirmou a senadora Kátia Abreu. Na reunião, a ministra Izabella Teixeira informou que a intenção não é complicar o processo. Esse assunto também foi tratado pela presidente da CNA ontem, em reunião com o Advogado-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams. Eles se comprometeram a apresentar uma proposta de adequação para a questão no prazo de uma semana.

Produtores ganham por conservação. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 24/10/2012

Quando a pequena cidade de Extrema, no Sul de Minas Gerais, criou em 2005 uma lei municipal pioneira no país para pagar pequenos produtores rurais que se comprometessem a conservar nascentes e rios, ninguém imaginava a dimensão que a novidade teria poucos anos depois. Hoje iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) existem em municípios de todas as regiões do Brasil. Em São Paulo, maior metrópole do país, em cinco anos dezenas de proprietários abriram mão de atividades produtivas para proteger uma área total equivalente a 747 campos de futebol, no entorno de mananciais que abastecem a população, em troca de benefícios financeiros que até o momento somaram R$ 1,1 milhão.

Como resultado, mais de cem nascentes e 45 mil metros de extensão de rios foram salvos de desmatamento na Região Metropolitana de São Paulo. "O valor a ser recebido é calculado em função do custo de oportunidade da terra e do tamanho das áreas naturais mantidas intocadas", diz André Ferreti, coordenador do Projeto Oásis, apoiado pela Fundação Grupo Boticário na capital paulista e diversas cidades. Em São Bento do Sul (SC), o processo foi iniciado no ano passado com participação de 18 propriedades às margens do Rio Vermelho, responsável pelo abastecimento de 75 mil habitantes. Outros 30 produtores estão na fila para receber a remuneração, coberta por meio de recursos da empresa municipal de água e esgoto.

A tendência é o modelo se expandir após a aprovação do novo Código Florestal, que prevê esse mecanismo de incentivo. Além disso, o Projeto de Lei 792/2007, específico sobre serviços ambientais, tramita na Câmara dos Deputados e em outubro foi debatido em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. "É grande a demanda Brasil afora", revela Ferreti, coordenador de um sistema de gestão

digital inovador para projetos de PSA. A ferramenta foi desenvolvida a partir de uma metodologia com fórmula padrão aplicável aos diferentes biomas brasileiros.

"O modelo de cálculo dos benefícios considera a vazão de rios e número de nascentes, sendo concebido para incentivar proprietários a mudar o uso da terra em consonância com práticas conservacionistas", explica Ferreti. O novo suporte tecnológico começou a ser utilizado em municípios como Baturité (CE), Palmas (TO) e São José dos Campos (SP), que desenvolvem iniciativas independentes, sem vínculo com o Projeto Oásis, que até hoje protegeu 714 nascentes no país, mediante remuneração anual que variou de R$ 336 a R$ 50 mil por proprietário.

Em Apucarana (PR), a ideia surgiu depois que o Ministério Público negociou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto a produtores irregulares. Há três anos, 64 deles começaram a ser remunerados para proteção da bacia do rio Pirapó. Hoje o projeto abrange duas outras bacias hidrográficas, com o triplo de beneficiados recebendo até R$ 577 mensais em contratos anuais. "Parte do valor é inicialmente utilizado para a legalização das terras", conta Edson Denobi, gestor ambiental da Companhia de Saneamento do Paraná. A empresa repassa 1% do faturamento local com água e esgoto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, que por sua vez faz o desembolso para os proprietários rurais, que em sua maioria cultivam café, soja e milho. Neste ano, serão liberados R$ 393 mil para conservar 614 nascentes. "Como resultado da conservação da água, ninguém sentiu os efeitos da última estiagem prolongada, ao contrário de anos anteriores", ressalta Heloisa Beffa, secretária municipal de meio ambiente. Para 2013, mais de 2 mil produtores aguardam a vez.

Carbono financia manejo florestal – Valor Econômico. 24/10/2012

Em função dos baixos preços da madeira no mercado, em parte consequência do grande volume de produto ilegal comercializado no país, empresas de exploração florestal tendem a buscar ganhos no mercado voluntário de crédito de carbono para compensar os custos das práticas sustentáveis.

Ao exigir a extração de toras por métodos de baixo impacto e a adoção de critérios sociais, o selo socioambiental prepara os empreendimentos para novos processos e funciona como um aval para a aprovação de projetos de carbono. "Só a madeira não paga os investimentos no manejo ambientalmente correto", afirma Karen Anjos, gerente de responsabilidade social do Grupo Cikel, proprietário de 320 mil hectares de florestas certificadas pelo FSC no município de Paragominas (PA).

Após dois anos de trabalho em parceria com o grupo holandês 33 Forest Capital, a empresa concluiu em julho o registro e validação de um projeto de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) para o lançamento de 3 milhões de créditos de carbono já disponíveis no mercado. A iniciativa resulta da estratégica de não criar gado em 27 mil hectares, correspondentes a uma parte dos 20% da propriedade fora da reserva legal, onde o Código Florestal permite desmatar para produzir. As emissões evitadas em dez anos produzindo madeira mediante manejo certificado, somam 9,4 milhões de toneladas de carbono.

Mais 167 mil hectares já foram auditados e estão em processo de registro na plataforma Voluntary Carbon Standard (VCS). A expectativa é a comercialização do crédito de carbono por no mínimo 10 euros a unidade. "O projeto prevê a certificação socioambiental da área para garantia de controle do manejo e boas práticas nas questões sociais", diz Karen, lembrando que a reserva indígena Amanayé localizada no entorno será alvo de um programa de resgate cultural.

O projeto da Cikel, com investimentos de US$ 1 milhão, é o maior dos 12 registrados até agosto deste ano no VCS em nível global. A metodologia é implementada com base nos padrões do The Climate, Community and Biodiversity Aliance (CCB)

Pesquisadores do bioma Cerrado nivelam conhecimento sobre o projeto – Site da CNA. 25/10/2012

Durante três dias, 30 pesquisadores do Projeto Biomas Cerrado vão nivelar os conhecimentos adquiridos até o momento com a implantação do projeto. No encontro, realizado nesta quarta-feira (24), em Brasília, os técnicos regionais conheceram alguns detalhes sobre a propriedade em que serão realizadas as pesquisas e debateram os próximos passos a seguir.

No Cerrado, o projeto é realizado na fazenda Entre Rios, que fica a 60 km de Brasília. As atividades começaram no local no início de 2011. Entre as pesquisas feitas, foram apresentados os resultados do diagnóstico de solos. Foram encontrados basicamente, da encosta para a planície, quatro tipos de solos. Os nomes técnicos são traduzidos para a realidade do produtor rural. "Nas partes mais altas, os solos são argilosos, profundos e muito permeáveis, na parte intermediária do relevo, também se encontram solos com características parecidas. Próximos às planícies, os solos são mais úmidos, portanto mais frágeis, por estarem sujeitos à contaminação por adubos e agrotóxicos. Esse estudo aprofundado é importante para o produtor porque ele fica sabendo como usar cada solo conforme a sua potencialidade", explica o Dr. Gustavo Curcio, coordenador nacional do Projeto Biomas.

A vegetação também foi analisada pelos pesquisadores que encontraram alterações nas características naturais na propriedade, aspecto muito comum em todo território nacional. "Basicamente há formações que são campestres, espalhadas pelo local e outras, florestais, mais próximas aos rios. É importante passar esse conhecimento aos pesquisadores porque a gente tem que decidir o que plantar e, plantar, significa fazer a escolha certa também quanto aos locais de plantio", conta o Dr. Alexandre Uhlmann, também coordenador nacional do Projeto Biomas.

No período da tarde, foi a vez dos pesquisadores locais apresentaram seus sub-projetos de pesquisa do Projeto Biomas Cerrado. Foram abordados assuntos como espécies de árvores, plantio de mudas, questões meteorológicas, vegetação e características de áreas úmidas, crescimento de espécies, entre outros. Cada um colocou as suas pesquisas e os respectivos procedimentos metodológicos, os cronogramas, as necessidades e recursos, além de debaterem com a equipe formas de otimizar e qualificar ainda mais o trabalho.

"O nivelamento serve para isso: saber qual a proposta (do projeto), qual a proposta de cada um, como a proposta de cada um está sincronizada com a do outro, para a gente ter

uma sintonia, com sincronia", conclui o Dr. Felipe Ribeiro, coordenador regional do projeto e representante da Embrapa Cerrado.

Nesta primeira capacitação do Projeto Biomas no Cerrado, ainda estão previstas dinâmicas de grupo e debates sobre os próximos passos, uma visita a à área estudada e ao viveiro de mudas da Embrapa Cerrado.

Sobre o Projeto Biomas

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Pesquisadores da parceria global ASB estão reunidos no Pará – Site do MAPA. 25/10/2012

Parceria é dedicada inteiramente a estudar as margens das florestas tropicais

Os participantes da 21ª reunião mundial da *ASB Partnership for the Tropical Forest Margins*, uma parceria global de pesquisa sobre as margens das florestas tropicais -, reunidos desde o início da semana em Belém (PA), fizeram visita técnica nessa quarta-feira (24) a propriedades rurais de Tomé-Açu, município paraense com um histórico bem–sucedido de cultivos em Sistemas Agroflorestais (SAF's) na Amazônia.

A ASB é a única parceria global dedicada inteiramente a pesquisar as margens das florestas tropicais, ou onde se configura o cenário de transição entre a floresta tropical e o campo. Criada em 1994 como ASB (Alternatives to Slash-and-Burn), até 2007 era um programa do Consultive Group on International Agricultural Research (CGIAR) focado em alternativas à agricultura de derruba-e-queima (em inglês, *slash-and-burn*).

Desde 2008, a ASB deixou de ser um programa do CGIAR para se constituir em uma nova parceria global, a ASB Partnership for the Tropical Forest Margins, formada atualmente por 90 instituições de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais, organizações comunitárias e rurais.

O coordenador geral da ASB, Peter Akong Minang, que também esteve no Brasil em agosto último para tratar de um novo projeto em parceria com a Embrapa, lembrou da importância de se dar atenção maior à agricultura familiar das margens das florestas tropicais. Entre outros objetivos, como o de promover meios de vida viáveis à famílias rurais do trópico úmido, a parceria visa reduzir emissões de gases de efeito estufa decorrentes do uso da terra que provocou desmatamento e expansão agrícola.

Entre os temas debatidos no encontro de cientistas estão mudança climática, planejamento do uso da terra para múltiplos serviços ambientais e pagamento por serviços ambientais. Em Tomé-Açu, o grupo visita propriedades de fruticultores e

dendeicultores com experiência em SAF's e cultivo de palma de óleo para produção de biodiesel, respectivamente.

"É uma honra podermos abrigar um evento como esse, possibilitando a pesquisadores de várias partes do mundo entrarem em contato direto com a Amazônia, onde a prática da derruba-e-queima é feita tradicionalmente, e, ao mesmo tempo, com a Unidade, dentro do sistema Embrapa, detentora do maior volume de pesquisa e resultados sobre alternativas à derruba-e-queima", pontua Claudio Carvalho, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental.

Clique aqui para conhecer os projetos da ASB no mundo. A coordenação mundial é hospedada pelo Icraf (*The World Agroforestry Centre*) com sede em Nairobi, Kênia.

Acordo entre governo, industriais e exportadores mantém pacto de não comprar o grão produzido em áreas desmatadas da Amazônia. Lucas Tolentino – Site do MMA. 25/10/2012

O governo federal e representantes das indústrias e exportadores de cereais renovaram a moratória da soja. Estabelecida nesta sexta-feira (26/10), em Brasília, a medida prevê a extensão do pacto de recusar a compra do grão que tenha sido produzido em áreas amazônicas degradadas de maneira ilegal depois de julho de 2006, data em que o compromisso foi instituído pela primeira vez. O evento contou também com a apresentação dos resultados do quinto ano de monitoramento da moratória.

Com a renovação do acordo, o embargo à soja produzida em áreas de desmatamento se estenderá até 31 de janeiro de 2014. O protocolo foi assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pelo presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlo Lovatelli, e pelo diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário. O pacto inclui, ainda, a participação da sociedade civil.

EQUILÍBRIO

A nova lei florestal e o desmatamento verificado em estados produtores de soja como o Mato Grosso e o Pará aparecem entre os motivos para a renovação da moratória. De acordo com a ministra, a medida atende às necessidades trazidas com a nova legislação ambiental. "É preciso haver um equilíbrio entre a produtividade ambiental e a econômica", destacou. "Podemos proteger as florestas e o meio ambiente e, ao mesmo tempo, produzir alimentos de forma sustentável."

No entanto, o controle do desmatamento na Amazônia está entre as prioridades de governo. "Há uma nova dinâmica associada às diversas modalidades de crime ambiental e todos eles serão combatidos pelo aumento da fiscalização, que ocorrerá durante todos os meses do ano", declarou Izabella. A ministra afirmou que o trabalho ocorrerá para coibir todos os tipos de desmatamento.

O presidente da Abiove acredita que desde o primeiro ano do pacto, iniciado em 2006, o perfil da produção de soja vem mudando. "A moratória está trazendo uma conscientização cada vez mais crescente entre os produtores", afirmou Lovatelli. "Isso

mostra que o Brasil pode e está mudando o comportamento diante da necessidade de conservação da sua biodiversidade."

LEVANTAMENTO

O relatório do quinto ano de monitoramento da moratório da soja, segundo a Abiove, mostra que, em 2006, foi registrada a presença de soja em 18.410 hectares desmatados na Amazônia. O levantamento revela ainda que, entre 2006 e 2011, os 58 municípios monitorados em três estados - Mato Grosso, Pará e Rondônia - foram responsáveis por 98% da área plantada com soja na Amazônia Legal.

Dos 25 milhões de hectares de plantações do grão em todo o território brasileiro, 2,1 milhões ficam na Floresta Amazônica. A área de soja localizada por meio do levantamento, porém, corresponde a 0,41% de todo o desmatamento do país e a 0,53% dos desmatamentos verificados em Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Conselho indigenista nega ameaça de suicídio coletivo. Paulo Yafusso – O Globo. 25/10/2012

Índios sustentam que vão resistir a possível despejo em acampamento no MS

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) distribuiu ontem nota informando que os índios guarani-kaiowá do acampamento Pyelito Kuê, em Iguatemi, Sul de Mato Grosso do Sul, não ameaçam cometer suicídio coletivo caso sejam obrigados a deixar a área ocupada desde o final de novembro do ano passado, mas são categóricos em afirmar que vão resistir a um possível despejo. Segundo o coordenador regional do Cimi, Flávio Machado, há duas semanas as lideranças indígenas divulgaram um documento manifestando que "esgotaram a paciência" pela demora pela demarcação das terras que eles afirmam ser território indígena, anteriormente ocupadas pelos seus antepassados. A área faz parte da fazenda Cambará, que tem cerca de 700 hectares.

- Os índios falam que vão resistir, eles perderam a paciência de esperar o governo demarcar suas terras, de resolver a situação - afirmou Machado.

De acordo com Ricardo Otoniel, uma das lideranças dos guarani-kaiowá, nem atendimento à saúde os acampados estão recebendo, pois fazendeiros não permitem que a Funai entre na propriedade para levar cesta básica e medicamentos.

- Estamos aguardando a Polícia Federal ou a Força Nacional para irmos ao local - afirmou Sílvio Raimundo da Silva, administrador da Funai em Ponta Porã.

O advogado Armando Albuquerque, que defende do dono da fazenda Cambará, disse que não existem seguranças na propriedade e que a Funai não está impedida de ir ao acampamento

---

Empresas pedem estímulo à economia de baixo carbono. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 25/10/2012

Um grupo de 36 grandes empresas no Brasil está sugerindo ao governo que coordene suas políticas fiscal e de crédito de modo a estimular a economia de baixo carbono, ambientalmente mais limpa e que emita menos gases-estufa. A proposta é parte de um estudo que recomenda políticas públicas com foco em florestas. É assinado por bancos, siderúrgicas, fabricantes de cosméticos, empresas químicas e de telecomunicações e será lançado hoje, em São Paulo.

"Não dá para esperar o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono se o governo concede créditos mais atraentes para atividades que emitem mais", diz Renato Armelin, coordenador do programa sustentabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas, o GVces. Esse é o núcleo que coordena as Empresas pelo Clima (EPC), uma articulação de empresas que busca soluções para questões climáticas com base em critérios sustentáveis.

"A ideia é que boas práticas florestais sejam privilegiadas em detrimento de atividades intensivas em carbono", continua o biólogo e administrador de empresas Armelin. O estudo "Propostas do Setor Empresarial de Políticas Públicas Para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil: Florestas" não diz, mas outros trabalhos indicam que a maior parte do crédito agrícola na região amazônica é dirigido à pecuária extensiva, atividade identificada como um dos vetores do desmatamento da floresta.

O estudo de 40 páginas enumera nove propostas para que as florestas possam ser manejadas de forma mais sustentável. Segundo o inventário nacional de emissões, 61% das emissões de gases-estufa do Brasil estão relacionadas a desmatamento ou atividades que promovam a mudança do uso da terra - como a modificação de uma paisagem agrícola para uma urbana ou a remoção de uma floresta para uso agrícola. As maiores oportunidades para o Brasil cumprir sua meta de redução de emissões está nas florestas. "E se existe uma meta de redução nacional, e se não for obtida com a redução do desmatamento, indústria e agricultura serão mais pressionados para que se atinja a meta", argumenta.

Outra proposta do estudo é promover o mapeamento de áreas prioritárias para a recuperação florestal, considerando a sua vocação para agricultura ou conservação. "O mapeamento daria mais foco à tomada de decisão sobre a floresta, seria um belo subsídio."

Outra sugestão é que o governo federal faça uma normatização definitiva sobre instrumentos econômicos que valorizam a floresta, como o marco legal que promova a redução de emissões por desmatamento e degradação (conhecido por Redd) ou a prestação de serviços ambientais (PSA). O que existe hoje são legislações estaduais sobre esses temas, mas não há normatização federal. "Ela é necessária para que as empresas possam ter clareza para apoiar as decisões que envolvam florestas", explica.

As empresas pedem também estudos para o aprimoramento nas técnicas para medir a emissão de gases-estufa relacionados a atividades florestais e mais investimentos para promover a regularização fundiária e combater a invasão de terras. Outro ponto é o estímulo à exploração dos diferentes potenciais econômicos das florestas. "Floresta não

é só estoque de carbono e madeira. Ela presta diversos serviços à sociedade", lembra o coordenador. Podem ter, por exemplo, uma exploração relacionada ao ecoturismo e lazer.

A EPC agrupa empresas de setores diversos, como o HSBC, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, a Vale, Petrobras e Braskem, a Natura e o Boticário , Vivo, Oi e TIM, AES, Brasil Foods e EcoRodovias.

Brasil terá o desafio de implementar as metas para biodiversidade. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 25/10/2012

Se mudança climática é o assunto mais famoso nas grandes conferências das Nações Unidas, outro tema ambiental, a biodiversidade, é que deve envolver o governo brasileiro, empresas, academia e sociedade nos próximos meses.

Trata-se de "internalizar" - ou seja, incorporar nas leis e nas políticas de governo - o que foi decidido na conferência de biodiversidade da ONU do Japão, em 2010, e referendado na semana passada, em outra reunião do gênero, na Índia. "É um processo em construção", diz o advogado Rodrigo C. A. Lima, gerente-geral do Ícone, um think-tank do setor agrícola, que acompanha esses fóruns internacionais.

No Brasil, um dos países mais megadiversos do mundo, duas discussões importantes ocorrerão em breve. Uma, no Congresso, tratará da ratificação do Protocolo de Nagoya. É um acordo internacional fundamental para a biodiversidade, assim como o Protocolo de Kyoto foi para o clima.

O Brasil foi um dos negociadores do protocolo. O acordo estabeleceu um regime internacional para que os países possam ter acesso à biodiversidade uns dos outros e para que se recompense quem preservou com um sistema de repartição de benefícios dos produtos que surgirem a partir dos recursos naturais. O protocolo estabelece a regra, mas não diz como - isso será definido por cada país.

Às vésperas da Rio+20, a conferência sobre sustentabilidade da ONU, em junho, a presidente Dilma Rousseff pediu ao Congresso que analise o assunto. Por ora, sete países ratificaram o Protocolo de Nagoya - o México é um deles. A União Europeia (UE) está em discussões finais. Os Estados Unidos são só observadores desse debate.

Outra decisão importante tomada no Japão foram as Metas de Aichi, um conjunto de 20 objetivos internacionais a serem cumpridos até 2020. Os países têm, agora, de transformar estas promessas em ações concretas. A UE se comprometeu, na Índia, com algo em torno a € 3 bilhões, ao ano, em recursos adicionais, para tornar estas ações possíveis em países que têm muita biodiversidade, mas poucos recursos financeiros. É o dobro do que a UE destinou entre 2006 a 2010 a projetos de preservação da biodiversidade que vão até 2015.

"A decisão de dobrar os recursos é importante pois mantém o foco na preservação da biodiversidade", diz Lina Barrera, diretora de política de biodiversidade e serviços ecossistêmicos da ONG Conservação Internacional. "Mas precisamos de mais. Precisamos implementar as decisões. Quanto mais tempo esperamos, mais caro fica."

A promessa de novos recursos surpreendeu, mas algumas estimativas dizem que são necessários centenas de bilhões de dólares anuais para deter a perda de espécies no mundo. "As cifras são sempre astronômicas. Mas esse assunto é novo, e o dinheiro tem que sair de algum lugar. Para uma necessidade nova não vai se conseguir um monte de recursos do nada", pondera Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e chefe da delegação brasileira na conferência da Índia.

"UE e Japão estão colocando pouco, mas é cada vez mais. E, apesar da crise, não houve redução", diz. "Não são cheques em branco, mas para as metas de Aichi. Vão resolver o problema de biodiversidade no mundo? Não. É suficiente? Não. Foi um avanço? Foi. Tem perspectiva de melhorar? Tem."

O próximo passo, no Brasil, promete ser de debate intenso. Uma das metas, por exemplo, diz que até 2020 os países devem eliminar "incentivos lesivos à biodiversidade". Outra, a meta 7, diz que áreas sob "agricultura, aquicultura e exploração florestal serão manejadas de forma sustentável" para a conservação da biodiversidade.

"O que isso significa na prática?", questiona Lima, do Ícone. "Se a agricultura tem que ser sustentável, precisamos de maior clareza em relação a isso. Monocultura de eucalipto é sustentável? Biocombustíveis são sustentáveis? Existe um conjunto de práticas universalmente aceitas?", prossegue. "Cabe a cada país definir o que são práticas sustentáveis, como definir suas metas. E o setor privado tem que participar deste debate."

No dia 30 de outubro, a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), órgão consultivo que reúne representantes de vários ministérios e da sociedade civil, reúne-se em Brasília para buscar um acordo sobre as metas nacionais de biodiversidade. Não se conseguiu fechar um acordo sobre estas metas antes do encontro na Índia, como o governo queria.

Embora todos concordem que o Brasil tem de ratificar o Protocolo de Nagoya e cumprir as metas, a discussão é complexa. O Ministério do Planejamento tem analisado o impacto dessas metas no Brasil, junto ao MMA, sob a ótica de políticas estratégicas ao país, como o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. A meta 17, por exemplo, diz que até 2020 os países têm que ter 17% das áreas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras conservadas. Em termos de unidades de conservação em terra, o Brasil está quase ali - tem 16,9%. "Entretanto os ecossistemas não estão representados harmonicamente", explica Roberto Brandão Cavalcanti, secretário de biodiversidade e florestas do MMA. A maior parte das unidades de conservação está na Amazônia, enquanto o Cerrado ou o Pantanal estão quase desprotegidos.

Como fazer isto é delicado ou polêmico. Lima, do Ícone, defende que as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais das propriedades privadas, desde que mapeadas e regularizadas, entrem na conta da meta brasileira. "Isso seria fundamental", concorda o biólogo Cavalcanti. "Não tanto pelos termos numéricos, mas em termos de importância na conectividade dos fragmentos florestais", diz ele.

Quanto a áreas de proteção marinha, o Brasil está bem aquém da meta de Aichi. "No ambiente marinho costeiro há interesses fortíssimos de pesca, óleo e gás", cita

Cavalcanti. "Ocorre que a maioria dos estoques pesqueiros do mundo estão superexplorados ou em colapso. O Brasil não é exceção."

Alguns pontos, diz ele, não são tão problemáticos. "Práticas sustentáveis agrícolas que não prejudiquem a biodiversidade? Não é que localmente ou pontualmente não haverá impactos negativos, mas, no limite, isso quer dizer que não pode haver extinção de espécies atribuída à agricultura."

A reunião na Índia teve dois avanços, para Maria Cecília Wey de Brito, secretária-geral do WWF Brasil. "Ficou claro que muitos países estão fazendo muita coisa, mas nada que consiga elevar a escala para que se diga que estamos de fato atacando a raiz do problema." O outro ponto é: "É cada vez mais importante implementar as decisões. Sobre as metas, ou os países colaboram ou é melhor que estas conferências deixem de existir."

Índios: a simplista visão do 'bem contra o mal'. Eduardo Correa Riedel – Folha de São Paulo. 25/10/2012

O problema indígena não é só terra. Há aldeias muito pobres com áreas gigantescas, é preciso avaliar se vale ampliá-las. E não é justo prejudicar o agricultor

A visão maniqueísta não é uma forma eficiente de retratar a realidade. Dividir problemas a partir da dualidade "bem contra o mal" é uma simplificação que atende à necessidade imediatista de se nominar culpados, mas de longe não contempla a sua complexidade e tampouco abre caminhos para uma solução justa e definitiva.

Assim é com a questão indígena no Brasil, um impasse que já passou da hora do país atender com a seriedade que merece.

Fazemos esta análise a partir do artigo de Marina Silva publicado na edição do último dia 19, com o título "Sobre todos nós".

A ex-senadora chama atenção para a condição dos guarani-kaiowá. Os indígenas reclamam falta de assistência e se negam a deixar propriedade ocupada em Naviraí (MS), mesmo depois de a Justiça ter determinado sua retirada.

Concordamos que é impossível não se sensibilizar com a desagregação social encontrada nas aldeias. Mas a realidade é bem mais complexa e a solução para a falta de estrutura e perspectiva dessas populações não se resume à concessão de território.

Atribuir os graves problemas enfrentados por essas etnias unicamente à falta de terra é tirar o foco do problema e justificar a inoperância do poder público.

Mais chão não dá ao indígena a dignidade que a falta de estrutura sanitária, de atendimento em saúde, de capacitação técnica e até mesmo de investimentos necessários para o cultivo dessas áreas lhes tira.

Os exemplos que temos no Estado evidenciam que a sobrevivência digna dessas culturas requer mais do que a ampliação das aldeias. A reserva Kadwéu é um exemplo.

Situada em Corumbá (MS), em uma vasta área de 350 mil hectares, abriga 2.000 indígenas que vivem em condições precárias.

Entendemos como adequado o envolvimento do poder público e de toda a sociedade para a devolução da dignidade dos povos indígenas do Estado. Se a análise técnica apontar a necessidade de ampliar áreas indígenas, não é justo que o preço financeiro e moral seja depositado na conta do produtor rural que detém a certificação legal de origem da sua propriedade. A responsabilidade pela mudança na condição das populações indígenas é do poder público.

Marina também faz referência aos índices de assassinatos dos guarani-kaiowá. Porém, os dados sobre o número de homicídios de indígenas em Mato Grosso do Sul - constantemente repassados à mídia como estatísticas oficiais, atribuindo a violência aos litígios de terras- são oficiosos e tendenciosos.

Levantamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública mostra que, dos 27 boletins de ocorrência registrados no ano de 2011 nos quais figuram índios como vítimas de homicídio doloso, em 25 a autoria foi atribuída a outros indígenas, não existindo nenhum registro de violência motivada por disputa de terra.

A divulgação desses dados alimenta o maniqueísmo que tira o foco do problema real, em busca de atribuir uma responsabilidade imediata. Embora sejam com frequência colocados em lados opostos, índios e não índios estão na mesma posição. Os dois grupos querem apenas viver com dignidade e ter seus direitos respeitados.

Não se pode garantir essa condição apenas para um grupo, subtraindo os direitos do outro.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL, 43, é presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul) e vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para Funai, decisão de indígenas de não deixar suas terras é legítima. Daniela Chiaretti - Valor Econômico. 25/10/2012

A Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu ontem, em nota à imprensa, "a luta dos povos guarani e caiowá, no Mato Grosso do Sul, por suas terras tradicionais". A Funai disse ainda que "a determinação da comunidade de Pyelito Kue de não sair do local que considera seu território ancestral é uma decisão legítima."

É a primeira vez que o órgão se manifesta sobre o mais recente episódio que envolve o conflito por terras na região. Há 15 dias, um grupo de 170 índios guaranis e kaiowás tornou pública uma carta, onde dizem que vão acabar morrendo por reivindicarem as terras.



"Nós avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo", escreveram os índios. "Sabemos que seremos expulsos daqui pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção", diz trecho da carta, que ganhou ampla repercussão nas mídias sociais.

A carta é uma reação à decisão do juiz federal Henrique Bonachela, de Naviraí, que determinou a saída dos índios da mata às margens do rio Hovy, na fazenda Cambará, no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul. Os índios foram para a mata ciliar depois de terem sofrido um ataque em agosto de 2011. Naquela ocasião estavam acampados na beira da estrada, próximos à fazenda. Dizem que, desde que estão ali, ocorreram quatro mortes "duas por suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas."

O Ministério Público Federal (MPF) em Dourados entrou com um recurso pedindo a reversão da reintegração de posse da fazenda Cambará. O MPF pede a reforma da decisão ou, pelo menos, a permanência da comunidade indígena na área ocupada até que sejam concluídos os estudos que irão indicar se trata-se de uma área indígena ou não - ou seja, estudar a "tradicionalidade da ocupação."

Trata-se do início do processo administrativo de delimitação de terras indígenas. O MPF atua em 141 processos que envolvem guaranis e kaiowás. São ações relativas à demarcação de terras, danos morais coletivos, crimes e racismo.

O episódio jogou holofotes na trajetória dos guaranis e kaiowás no Mato Grosso do Sul. Eles são a segunda maior população indígena brasileira, com cerca de 45 mil pessoas, a maioria no Mato Grosso do Sul. Vivem em algumas reservas muito pequenas e populosas, onde não têm espaço nem para plantar, o que configura uma situação de confinamento. Existem 15 terras dos guaranis e kaiowás regularizadas, somando 20.172 hectares. Outras cinco estão homologadas, três declaradas e só uma delimitada, segundo a Funai.

Algumas dessas terras sofrem processos de judicialização geralmente de fazendeiros, o que impede a continuidade do processo de demarcação das terras indígenas. A regularização demora e acelera o processo de degradação da vida que os índios vêm levando. É comum ver acampamentos indígenas precários à beira das estradas.

"É uma questão que não se resolve há décadas, vai passando de um governo para o outro", diz Levi Marques Pereira, professor de antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, com mais de 30 anos de experiência entre os guaranis e kaiowás.

"É uma situação tensa, que envolve muitos interesses. A terra no Mato Grosso do Sul é cara e toda ocupada com atividade produtiva", afirma. "E isso em um momento em que o agronegócio tem uma explosão em uma economia crescente. As comunidades indígenas cada vez mais em situação de mais vulnerabilidade e promovem tentativas desesperadas de ocupação das terras que reivindicam."

Elefante branco – O Estado de São Paulo. 25/10/2012

As obras do maior e mais caro canal da transposição das águas do Rio São Francisco, no Eixo Norte do projeto, estão paralisadas desde julho, quando a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou um sobrepreço de R$ 76 milhões no orçamento do trecho 6, a cargo da Delta Construções, empresa considerada inidônea e proibida por dois anos de firmar contratos com o governo federal. A empreiteira recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, enquanto não se resolve a pendência ou se realiza nova licitação, o que já foi construído está em rápido processo de deterioração. Evidentemente, se e quando as obras forem retomadas, o ônus para o Tesouro será mais pesado.

Como apurou a CGU, as planilhas de custo, que deveriam ser elaboradas pelo Ministério da Integração Nacional, responsável pelo gerenciamento e fiscalização da obra, eram preenchidas pela própria empreiteira, numa chocante inversão de papéis, antes de ser encaminhadas para aprovação. Em vista desses fatos, a CGU determinou a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade de servidores públicos, além de revisão dos projetos e encontro de contas para cálculo dos valores pagos a mais e que deverão ser devolvidos ao Tesouro.

Na realidade, esta é uma das tantas outras obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que não vão para a frente, por irregularidades ou incompetência gerencial. Exaltado pelo governo do ex-presidente Lula como um projeto de redenção do semiárido nordestino, a transposição do São Francisco tornou-se um sorvedouro de recursos, sem apresentar, até agora, resultado algum. Em 2007, quando o projeto foi iniciado, prevendo a construção de dois canais, numa extensão total de 713 quilômetros - um no Eixo Leste, com 293 km, em direção a Pernambuco e à Paraíba, e outro no Eixo Norte, com 420 km, voltado para o Ceará e o Rio Grande do Norte -, as obras foram orçadas em R$ 4,5 bilhões. Hoje, o custo é estimado em R$ 8,2 bilhões e pode ser mais elevado depois de novas licitações, levando-se em conta o crescimento dos preços de mercado.

Quanto aos prazos, nunca foram realmente para valer. O Eixo Leste deveria ser entregue este ano, segundo o cronograma, mas agora o Ministério da Integração Nacional prevê a conclusão no final de 2014, ainda no mandato da presidente Dilma Rousseff, se tudo der certo. Quanto ao Eixo Norte, além de uma barragem no início da obra, o único trecho pronto é de 2 km, construídos pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército. Dos 14 lotes entregues a empreiteiras, as obras a cargo da Delta eram as únicas ativas até julho. A princípio, a inauguração desse Eixo mais extenso deveria ocorrer em 2015, mas os técnicos estimam que, se houver uma disposição do governo de tocar as obras, com dotações orçamentárias adequadas, as obras podem ser concluídas em 2020, com cinco anos de atraso.

Pode não ser politicamente realista uma decisão do governo de suspender a construção do Eixo Norte, por razões de economia. Mas se resolver retomá-lo, isso deverá levar tempo. Como observou a CGU, há graves deficiências nos projetos básico e executivo das obras de transposição, que terão de ser praticamente refeitos, além de falhas de fiscalização por parte do Ministério da Integração Nacional. O planejamento traçado pelo Ministério não correspondia à realidade de custo das obras, o que levou a sucessivos aditivos para alteração de preços.

Se se efetivar a transposição do Rio São Francisco, a tão longas distâncias dos pontos de consumo, os técnicos calculam que o preço da água para os lavradores ou para residentes será um dos mais altos do mundo, levando em conta os custos de operação e manutenção do sistema. Como os consumidores não terão meios para pagar uma conta mais salgada, o poder público terá de conceder subsídios, que acabarão saindo do bolso do contribuinte.

Sem exagero, a transposição de águas do Rio São Francisco tem todos os contornos de um elefante branco.

Sistemas de Produções Sustentáveis em Mato Grosso do Sul – Site da CNA. 26/10/2012

Produtores de Mato Grosso do Sul terão, em 2013, dois projetos para auxiliá-los com orientações e capacitações sobre técnicas sustentáveis por meio de consultorias. Os projetos vão proporcionar também, a adequação da propriedade em relação à legislação ambiental e trabalhista. Os projetos foram divulgados pela Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul – Aprosoja/MS e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL.

Um deles é o 'Soja Plus', ou 'Programa de Gestão Socioambiental da Propriedade Rural Brasileira', que pretende oferecer capacitação ao produtor rural por meio de assistência técnica e educação ambiental, em conjunto com o monitoramento de melhores práticas agrícolas na propriedade; com critérios de gestão que garantem ao produtor rural, melhoria contínua da produção, conforme requisitos de desempenho economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos, sem custo.

O outro, batizado de 'SALSA', já é estudado em algumas fazendas Sul-mato-grossenses e visa proporcionar também, de forma conjunta, um desenvolvimento sustentável às pequenas e médias empresas, e pequenos produtores, oportunizando acessibilidade aos mercados. Essa iniciativa funciona por meio da interação de dois grupos: o dos formuladores de políticas, consumidores, e outras organizações de partes interessadas da sociedade civil que exercem influência sobre a definição do marco regulatório e, dos pequenos produtores, micro e pequenos empreendimentos da indústria agroalimentar.

Ambos os projetos são resultados de uma reunião realizada na sede da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove, em São Paulo, ocorrida no dia 22 de outubro. Na ocasião, o diretor executivo da Aprosoja/MS participou junto a representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL e demais instituições de pesquisa e de representações setoriais, de

discussões acerca de ações que visam garantir sustentabilidade das cadeias produtivas do agronegócio.

Iniciativa de sucesso – Em Mato Grosso, o 'Soja Plus', ou 'Programa de Gestão Socioambiental da Propriedade Rural Brasileira' já existe, e é resultado de uma parceria entre a Aprosoja/MT, Abiove e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/MT. Na região, a principal meta é preparar o homem do campo para atender as demandas de forma mais sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

"Espera-se uma melhor compreensão dos obstáculos reais que restringem o acesso das cadeias de produção brasileira à mercados mais exigentes, para que possamos agregar valor aos produtos de Mato Grosso do Sul, por meio de adoção de tecnologia e praticas sustentáveis, assim como já tem funcionado no MT", explica Lucas Galvan, assessor técnico da FAMASUL.

Para finalizar, Galvan diz que "essas ações buscam iniciar um círculo virtuoso de relações mutuamente benéficas entre as empresas do setor alimentar, instituições educacionais e de pesquisa, formuladores de políticas, consumidores, e a sociedade civil da América Latina e da União Europeia".

'Só agora saberemos o tamanho do déficit'. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 26/10/2012

Para ministra, cadastro rural vai mostrar quanto precisa ser recuperado; ela trabalha até com a hipótese de desapropriar

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou ontem que, após ter "virado a página" da reforma do Código Florestal, o novo esforço do governo vai ser agilizar a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a fim de pôr na legalidade 90% dos agricultores do País que estão hoje irregulares por desmatamentos ilegais.

Ela falou durante evento, em São Paulo, da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade. Segundo Izabella, só com isso feito - o que diz esperar que ocorra em dois anos - será possível ter uma noção exata do tamanho do déficit ambiental. Esse passivo foi sempre o motivo colocado por ruralistas para pedir uma menor faixa de recuperação de margens de rio desmatadas ilegalmente.

"Aí sim vão acabar os achismos. Esse trabalho que vai nos dizer qual é o tamanho do déficit e como vamos recuperar", disse. "O Brasil pode e deve recuperar suas florestas. Entendendo que para isso não precisa tirar ninguém da sua terra."

Após o evento, a ministra falou ao Estado sobre a mudança da lei e o aumento de desmatamento em agosto deste ano - o maior desde julho de 2009.

A sra. fala em página virada, mas ruralistas disseram que vão acionar o STF. Como o governo pretende lidar com isso?

Nós entendemos que houve um processo democrático no Congresso, cuja conclusão foi remetida à sanção presidencial, e a presidente adotou a sanção com vetos. Do ponto de

vista da lei, está OK. E, com base na lei, a presidente fez um decreto dando o primeiro conjunto de regras gerais. Nós teremos um segundo, terceiro. Estamos definindo as regras gerais, que é competência do Executivo. A Advocacia-Geral da União entende que não fizemos nada que gere inconstitucionalidade.

A que o governo atribui o aumento do desmatamento em agosto? Muitos ambientalistas dizem ser um reflexo das mudanças do Código Florestal.

Primeiramente não foi um aumento do desmatamento, mas da degradação, que significa queimadas e desmatamento. Há "n" causas. Primeiro, a forte pressão por área para expansão de soja em Mato Grosso. Outra possibilidade é aumento de grilagem por conta de promessas feitas em ano eleitoral. Em terceiro há o ouro. O preço subiu e levou a novos garimpos invasão de terras indígenas. Mas, obviamente, sim, há uma influência política do debate do Código que não é de 2012 - em 2011 e 2010 também foi assim -, de uma expectativa de anistia, que tudo poderia ser mudado. Toda vez que o debate volta para o Congresso, acham que vão mexer na lei. Nós ouvimos sobre muitas pessoas que desmatam para ver depois como é que fica. São comportamentos intoleráveis. Temos de combater o ilícito e viabilizar os caminhos de regularização ambiental, para que possamos mostrar que é possível produzir alimentos sem degradar a floresta.

O fato de que quem desmatou até 2008 só ter agora de recuperar uma faixa menor do que deveria ter deixado de pé em APP e reserva legal é uma redução em relação ao que ditava o Código anterior, que previa que tinha de recompor tudo. Isso não pode ser entendido como uma anistia?

Não. Vamos fazer a pergunta contrária. A lei que existia era uma medida provisória que nunca foi votada pelo Congresso e que levou 90% dos agricultores à irregularidade. A atitude da presidente não foi uma anistia porque não está anistiando para todo mundo, mas está obrigando que todo mundo recupere alguma coisa. E dá uma proporcionalidade de recuperação para que o pequeno produtor possa permanecer no campo. Temos situações da lei anterior que coloca 86%, 90% de algumas pequenas propriedades em área de preservação permanente. Se é isso, vamos desapropriar. Não se pode exigir que um produtor inviabilize a propriedade dele do ponto de vista econômico pela questão ambiental. Porque aí não estamos mais falando de produção de alimento, mas de desapropriar e destinar para a preservação ambiental. Essa discussão o País nunca fez. Possivelmente teremos situações de fácil recuperação e situações muito complexas, podendo chegar ao limite de ter de desapropriar.

A sra. disse várias vezes que não é preciso desmatar para plantar. O governo apoiaria uma lei de desmatamento zero?

O que vem a ser desmatamento zero? Para não cortar mais nada, tem de ver se há viabilidade econômica. É um movimento importante que as ONGs estão fazendo pelo Brasil, vamos ver se a sociedade adere e qual debate acontece no Congresso. Mas acho muito complexo que se impeça o desmatamento total. Tem de impedir o desmatamento desnecessário, mas pode ter um conceito de biodiversidade líquida, em que quem desmata recupera muito mais.

MPF recorre na Justiça contra retirada de índios de fazenda em MS – O Globo. 26/10/2012

Indígenas já disseram, em carta, que estão prontos a cometer 'morte coletiva' contra a decisão judicial

O Ministério Público Federal (MPF) em Dourados, em Mato Grosso do Sul, recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) contra a decisão da 1ª Vara Federal em Naviraí (MS), que determinou a saída de um grupo de 170 índios da etnia Guarani Kaiowá, incluindo 50 crianças, da fazenda onde estão acampados há mais de um ano, em Iguatemi, no sul do estado. A Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio da procuradoria jurídica, também já tinha ingressado, no último dia 10, com recurso no mesmo tribunal contra a decisão judicial. Os indígenas já disseram, em carta, que estão prontos a cometer 'morte coletiva' contra a decisão judicial para que saiam das terras.

"Moramos na margem do Rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo […]. E decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos", narram os índios na carta.

No recurso ao tribunal, o procurador da República em Dourados, Marco Antonio Delfino de Almeida, pede a revisão da decisão de 17 de setembro, quando o juiz federal Sergio Henrique Bonachela, determinou, em primeira instância, a reintegração de posse da área aos responsáveis da Fazenda Cambará. O procurador pede que os índios permaneçam na área até que sejam concluídos os estudos antropológicos necessários a verificar se a terra é ou não tradicionalmente indígena.

O recurso do MPF foi ajuizado no dia 16 de outubro. Para o MPF, a decisão da Justiça Federal não levou em consideração a ocupação tradicional pelos indígenas da área em disputa, chegando o juiz ao ponto de afirmar que "perde qualquer relevância para o deslinde da controvérsia saber se as terras em litígio são ou foram tradicionalmente ocupadas pelos índios ou se o título dominial do autor é ou foi formado de maneira ilegítima".

Segundo o MPF, os índios ocupam apenas dois hectares dos 762 hectares totais da propriedade (um hectare corresponde às medidas de um campo de futebol oficial). Ainda de acordo com o órgão, a área ocupada faz parte de uma reserva de mata nativa, não podendo ser explorada economicamente.

Conforme o Ministério Público, em Mato Grosso do Sul, vivem cerca de 44 mil guaranis kaiowás, confinados em uma área de pouco mais de 30 mil hectares. Para o MPF, a situação de confinamento impossibilita aos índios a reprodução da vida social, econômica e cultural, condição agravada pela precariedade das áreas ocupadas.

Governo quer discutir vetos a lei florestal com ruralistas. Ernesto Credendio – Folha de São Paulo. 26/10/2012

Ministra Izabella Teixeira vai chamar bancada para debater regulamentação. A ministra afirmou que a CNA será ouvida, mas ambientalistas e extrativistas também vão ser consultados.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem que os ruralistas serão chamados para discutir a regulamentação do Código Florestal, sancionado na semana passada pela presidente Dilma Rousseff com vetos que desagradaram a classe dos produtores rurais.

A manifestação da ministra é uma resposta ao pedido formulado na quarta pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com quem se reuniu em Brasília.

A bancada ruralista criticou os vetos de Dilma, como o dispositivo que flexibilizava o uso e a recuperação de áreas próximas a margens de rios para o plantio.

Além disso, os ruralistas ameaçaram entrar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo para anular o decreto de Dilma que trata da medida provisória que criou o código.

Na reunião, a senadora ainda cobrou clareza das regras que surgirão a partir do código, para que não haja insegurança jurídica nas propriedades rurais.

A senadora e a ministra também trataram da forma como será elaborado o Cadastro Ambiental Rural, um documento que apontará como são as propriedades por tipo de uso, como plantações, corpos d' água e reserva legal.

Segundo Izabella, estão pendentes de novas regulamentações temas como sanções, queimadas, criação de barragens e como será feita a recuperação das APPs (Áreas de Preservação Permanente).

As APPs preocupam muito os produtores, já que terrenos cultivados ao lado de rios terão de ser desocupados.

A ministra afirmou que a CNA será ouvida, mas deixou claro que a entidade terá o mesmo tratamento dado a ambientalistas, extrativistas, empresários de outros setores e órgãos governamentais.

Em relação às APPs hoje ocupadas, Izabella disse que a intenção do governo é estabelecer um plano para cada tipo de propriedade e a situação jurídica em que estão.

"Temos várias situações de produtor, como os já multados, as que já cumpriram a lei, os que não estão multados", declarou a ministra.

Ainda em relação às APPs, Izabella afirmou que somente com o CAR é que será possível esclarecer como será o programa de recuperação.

"Quantas propriedades existem que não têm produção de alimentos? É diferente aquele que cumpriu a lei e não averbou a reserva legal, daquele que tem reserva legal e não tem APP." Segundo ela, nas próximas semanas devem ser expedidas novas normas sobre o código.

Fato e opinião. Marina Silva – Folha de São Paulo. 26/10/2012

Há um pensamento arrogante, derivado de um positivismo rudimentar, que prega a superioridade dos fatos objetivos sobre as opiniões, consideradas meras suposições subjetivas. Aí esconde-se uma esperteza: os fatos são cuidadosamente selecionados para comprovar uma opinião já formada com base em interesses, estes, sim, muito objetivos.

Os que contrariam tais interesses e contestam a escolha dos fatos são levianamente desqualificados como ideológicos e radicais. No debate sobre o ex-Código Florestal, cabe perguntar aos idólatras dos "fatos":

1) É fato que o agronegócio (cuja importância na macroeconomia e no comércio internacional ninguém nega) não é que coloca "comida na mesa" do povo brasileiro, que 60% da cesta básica é garantida pela agricultura familiar, também responsável por 7 em cada 10 empregos no campo?

2) É fato que existem mais de 140 milhões de hectares de áreas degradadas, improdutivas ou com baixíssima produtividade e que é possível dobrar a produção agrícola e o rebanho bovino sem desmatar novas áreas, bastando agregar tecnologia simples e disponível?

3) As propriedades com menos de quatro módulos fiscais (na Amazônia são 400 hectares) nem sempre coincidem com a agricultura familiar, que muitas são agregadas à pecuária ou às empresas agrícolas?

Se assim for, as reformas no código perdem a justificativa de defender os pequenos agricultores e, de fato, atendem ao interesse de grandes empresas. Mesmo porque, entre as mudanças feitas, há fatos que vêm sendo omitidos.

O art. 67 dispensa imóveis menores que quatro módulos fiscais de recuperar reserva legal desmatada até julho de 2008. Isso é anistia. O Ipea calcula que 3,9 milhões de hectares deixarão de ser recuperados.

O art. 63 abre várias exceções que anistiam desmatamento ilegal em topos de morro e encostas, e o art. 61-A oferece as mesmas bondades, dependendo do tamanho do imóvel, a quem desmatou ilegalmente margens de rios, nascentes, olhos d'água, lagos e veredas.

Quem não foi anistiado, ainda pode usar 50% de plantas exóticas (comerciais) para recuperar áreas degradadas (artigos 61-A 13 e 66, parágrafo 3º).

Nos mangues e apicuns, as áreas degradadas não serão recuperadas e novas áreas podem ser ocupadas com criação de camarões e loteamentos urbanos (art. 11-A). A mata ciliar

deixa de ser contada a partir do ponto de cheia do rio e muda a definição de "topo de morro", reduzindo, em alguns casos, até 90% da área protegida.

A liberdade de pensamento é uma das maiores conquistas de nossa preciosa democracia. O código deixa de ser florestal, torna-se um sistema de concessões para a ocupação predatória de quem quer aumentar terras em vez de agregar tecnologia. Vai na contramão do século 21 e é um retrocesso.

Metade da madeira retirada de MT é ilegal. Bruno Deiro e Murilo Bomfim – O Estado de São Paulo. 27/10/2012

Imagens de satélite revelam que 47% da extração de madeira em **Mato Grosso** entre agosto de 2010 e julho de 2011 teve origem ilegal. O estudo, do **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon**), mostra que a atividade vem caindo mais intensamente em florestas autorizadas que em áreas clandestinas, o que contraria a tendência verificada em outros Estados do Centro-Oeste e do Norte.

O **Imazon** analisou 139.407 hectares e notou que a proporção entre exploração legal (53%) e ilegal no período ficou mais equilibrada que no ano anterior - entre agosto de 2009 e julho de 2011, 56% da madeira produzida tinha autorização.

O pesquisador **André Monteiro**, que produziu o boletim de monitoramento de manejo florestal, diz que essa alta na proporção sinaliza deficiências na fiscalização e não segue a tendência de outros Estados de intensa atividade madeireira. "O **Pará**, por exemplo, está seguindo o caminho inverso. Há alguns anos, quase toda a madeira produzida lá era irregular e, aos poucos, esta proporção está se equilibrando", afirma o pesquisador.

Quase a totalidade (99%) da exploração não autorizada ocorreu em áreas privadas, devolutas ou sob disputa, enquanto apenas 1% (ou 602 hectares) foi realizada em áreas protegidas, assentamentos de reforma agrária e unidades de conservação.

Conforme os responsáveis pelo estudo, as áreas particulares nos extremos noroeste e norte do Estado, próximas às muitas madeireiras que atuam no município de Sinop, são as que trazem mais preocupações. "Se a gente observar, os municípios com maior exploração ilegal ficam na fronteira, onde a atividade agropecuária passa por processo de expansão, como União do Sul e a cidade de Cláudia", diz **Monteiro**. "O ponto positivo é a redução em áreas protegidas, principalmente de origem indígena, onde a atividade caiu bastante."

Segundo ele, o outro aspecto positivo mostrado pelo balanço é a queda da exploração como um todo. Quando comparados com a atividade ocorrida no mesmo período anterior, os números mostraram redução de 41% (52.294 hectares) na ocorrência de exploração autorizada e de 34% (34.346 hectares) na atividade em áreas ilegais.

"Era uma redução até esperada, por conta de algumas ações que têm sido feitas pelo governo", afirma **Monteiro**. "Mas a grande porção do que é explorado legalmente vem

se comparando à atividade ilegal. E combater isso passa por uma maior capacitação técnica e por uma fiscalização mais intensa na região."

Desgaste

Segundo **Bruno Mees Ferreira**, do Instituto Ação Verde, ONG que atua em Mato Grosso, o combate à exploração ilegal passa por uma reformulação nos órgãos responsáveis. "A fiscalização dessas áreas definitivamente não é efetiva. Em Mato Grosso, ela fica bem comprometida. O **Incra**, que é o órgão fiscalizador, está desgastado."

Segundo **Ferreira**, os problemas também estão associados a irregularidades na venda de terras. "As causas dessa exploração ilegal de madeira em MT são relativas, mas é possível que seja o uso ilegal do solo. Não há uma regulamentação e às vezes alguém ganha uma terra sob algumas responsabilidades, mas essa terra acaba sendo vendida para outro produtor que desmata para aumentar a área produtiva. Isso acaba afetando essa estatística", afirma.

Por fim, a falta de educação ambiental entre pequenos proprietários de terra ainda é apontada como possível causadora da atividade ilegal.

"Há um problema cultural da população. Alguns produtores rurais, em geral os menores, não têm noção do impacto causado por suas atitudes. Como não sabem fazer um bom uso de suas propriedades, acabam suprimindo as árvores", diz **Ferreira**, que não vê um problema isolado da região. "Apesar de outros estados como o Acre mostrarem uma queda na exploração ilegal madeireira, não acredito que o aumento (na proporção) tenha acontecido apenas em Mato Grosso."

Até abuso tem limite. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 27/10/2012

Equivoca-se quem vê um conflito entre 'indígenas' e 'agronegócio'. É a soberania nacional que está em jogo

Tempo de elogio; tempo de decepção. O elogio preza uma pessoa, uma política, mostrando o quanto ela, por exemplo, está em consonância com a justiça e o Estado de direito. A decepção, por seu lado, intervém quando aquilo que foi digno de elogio se torna objeto de frustação.

O ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Luís Inácio Adams, editou a Portaria 303, normatizando a aplicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativo ao julgamento do caso Raposa Serra do Sol. Tomou uma atitude corajosa para cumprir a lei. Não era -e não é- mais possível conviver com o conflito e com a ausência do Estado de direito.

O ministro, naquela ocasião, chegou a declarar que a portaria remediava um grave problema, o da insegurança jurídica. São palavras suas. Não hesitei, então, em apoiá-lo.

Convém lembrar que já se passaram três longos anos desde que o Supremo julgou o caso da Raposa Serra do Sol, estabelecendo condicionantes que deveriam, doravante,

reger todo processo de identificação e demarcação de terras indígenas. Décadas de conflito poderiam, enfim, ser equacionadas, de uma maneira justa para índios e não índios.

Equivoca-se quem pensa que se trata de um conflito entre os "indígenas" e o "agronegócio". A questão é muito mais complexa, por envolver milhares de agricultores familiares e pequenos produtores, além da própria infraestrutura brasileira.

Estão em questão a construção de hidrelétricas, estradas e rodovias, de portos, além da exploração de minérios e a própria presença das Forças Armadas em todo o território nacional.

É a soberania nacional que está em jogo.

Veio, agora, o tempo da decepção. O mesmo órgão que editou a portaria, seguindo as diretrizes do Supremo, depois suspende essa norma, considerada tão necessária. A justificativa é que a portaria será adiada até que o STF julgue os embargos de declaração opostos contra os termos da sua decisão.

Discordo -tais embargos não têm efeito suspensivo, não impedem, portanto, a execução do decidido pelo Supremo.

E o fez sob a pressão. É literalmente estarrecedor observarmos Funai, ONGs indigenistas e movimentos sociais orientando a AGU, ditando que decisões do Supremo não sejam cumpridas.

Observe-se que, quando da publicação do acórdão, o governo o acatou integralmente, o que significa dizer que acolheu as condicionantes, passando a aplicá-lo no Estado de Roraima.

Não posso silenciar diante de tanta contradição e afronta ao Estado de direito.

Se a Funai pensa, por exemplo, que são necessárias mais terras para os indígenas pela ocorrência de explosão demográfica em certa região, nada mais fácil do que comprar terras e distribuí-las.

O que, porém, não pode ocorrer é o desrespeito à lei, com uma verdadeira expropriação de produtores, detentores de títulos de propriedade que remontam a antes da Constituição de 1988.

Eis a situação atual da condição indígena no país. As reservas indígenas perfazem 106.739.926 hectares. A sua população é, segundo o IBGE, constituída de 517.383 indivíduos que vivem nessas reservas. Logo, temos uma média de 206,3 hectares per capita, ou seja, 2.060.000 metros quadrados para cada índio. Isso equivale a 215 campos de futebol para cada um.

Não discuto o mérito, se é pouca ou muita terra. Não discuto desejos, apenas legalidade.

Um dos grandes feitos do governo da presidente Dilma reside na construção de um clima de entendimento e de negociação. Tenho me associado a ela nessas iniciativas que

visam o bem-estar maior da nação. A superação de ideias preconcebidas tem sido a sua marca.

A suspensão da portaria 303 pela AGU segue na contramão dessa política, retrocedendo ao clima de conflito e de incerteza.

A insegurança jurídica se generaliza e joga os brasileiros uns contra os outros, ao arrepio do Estado de direito. Pior ainda, contraria os interesses maiores do Brasil e da soberania nacional.

O abuso está transpondo qualquer limite do tolerável.

Governo teme conflito entre índios e fazendeiros em MS. Daniel Carvalho e Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 27/10/2012

Grupo de 170 indígenas diz que não aceita desocupar fazenda no sul do Estado. A taxa de suicídios entre guarani-caiovás é de 62,01 por 100 mil pessoas, índice alto para padrões mundiais

O governo federal decidiu convocar uma reunião de emergência para tentar intervir em uma disputa fundiária envolvendo índios guarani-caiovás e fazendeiros em Mato Grosso do Sul.

Pastas e órgãos deverão se reunir nesta segunda-feira.

O caso voltou à agenda do governo após uma carta divulgada por indígenas da comunidade de Pyelito kue-Mbarakay, no extremo sul do Estado. No texto, eles prometem resistir a qualquer tentativa de desocupação da área.

O grupo de 170 índios reclama de uma decisão liminar da Justiça Federal que determinou em setembro a desocupação da área, que fica dentro da fazenda Cambará, em Iguatemi (a 462 km de Campo Grande).

"Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui", diz a carta, que circulou pela internet na última semana.

As citações a mortes coletivas chamou a atenção em uma etnia com histórico de suicídios -foram 555 entre 2000 e 2011, segundo dados do Ministério da Saúde.

A taxa de suicídios entre guarani-caiovás é de 62,01 por 100 mil habitantes. Para a OMS (Organização Nacional da Saúde), um índice de 12,5/100 mil já é muito alto.

O governo federal e o Cimi (braço missionário para os índios da Igreja Católica) dizem que os índios não tratam na carta de suicídio coletivo.

O Ministério Público e a Funai já recorreram da decisão do juiz federal Sérgio Bonachela, de Naviraí. Ontem, a carta ordenando a manutenção de posse à fazenda chegou à comarca de Iguatemi.

A Polícia Federal ainda não foi acionada para acompanhar o oficial de Justiça à área hoje ocupada pelos índios.

Os guarani-caiovás vivem espalhados por várias áreas no Estado, em terras demarcadas e acampamentos.

Defensores dos indígenas dizem que muitos deles vivem cercados por pistoleiros. Os registros de ataques, segundo eles, são constantes.

Segundo a Procuradoria, a taxa de homicídios entre os guarani-caiovás é de 100 para 100 mil habitantes, quatro vezes a média nacional, 27,1.

NEGLIGÊNCIA

Para o Cimi, a carta deu visibilidade à situação dos índios na região de fronteira.

"Essa carta escancara para o mundo que o Brasil não é capaz de proteger seus povos indígenas. Nenhum governo, de direita ou dito de esquerda, conseguiu resolver essa problemática", disse o coordenador regional do Cimi em MS, Flávio Machado.

"Agora, ou resolve ou o decreto de extermínio desses povos foi assinado e não há mais nada o que fazer."

O procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida diz que o governo federal concedeu títulos de propriedade a fazendeiros para permitir a ocupação da área de fronteira e agora precisa resolver o imbróglio.

Projeto levanta impactos da legislação ambiental e sanitária na pecuária de corte – Site da CNA. 29/10/2012

O custo das adequações que o pecuarista precisa fazer para respeitar as legislações ambientais e sanitárias está sendo levantando nos estados de Goiás, Tocantis e Mato Grosso do Sul. Realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o projeto reúne dados sobre os investimentos financeiros para o atendimento das legislações que tratam da vacinação contra a febre aftosa, criação e conservação de Área de Proteção Permanente (APP) e reserva legal, quanto ao manejo de água e esterco em confinamento e uso de defensivos e hormônios na pecuária de corte.

Em Mato Grosso do Sul, a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL sediou a reunião, nessa sexta (26), com representantes do setor. “Queremos ouvir as principais dificuldades e apontar como a legislação afeta a margem de lucro do produtor”, diz a pesquisadora do CEPEA, Gabriela Garcia Ribeiro. De acordo com a assessora técnica da FAMASUL, Adriana Mascarenhas, o maior custo da pecuária está na mão-de-obra. Diante disso, a instituição sugeriu a inclusão da legislação trabalhista no estudo. “Teremos uma análise completa do que impacta no

custo de produção e iremos mostrar que, mesmo com tanto rigor e dispêndio financeiro para as adequações, ainda temos competitividade", complementa.

Além do Brasil, o levantamento é realizado na França, Itália, Reino Unido e Argentina, paises que compõem o Agri Benchmark, uma rede de comparação internacional de custos de produção de grãos, leite, ovinocaprinocultura e pecuária de corte formada por 20 nações. O resultado do levantamento é publicado anualmente. Os dados são analisados pelo Instituto Federal de Pesquisa para Áreas Rurais (VTI), um dos mais conceituados institutos de pesquisa agropecuária alemão. No Brasil, o levantamento de custos é feito desde 2003 pela CNA e CEPEA.

Frente Parlamentar da Agropecuária defende instalação de comissão especial para analisar PEC sobre terras indígenas – Site da CNA. 30/10/2012

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Homero Pereira (PSD-MT), defendeu nesta terça-feira (30/10) a instalação, na Câmara dos Deputados, de Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, que dá ao Congresso Nacional a responsabilidade de legislar sobre a demarcação de terras indígenas, hoje de responsabilidade exclusiva do Executivo. A matéria é de autoria do então deputado federal Almir Sá, atual presidente a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima (FAERR) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e tramita na Casa há 12 anos.

Homero informou que pedirá a instalação do colegiado ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), após discutir o tema durante a reunião semanal da FPA, quando são discutidas as pautas prioritárias para o setor rural. "A prerrogativa de regulamentar as terras indígenas está com a Funai (Fundação Nacional do Índio), mas há muitos questionamentos em relação à isenção do órgão na condução dos processos. Aqui no Congresso Nacional, tudo será decidido depois de amplo debate e pelo voto da maioria", justificou o deputado. Pela Constituição, a PEC, antes de seguir para votação em plenário, deve ser analisada por uma Comissão Especial.

Código Florestal - Outro tema discutido no encontro foi o Código Florestal. O deputado afirmou que a FPA apoiará as entidades representativas que estão participando do processo de regulamentação da nova legislação, como CNA e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Disse, também, que os parlamentares podem adotar medidas legislativas para aperfeiçoar as normas ambientais, com a apresentação de novos projetos ou de propostas para adaptar regras ambientais já existentes ao novo Código Florestal.

Quinze ministérios e outros órgãos discutem como a zona costeira pode ser explorada de modo ecologicamente sustentável. Sophia Gebrim – Site do MMA. 30/10/2012

A gestão da zona costeira brasileira perante a nova Lei Florestal foi discutida nesta terça-feira (30/10), em Brasília, na 44ª Reunião Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco). Ligado à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), é formado por representantes de 15 ministérios, Associação

Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Ministério Público Federal e universidades de todo o país.

Após detalhar tópicos da lei, entre eles o artigo 11, que define a zona costeira como patrimônio nacional e sua ocupação e exploração devem ser de modo ecologicamente sustentável, o presidente do Grupo Gi-Gerco e diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Adalberto Eberhard, abordou o item da lei que trata dos zoneamentos costeiros. "Assim como cada estado possui o seu Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), instrumento de ordenamento e planejamento econômico e ambiental, a nova Lei Florestal determina que cada um dos 17 estados costeiros façam o seu ZEE Costeiro", explicou.

Segundo o diretor do MMA, a determinação é que os estudos sejam feitos na escala de 1 para 10 mil. "Isso quer dizer que cada 10km de costa deve ter um mapa de 1 metro, com todas as definições e características daquela área". Para ele, o objetivo é auxiliar no que for preciso os estados para a realização do estudo, que ainda não tem data para começar. "Estamos numa discussão preliminar sobre esse assunto, já nos antecipando e discutindo como será possível contribuir, no futuro com o ZEE Costeiro, que ainda não tem data para começar", acrescentou.

NO MUNDO

Ao término da reunião, a analista ambiental do Departamento de Zoneamento Territorial do MMA, Márcia Oliveira, falou sobre a missão brasileira que irá a Espanha, no período de 5 a 9 de novembro. O objetivo será conhecer a experiência espanhola na gestão costeira integrada e seus casos exitosos de aplicação do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), ferramenta utilizada para gestão costeira, bem como conhecer o estágio atual da customização do SMC-Brasil.

"Essa missão faz parte de acordo firmado em 2010 entre os governos brasileiro e espanhol", explica Márcia. O acordo, que é de cooperação técnica, científica e tecnológica, é ferramenta para execução do Projeto Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com a participação do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Patrimônio da União, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade da Cantábria (IHC/Espanha) e o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS).

O projeto tem como objetivo contribuir para uma melhor gestão da costa brasileira, permitindo entender e dar soluções a problemas de erosão que ocorrem em quase 40% da costa brasileira, estudar problemas de impacto ambiental, delimitar zonas de domínio público e privado ao longo do litoral permitindo recuperar espaços públicos já ocupados e proteger as populações em áreas de risco.

Nota Informativa: Julgamento STF - Demarcação de Terras Indígenas – Site da CNA. 31/10/2012

O Supremo Tribunal Federal julga, nesta quarta-feira, 31 de outubro, a partir das 14 horas, embargos de declaração propostos pela Procuradoria Geral da República na Petição 3388, processo que trata do caso Raposa Serra do Sol, área indígena localizada em Roraima. O recurso que será julgado pede o esclarecimento sobre os efeitos das condicionantes em relação aos outros processos de demarcação de áreas indígenas, ou seja, se valem para todos os casos ou apenas para o caso de Raposa Serra do Sol.

No dia de ontem, em proteção aos legítimos interesses do setor agropecuário e do Estado de Direito, levamos para ministros do Supremo Tribunal Federal, juntamente com os nossos advogados, os memoriais que expressam a posição e o pleito da nossa instituição em defesa de milhares de produtores rurais, ameaçados nos seus direitos pela recorrente criação e ampliação de áreas indígenas, sem o devido processo legal.

Mais uma vez, estamos confiantes na Justiça brasileira, tendo a convicção de que será mantido o mesmo entendimento do histórico julgamento de Raposa Serra do Sol.

A CNA continuará buscando o fim da insegurança jurídica e o respeito aos direitos do produtor rural brasileiro. Este é o caminho para que a paz, tão necessária, entre brancos e índios seja garantida.

Fóruns Regionais da Agenda Ambiental da Administração Pública movimentam discussão sobre sustentabilidade no setor – Site do MMA. 31/10/2012

A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) realiza, nesta quarta-feira (31/10), o 1° Fórum da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na Região Norte. O tema é o consumo sustentável e os desafios socioambientais da gestão de resíduos sólidos na administração pública.

O evento acontece no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém, com 230 participantes de todos os estados da região - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Tem por objetivo trazer para o debate, a partir de uma visão multissetorial, os principais desafios e soluções para o consumo sustentável e gestão socioambiental dos resíduos gerados pela administração pública.

Já aconteceram os Fóruns das Regiões Nordeste/Fortaleza, Sul/Porto Alegre e Sudeste /São Paulo. O próximo evento será o 7º Fórum da A3P e acontecerá em Brasília no dia 22 de novembro.

Comissão sobre Mudanças Climáticas discute planos governamentais – Site do MAPA. 31/10/2012

Vinculada do Ministério da Agricultura abordará o Plano Agrícola de Baixa Emissão de Carbono (ABC)

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza mais uma audiência pública na quarta-feira, dia 31 de outubro. Serão discutidos três planos governamentais: o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado e o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, este último sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Para discutir os temas foram convidados para o debate representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura e de organizações não-governamentais. A reunião se realizará no Senado, a partir das 14h, na sala 9 da Ala Alexandre Costa. O coordenador-geral de Agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), vinculada do Mapa, Alaor Dall'Antonia, abordará o tema referente ao Plano Agrícola de Baixa Emissão de Carbono.

O presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas é o deputado federal Márcio Macêdo (PT-SE). A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é a vice-presidente e o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), o relator.

Plano ABC é apresentado no Congresso Nacional – Site do MAPA. 31/10/2012

O programa é uma contribuição da agricultura ao esforço mundial de redução de emissão de gases de efeito estufa

O coordenador-geral de Agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) Alaor Dall'Antonia, apresentou o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, nesta quarta-feira, 31 de outubro. Durante audiência pública, a comissão debateu planos governamentais para mudanças climáticas.

Dall'Antonia explicou aos presentes como funciona a execução do ABC. De acordo com ele o plano é uma contribuição da agricultura ao esforço mundial de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Dividido em sete programas, sendo seis de adaptação e um de mitigação às mudanças climáticas, o Plano ABC promove a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis. As linhas de atuação são: recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF); sistemas agroflorestais (SAF's); sistema plantio direto (SPD); fixação biológica de nitrogênio (FBN); florestas plantadas; tratamento de dejetos animais e adaptação às mudanças climáticas.

Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresentou os planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado (PPCerrado) e de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Karina Kato, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa